

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NOS COREDES E MUNICÍPIOS
GAÚCHOS: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA (2000-2006)

MARGARETE LENIZA LOPEZ GONÇALVES

PORTO ALEGRE

2010

MARGARETE LENIZA LOPEZ GONÇALVES

**CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NOS COREDES E MUNICÍPIOS
GAÚCHOS: UMA ANÁLISE ECONOMETRICA (2000-2006)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia/Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para recebimento de título de mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto

Co-orientadora: Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin

Porto Alegre

2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635c Gonçalves, Margarete Leniza Lopez
Crescimento pró-pobre nos COREDES e municípios
gaúchos: uma análise econométrica (2000-2006) /
Margarete Leniza Lopez Gonçalves. Porto Alegre, 2010.
102f.: il.

Dissertação (Mestrado em Economia do
Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em
Economia, PUCRS, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto.
Co-orientadora: Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin

1. Economia. 2. COREDE. 3. Crescimento Pró-Pobre. 4.
Desigualdade. I. Jacinto, Paulo de Andrade. II. Título.

CDD 339.20981

Bibliotecária Responsável

Isabel Merlo Crespo

CRB 10/1201

Margarete Leniza Lopez Gonçalves

Crescimento Pró-Pobre nos Coredes e Municípios Gaúchos: Uma Análise Econometria (2000-2006)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia, pelo Mestrado em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 31 de março de 2010, pela Banca Examinadora.

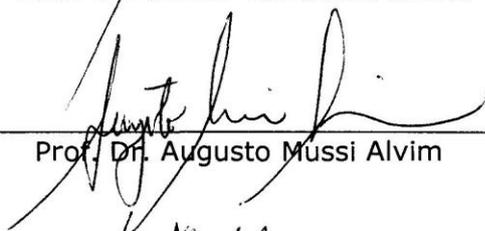
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Paulo de Andrade Jacinto
Orientador



Prof. Dr. Osmar Tomaz de Souza



Prof. Dr. Augusto Mussi Alvim



Prof. Dr. César Augusto Oviedo Tejada

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois sem ele nada sou e nada serei.

Aos meus queridos pais, Deversino e Raquel, que sempre estiveram no meu lado apoiando meus estudos e demonstrando confiança em minhas decisões. Obrigada pelo apoio de sempre e amor incondicional.

Aos meus irmãos, Dalva e Rodrigo agradeço a confiança, a força e o carinho de vocês. Obrigada por confiarem em mim. Sinto muito orgulho por ter vocês na minha vida, meus queridos irmãos. A minha avó que nos momentos que estive ao meu lado sempre me mostrou como é importante ter fé, sinto saudades!

Vocês estiveram do meu lado nos meus momentos de crise, de desânimo, de ansiedade, de dúvidas. Enfim, se eu não tivesse vocês ao meu lado não teria coragem para buscar novos desafios. Obrigada!!

Agradeço ao meu orientador, professor Paulo Jacinto, fundamental na ajuda com o modelo econométrico e na conclusão deste trabalho. Sem o seu conhecimento e sua boa vontade em ajudar eu não teria conseguido. MUITÍSSIMO obrigada, sobretudo por me fazer perceber que a persistência é primordial em diferentes situações!

Agradeço a professora, Izete Bagolin, pelo conhecimento passado, pelos “puxões de orelha”, pela paciência e principalmente por ter aceito ser minha orientadora, no começo deste trabalho.

E ainda aos demais professores do mestrado, agradeço pelo conhecimento compartilhado.

Na vida conhecemos pessoas especiais que entram em nossos caminhos de uma forma inesperada e se tornam especial a cada dia. Saiba Gustavo Campolina que você é uma dessas pessoas que de colega virou meu grande amigo, irmão de coração. Sem a tua companhia e sem o teu otimismo essa trajetória não teria graça. Obrigada, obrigada e obrigada por ser meu amigo em todos os momentos.

Em especial gostaria de agradecer os colegas Henrique Cándano, pelas caronas e principalmente pelo “suporte” nos meus momentos de “crise”. Eduardo

Teixeira, obrigada pelos conselhos e tempo gasto comigo tentando me ensinar matemática, saiba que a tua ajuda foi muito importante. Eduardo Schneider, pela sabedoria, tanto em relação à Economia, quanto a diversas outras abordagens, que sempre agregaram.

Aos demais amigos do mestrado, Alice Schwade, Fabrini Pinheiro, Fernando Pereira, Jules Oliveira, Pilar Azevedo e Ruza Amon, e a todos os outros pela paciência, e pela parceria durante esses dois anos.

Ainda, Patrícia Pallermo, fundamental em um dos momentos mais difíceis em Porto Alegre. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos de todas as épocas, obrigada por estarem ao meu lado.

Finalmente ao pessoal da secretaria pelo suporte, indispensável no andamento das atividades!

RESUMO

A partir dos dados da Relação Anual de Informação Social para os anos de 2000 a 2006 o presente estudo procura encontrar evidências a respeito da qualidade do crescimento econômico nos COREDES do Rio Grande do Sul, buscando avaliar se o quão pobre tem sido o crescimento econômico no Estado. Para tanto, empregou a metodologia desenvolvida por Ravallion (1997), Ravallion e Datt (1999), Ravallion (2001) e Ravallion e Datt (2002) a qual procura avaliar a elasticidade do crescimento econômico para os níveis de pobreza selecionados. De forma complementar utilizou-se ainda a curva de crescimento-pobreza proposto por Son (2004). As evidências encontradas sugerem que apenas nove COREDES apresentaram um crescimento pró-pobre.

Palavras-chave: COREDE; Crescimento Pró-Pobre; Desigualdade.

ABSTRACT

Based on data from the Annual Social Information for the years 2000 to 2006 this study seeks to find evidence about the quality of economic growth in the COREDES Rio Grande do Sul, seeking to assess how has been the pro-poor growth in the state. For this was used a methodology developed by Ravallion (1997), Datt and Ravallion (1999), Ravallion (2001) and Ravallion and Datt (2002) which seeks to assess the elasticity of economic growth, poverty levels selected. Also was used the poor growth curve proposed by Son (2004). The evidence suggests that only nine COREDES had a pro-poor growth.

Keywords: COREDE; Pro-Poor Growth, Inequality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.....	39
Gráfico 2.....	44
Gráfico 3.....	48
Gráfico 4.....	49
Gráfico 5.....	53
Gráfico 6	54
Gráfico 7.....	61
Gráfico 8.....	62
Gráfico 9.....	87
Grafico10.....	87
Gráfico 11.....	88
Gráfico 12.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação dos municípios gaúchos no PIB do Estado, 2000 – 2006....	36
Tabela 2: Índice de Gini para média salarial dos trabalhadores formais	38
Tabela 3: Distribuição dos diferentes níveis salariais nos COREDES	40
Tabela 4: Distribuição da população segundo o tamanho dos municípios (2008)....	44
Tabela 5: População Total e População Ocupada	46
Tabela 6: Variação do IDESE.....	50
Tabela 7: Evolução da Proporção de indigentes (P0) nos COREDES Gaúchos (2000 a 2006)	59
Tabela 8: Evolução na proporção de pobres nos COREDES Gaúchos (2000 a 2006)	60
Tabela 9: Variação da Renda, Índice de Gini, P0 e P1 nos COREDES e no Rio Grande do Sul (2000/2006).....	63
Tabela 10: Elasticidade da renda - pobreza nos COREDES gaúchos (2000 – 2006)..	68
Tabela 11: Elasticidade renda-pobreza e desigualdade-pobreza nos COREDES do Rio Grande do Sul 2000-2006 (P0)	70
Tabela 12: Elasticidade da renda-pobreza e desigualdade-pobreza (P1).....	72
Tabela 13: Elasticidades estatisticamente significativas	73
Tabela 14: Determinantes da natureza pró-pobre do crescimento para proporção de indigentes (eq. 4).....	75
Tabela 15: Determinantes da natureza pró-pobre do crescimento para proporção de pobres (Eq. 4).....	77
Tabela 16: Resultados para a primeira diferença das elasticidades crescimento-pobreza	79
Tabela 17: Resultados para a primeira diferença das elasticidades crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza (2000-2006).....	81
Tabela 18: Estimção para taxa de crescimento corrigida pela desigualdade (2000-2006)	83
Tabela 19: Comparação da Curva de Son com análise de regressão	90

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DEBATE SOBRE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE.....	13
2.1 DESIGUALDADE E CRESCIMENTO.....	13
2.2 DIFERENTES CONCEITOS E MEDIDAS DE POBREZA.....	16
2.3 DISCUSSÕES SOBRE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E ESTUDOS EMPÍRICOS	22
3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS E COREDES DO RIO GRANDE DO SUL	33
3.1 RENDA.....	35
3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	41
3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	47
4 O CRESCIMENTO ECONÔMICO FOI PRÓ-POBRE NOS COREDES GAÚCHOS? ALGUMAS EVIDÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2000-2006.....	57
4.1 FONTE DE DADOS E CARACTERÍSTICAS DAS LINHAS DE POBREZA	57
4.2 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: ANÁLISE DE REGRESSÃO.....	63
4.3 O CRESCIMENTO FOI PRÓ-POBRE OU EMPOBRECEDOR?.....	
4.4 CURVA DE CRESCIMENTO-POBREZA DE SON	84
5 CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

A evolução do produto real no Rio Grande do Sul, nos últimos anos, tem apresentado uma tendência crescente e tem acompanhado o comportamento do PIB no Brasil. Essa tendência, entendida, como crescimento econômico tem permitido que a renda per capita no Estado seja superior a observada para o Brasil. Sem dúvida esses fatos são importantes e permite sugerir que o bem-estar da população esteja aumentando. Isso em grande parte pode ser visto pela redução da pobreza que em 1992 era de 32,7% em 2008 atingiu 17,2%, segundo dados da PNAD, para a região metropolitana. Concomitante, a desigualdade de renda também apresentou queda no período. De um coeficiente de Gini de 0,53 em 1992 passou para 0,50 em 2008.

Por esses dados pode-se inferir que o crescimento da economia do Rio Grande do Sul tem contribuído para reduzir a pobreza. Pode-se dizer que é um crescimento com características pró-pobre.

Essas considerações fazem surgir algumas indagações. Será que os COREDES do Rio Grande do Sul se beneficiaram com o crescimento econômico observado na região Metropolitana? Em caso positivo, quais foram os COREDES beneficiados?

Não há uma definição única para crescimento pró-pobre. Todas buscam identificar e mensurar a participação dos pobres na atividade econômica, e como tal, a participação pode beneficiar os indivíduos mais pobres da sociedade.

Em termos conceituais existem duas explicações bem claras. A primeira define como sendo crescimento pró-pobre aquele crescimento que reduz a pobreza. Nessa definição não estão sendo considerados os aspectos ligados a distribuição de renda (Ravallion e Chen, 2003). Já a segunda definição, sugere que para o crescimento ser considerado pró-pobre, a taxa de crescimento da renda dos pobres tem de ser maior que a taxa de crescimento da renda da população como um todo. Neste caso, o crescimento pró-pobre está diretamente associado com a redução da desigualdade de renda,(Kakwani; Pernia, 2000).

Quando se fala em países em desenvolvimento, na grande maioria, a realidade é um elevado nível de pobreza com desigualdade na distribuição de renda. Estes países com elevado nível de pobreza necessitam promover crescimento, em

que a economia seja capaz de melhorar o bem - estar da população. Ao transferir essa análise para o Brasil, segundo Tochetto et all (2004), o crescimento econômico no país na década de noventa foi pró-pobre, ao contrario dos anos oitenta em que houve o beneficio da camada mais rica da população. O crescimento da economia pode vir acompanhado do aumento ou redução da pobreza.

De acordo com Kageyama e Hoffmann,(2006), a região Sul do Brasil foi a que mais reduziu a pobreza. Segundo esses autores, no período de 1993 a 2004, o país teria apresentado crescimento pró-pobre tanto no espaço urbano, quanto no rural. Dentre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul não é considerado um estado pobre.

Comin e Bagolin (2002) o Rio Grande do Sul não é considerado um estado pobre, mas sim um Estado em que existem muitas pessoas pobres. Logo, este estudo tem como propósito investigar a relação entre crescimento econômico e pobreza nos COREDES do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2006, buscando verificar se o crescimento econômico pode ou não ser considerado pró-pobre, ou seja, até que ponto esse crescimento tem ajudado a reduzir a pobreza.

A partir da metodologia desenvolvida nos estudos de Ravallion (1997), Ravallion e Datt(1999), Ravallion (2001), Ravallion e Datt (2002) para fazer a avaliação da qualidade do crescimento econômico será utilizado as elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza. Parte-se de um procedimento simples e objetivo que permite verificar se o crescimento econômico foi pró-pobre ou não. Considerando as duas definições de crescimento pró-pobre apresentadas por Ravallion e Chen (2003) e Kakwani e Pernia (2000).

Deste modo, este trabalho, se divide em cinco capítulos, o Primeiro; abrange a introdução. Em seqüência o segundo capítulo procura Conceituar e contextualizar o debate sobre crescimento pró-pobre e retrata uma breve revisão da literatura sobre os principais conceitos de crescimento pró-pobre, focando as questões ligadas ao debate de crescimento x desenvolvimento; os diferentes conceitos e medidas de pobreza; e as discussões sobre crescimento pró-pobre e estudos empíricos.

No terceiro capítulo se faz uma breve caracterização econômica, demográfica e social dos municípios e COREDES do Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo, é realizada a análise do crescimento econômico nos COREDES do Rio Grande do Sul para verificar se foi pró-pobre. Para tanto,

inicialmente é apresentada uma descrição dos dados, e a evolução da proporção de indigentes e pobres. Na sequência é apresentada a metodologia e os resultados para a análise de regressões, em seguida, para as Curvas de Son.

Por fim, serão feitas as conclusões.

2 DEBATE SOBRE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

A história mostra que o crescimento econômico não ocorreu de maneira uniforme entre as regiões. Isso se deve a razões históricas, geográficas, demográficas, políticas e econômicas, que podem ter colaborado para o agravamento das desigualdades regionais. Como foi dito, o crescimento econômico ao redor do mundo apresenta-se de uma forma distinta. Quando se tratam de questões ligadas às desigualdades regionais, a discussão torna-se ampla, por existirem regiões com alto grau de desenvolvimento enquanto para outras a estagnação econômica é predominante.

No entanto, ao se falar em regiões específicas que fazem parte de países em desenvolvimento, a realidade é um elevado nível de pobreza com desigualdade na distribuição de renda. Países em desenvolvimento que possuem elevado nível de pobreza necessitam promover um crescimento pró-pobre, em que a economia seja capaz de melhorar o bem-estar da população.

Neste capítulo, serão apresentadas discussões sobre o crescimento e desenvolvimento, conceitos e medidas de pobreza e, por fim, uma discussão sobre crescimento pró-pobre.

2.1 DESIGUALDADE E CRESCIMENTO

O crescimento econômico no mundo não segue o mesmo padrão, ou seja, esse crescimento varia entre os países.

A relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico foi intensa nas décadas de 60 e 70. Nos anos 80, esse interesse tornou-se mais brando. Já nos anos recentes, esse assunto retornou. Um dos motivos desse retorno foi o surgimento de novas teorias.

Segundo Deutch e Silber (2000), o debate entre as relações do crescimento econômico e desenvolvimento pode ser dividido em três bases de abordagem: modelos de economia dual, modelos de “*new growth theory*” e modelos de escolha pública.

De acordo com esses autores, o modelo proposto por Kuznets (1955) é pioneiro neste caso de modelos dual. Trata-se de modelos de troca, onde a permuta de setores gera inicialmente uma desigualdade crescente, e decrescente posteriormente. De acordo com o autor, o crescimento econômico de uma nação envolve um aumento na produção per capita, ou por trabalhador, acompanhado, freqüentemente, de um aumento populacional e, geralmente, de grandes mudanças estruturais, isto é, mudanças nas instituições ou práticas sociais e econômicas.

A proposta da curva de Kuznets é analisar a questão das desigualdades de renda nas diferentes fases do desenvolvimento econômico. Conforme a hipótese de Kuznets, a relação entre PNB per capita e a desigualdade de renda evolui ao longo da trajetória do processo de desenvolvimento, no caso, U invertido. Onde a desigualdade aumenta nas fases iniciais do crescimento, decrescendo posteriormente.

O modelo de Kuznets (1955 *apud* DEUTCH; SILBER, 2000), baseia-se na transição da população do setor agrícola para o setor não-agrícola, sendo que no primeiro estágio de desenvolvimento existe uma concentração da renda até certo ponto. No setor não-agrícola, no seu primeiro estágio, ocorre uma concentração de renda. Isso se deve ao fato de que a produtividade do capital (progresso técnico) gera um aumento na desigualdade, uma vez que a inovação eleva a demanda por trabalho qualificado. Provavelmente a desigualdade aumente mais do que no setor agrícola, pois no primeiro exige-se mão-de-obra qualificada. Qualquer padrão contínuo de crescimento está associado à interação e na mudança tecnológica e a social.

As principais mudanças estruturais verificam-se no processo de industrialização, na distribuição da população (processo de urbanização), na inconstante e relativa posição econômica de grupos dentro de uma nação, e na distribuição de bens e serviços por uso.

Segundo Kuznets (1966), ao definir crescimento econômico, deve-se frisar não só o aumento populacional de uma nação e de sua renda per capita, mas também mudanças estruturais e aspectos internacionais. A análise de mudanças estruturais pode distinguir partes significativas dentro da unidade global. A dinâmica do crescimento econômico em um período sucede desse modo, dos efeitos continuamente crescentes de conhecimento novo revelado pela mudança principal do período e dos efeitos das instituições novas criadas por essa mudança.

O crescimento durante qualquer espaço de tempo está relacionado não só à economia como um todo, mas também a deslocamentos estruturais. Enfim, a análise permite observar como no processo de crescimento as mudanças numa parte estão ligadas a mudanças que ocorrem em outra parte.

De acordo com Barro e Sala Martin (1995 *apud* ARAÚJO, 1998), na abordagem da “*New Growth Theory*”, o chamado modelo linear de crescimento endógeno ou modelo AK, o estoque de capital K compreende não somente capital físico, mas também capital humano e financeiro, ou ainda estoque de conhecimento acumulado. Neste modelo a produção tem retornos constantes de escala, uma vez que os retornos constantes em relação ao fator capital também são constantes e não decrescentes.

Pode-se relacionar o modelo de *New Growth* com as teorias de mercados de capitais imperfeitos e com a importância de investimento em capital humano. Neste caso, não são salientadas as imperfeições do mercado de capitais, e o papel do investimento em capital humano.

De acordo com Aghion e Bolton (1992), na primeira fase do crescimento, as imperfeições dos mercados de capitais inferem diferenças no comportamento de investimento entre ricos e pobres, onde os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres. No entanto, o crescimento da economia é financiado pelo próprio crescimento dos mais afortunados. Alguns estudos mostram que o declínio da taxa de juros, quando a economia está crescendo, pode favorecer os pobres, através de empréstimos, sendo que este processo pode levar a uma diminuição da desigualdade.

Portanto, o modelo AK é atraente no sentido de mostrar as implicações da eliminação dos retornos decrescentes. Neste modelo, o produto marginal de cada unidade de capital é sempre igual A. Ele não cai quando é acrescida uma unidade adicional de capital.

Ainda de acordo com Deutch e Silber (2000), o terceiro modelo enfatiza o papel das escolhas sociais “(...) choices as consequences of the political system or the effect of institutional constraints which are essentially the product of history”. Trata-se da relação entre mecanismo econômico e o político, que busca, ao longo do processo de crescimento, um decréscimo na desigualdade de renda.

Um dos objetivos mais importantes do desenvolvimento econômico é reduzir a pobreza que pode ser acompanhada por crescimento econômico. A literatura

recente mostra que o progresso tecnológico, como ferramenta do crescimento econômico, pode gerar uma maior desigualdade, onde a produtividade afeta de distintas maneiras os diferentes tipos de trabalho. Enfim, caso a introdução de uma nova tecnologia exija mão-de-obra qualificada, isto ocasiona desigualdades.

A teoria econômica apresenta uma divisão em que sugere que a desigualdade é prejudicial ao crescimento daquela que a desigualdade é favorável ao desenvolvimento. Logo, o crescimento é fundamental para a redução da pobreza, uma vez que altas taxas de desigualdade tornam-se uma barreira para redução da pobreza.

De acordo com Sen (2000), um país rico em seus aspectos econômicos pode ser pobre quando se trata da qualidade de vida da população. A prosperidade econômica nada mais é do que um dos meios para enriquecer a vida das pessoas. Portanto, o crescimento econômico pode ser um meio, mas não um fim para se estabelecer o desenvolvimento.

2.2 DIFERENTES CONCEITOS E MEDIDAS DE POBREZA

A discussão sobre pobreza pode ter tomado mais fôlego na década de 90. A pobreza pode estar presente em todos os países, seja em níveis mais elevados ou não.

Existe uma grande distinção entre os possíveis conceitos sobre o que é ser pobre, uma vez que esses conceitos enriquecem o entendimento sobre o assunto através de vários ângulos.

Na visão de Corrêa (1998, p.60), a pobreza tem sido descrita como um fenômeno complexo, de significados multivariados para pessoas, instituições ou países, que podem ser identificados através de indicadores de renda, saúde, habitação, educação, entre outros.

Comim e Bagolin (2002) destacam que é prática comum entre os pesquisadores reconhecer o caráter multidimensional da pobreza, assim como medi-la através de agregados monetários que revelam a intensidade e o grau da insuficiência de renda sofrida pelos pobres. Medidas de renda podem expressar melhor o desenvolvimento econômico apresentado por algumas regiões, enquanto

medidas multidimensionais representam de forma abrangente o desenvolvimento humano.

Na opinião de Ul-Haq (*apud* COMIN; BAGOLIN, 2002, p.2), medidas multidimensionais podem expressar melhor a perspectiva de “desenvolvimento humano”, centrado na evolução de variáveis substantivas denominadas “distributivas” por enfatizar aspectos comparativos e relativos dos indivíduos na definição de bem-estar social.

Portanto, discutir sobre pobreza vai além de analisar a renda da população, pois ser pobre caracteriza-se por aspectos multidimensionais que abrangem uma série de questões ligadas à sobrevivência e ao bem estar da população.

A literatura sugere que não pode haver redução na pobreza sem um crescimento positivo, mas a mesma taxa de crescimento pode acarretar distintos impactos na redução na pobreza, para diferentes regiões num mesmo período. Todavia, a taxa de crescimento num país pode trazer impactos diferentes entre seus estados e regiões.

Quando se fala em desenvolvimento, um dos objetivos é a redução da pobreza, que pode ser atingida pelo crescimento econômico ou pela distribuição da renda. O crescimento por si só não é o único responsável pela redução da pobreza, pois outras variáveis são necessárias para que haja desenvolvimento humano.

Sabe-se que a pobreza caracteriza-se pela privação de oportunidades e a ausência das condições para o bem-estar. Ser pobre significa a negação das oportunidades e das escolhas mais básicas para uma vida digna e saudável. A pobreza apresenta muitas dimensões. Segundo alguns estudos, o interesse em mensurá-la têm, em algumas vezes, deixado obscuro o fato de que a pobreza é complexa. A renda é uma importante dimensão de pobreza, mas mostra apenas uma visão parcial das muitas frustrações da vida humana. Em vista disto, torna-se necessário avaliar outros indicadores que auxiliem o crescimento com qualidade.

Definir pobreza envolve certa complexibilidade. De acordo com o trabalho de Comin e Bagolin (2002), pode-se classificar quatro tipos de indicadores de pobreza, sendo eles: primeiro a visão de pobreza como insuficiência de renda, o segundo caracteriza a mesma como a privação no espaço das “necessidades básicas”, o terceiro fundamenta-se na dimensão relativa da pobreza e por fim o quarto define pobreza como privação de capacitações básicas.

Primeiramente, para medir pobreza através do parâmetro da renda, pode-se classificar em linha de indigência e pobreza. Medir pobreza como insuficiência de renda acarreta uma preocupação de como estabelecer um valor para cesta alimentar básica, a qual seria a linha de indigência, e das necessidades totais de consumo, linha de pobreza.

Esses valores que vão classificar as linhas de pobreza devem estar de acordo com o tempo e localidade a ser estudada. Também é possível medir o grau de pobreza mediante suas manifestações, ou seja, através das condições inadequadas de habitação, a mortalidade infantil, a desnutrição entre outras consequências causadas pela pobreza (ROCHA, 2003).

As medidas de pobreza podem ser divididas em monetárias e não-monetárias. As linhas de indigência e pobreza estão incluídas na abordagem monetária, uma vez que essas medidas são absolutas, as quais permitem a identificação dos pobres na sociedade. Além da medida absoluta, a abordagem monetária também avalia indicadores de pobreza relativa.

De acordo com Hoffman (1998), quando se dispõe apenas de informações sobre a renda das pessoas, são considerados pobres todos aqueles que estiverem com a renda abaixo do valor pré-estabelecido, denominado linha de pobreza. Segundo o autor, renda é uma abordagem de medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa. Pode-se afirmar que a linha de pobreza é o nível de renda que permite ao indivíduo ter uma vida digna. O problema desta medida é que ela é incapaz de medir a intensidade da pobreza.

Ainda de acordo com a Rocha (2003), noções de pobreza absoluta e de consumo mínimo, as linhas de indigência e de pobreza podem ser definidas de forma tão próxima à noção de pobreza relativa quanto se queira. Quanto mais rica a sociedade, mais o conceito relevante de pobreza se distancia de atendimento às necessidades de sobrevivência. No caso de linhas de pobreza estritamente relativas, trata-se de estabelecer um valor que tenha como referência o nível de vida preponderante na sociedade em questão. A autora ainda coloca que, no caso da pobreza relativa, o valor estabelecido é renda média da população.

Quando se trata de bens não-monetários, de acordo com Salama e Destremau (1999), esse bens afetam o bem-estar dos indivíduos de modo que a linha de pobreza por si só é limitada. Essa linha de pobreza não leva em consideração os feitos externos produzidos pelo Estado ou pela indústria.

Quando se trata da perspectiva das necessidades básicas, outra definição para medir pobreza é a privação de condições materiais para satisfação das necessidades humanas minimamente aceitáveis, como água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo e educação. Esses são os bens indispensáveis para uma vida saudável e a inserção na sociedade. Portanto, esta medida privilegia os domicílios.

Segundo alguns estudiosos, alguns critérios podem ser seguidos para estipular a grandeza das necessidades básicas. A renda é uma variável muito utilizada por alguns pesquisadores para definir a condição social do indivíduo, região, cidade, entre outros. As definições de necessidades básicas vão depender da situação apresentada pela sociedade.

Outro grupo de medidas é baseado no conceito de exclusão social. Este conceito é caracterizado de uma forma multidimensional dos aspectos relativos e absolutos da pobreza. Neste caso, a pobreza é dada como a falta de recursos necessários para os indivíduos participarem de atividades sociais ou usufruírem de padrões de determinada sociedade. Questões como falta de saúde, educação e acesso a outros serviços são exemplos de aspectos multidimensionais da pobreza.

E por último, os conceitos baseados em desenvolvimento humano. Esta vertente é fundamentada na abordagem das capacitações desenvolvidas pelo economista Amartya Sen. Essa abordagem define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades e busca analisar as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos.

No trabalho de Sen (2000), a abordagem da capacitação trata de avaliar os termos de habilidade real de um indivíduo alcançar vários funcionamentos de valor como parte de sua vida, uma vez que se tenta medir não os meios, mas os fins, dos quais os funcionamentos de valores que podem ser atingidos pelos indivíduos.

A perspectiva da capacitação representa a ausência de algumas capacitações básicas para os funcionamentos: um indivíduo carente de oportunidades para atingir alguns níveis minimamente aceitáveis desses funcionamentos. Os funcionamentos relevantes referentes a esta análise podem variar desde os físicos, como estar bem alimentado e abrigado, até as mais complexas realizações sociais. Esta abordagem reconcilia as noções de pobreza relativa e absoluta, uma vez que a privação relativa na renda e em bens pode levar a uma privação absoluta em capacitações mínimas. Na visão do desenvolvimento humano, esta perspectiva é a mais importante.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2000), a perspectiva da renda retrata um indivíduo pobre somente se seu nível de renda estiver abaixo da linha de pobreza definida. Vários países têm adotado linhas de privação de renda para controlar o progresso na redução da incidência de pobreza.

O estudo realizado por Barros, Henrique e Mendonça (2001) retrata que os elevados níveis de pobreza na sociedade brasileira encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, no que se refere à distribuição de renda e à distribuição de oportunidades.

Casos como a falta de dinamismo de algumas regiões proporcionam um empobrecimento da população. Níveis elevados de pobreza muitas vezes estão relacionados com baixa produtividade e, conseqüentemente, à baixa renda per capita. Segundo Salvato (2007), no Brasil a incidência de pobreza é maior do que a maioria dos países que têm a renda per capita semelhante.

No Brasil, em estados pobres, o crescimento econômico é a maneira encontrada para diminuir a pobreza através de subsídios ao setor produtivo. Diversos autores argumentam que o crescimento econômico nem sempre melhora a economia como um todo, uma vez que só será benéfico aos pobres se vier acompanhado por redução na desigualdade.

Cabe ressaltar que não se pode assumir que o crescimento da economia seja condição suficiente para a redução da pobreza e um aumento na qualidade de vida da população. Outras variáveis influenciam na conversão do crescimento econômico em bem-estar. Portanto, a relação entre crescimento da economia e redução da pobreza está longe de ser uma questão simples. A redução da pobreza depende tanto do crescimento como da distribuição de seus benefícios entre os pobres e os não-pobres.

O crescimento por si só é uma condição necessária, mas não suficiente para a redução da pobreza. Entretanto, muitas vezes têm-se dito que o crescimento econômico não é suficiente para a redução da pobreza, já que o desenvolvimento dos recursos humanos para os indivíduos pobres é essencialmente necessário e eficaz na redução da pobreza.

No trabalho feito por Salvato (2007), o autor coloca que o crescimento deixou de ser visto como uma condição necessária e suficiente para a promoção de bem-estar como na “primeira geração de economistas do desenvolvimento”.

Sen (*apud* SALVATO, 2007, p.12):

A contribuição para o debate e o argumento de que “recursos são indicadores imperfeitos do bem estar” foi decisiva para a formulação de uma base conceitual favorável à investigação empírica da relação entre crescimento e pobreza.

De acordo com Comim e Bagolin (2002), a pobreza é um fenômeno multidimensional e diverso que envolve aspectos absolutos ou relativos. Barros, Henrique e Mendonça (2001) propõem que o alto nível de pobreza que aflige a população encontra seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, tanto na distribuição de renda quanto na inclusão social.

O fato da desigualdade tornou-se amplamente reconhecida na sociedade brasileira. Quando se fala em desenvolvimento, vai-se além dos aspectos econômicos, abrangendo também esferas políticas, sociais e culturais, sendo que as questões de cunho econômico e social são as mais importantes.

Segundo Barros, Henriques e Mendonça (2001, p.1):

(...) associam a pobreza no Brasil ao fato de os países do mundo manterem-se pobres. Isso significa que “a pobreza no Brasil pode estar associada, de modo alternativo, ao fato de os países do mundo, em seu conjunto, permanecerem relativamente pobres, significando que estar entre os mais ricos não impede a existência de uma severa escassez de recursos, ou ao fato de o Brasil apresentar um elevado grau de desigualdade na administração dos recursos”.

Os autores citam que, ao comparar o nível de pobreza do Brasil com outros países com renda per capita semelhante, conclui-se que este indicador no caso brasileiro é superior, o que proporciona a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a desigualdade no País. O Brasil é conhecido como um dos países mais desiguais e concentradores em termos de renda. Talvez seja plausível uma explicação para essa realidade: a desigual distribuição de terras no período da colonização.

De acordo com Comin e Bagolin (2002), o Rio Grande do Sul não é considerado um estado pobre; é o sexto estado com maior incidência de pobreza no Brasil. Segundo os autores, a pobreza é maior no espaço rural. Pode-se explicar a desigualdade de renda e a pobreza existente no estado através da sua formação.

O território gaúcho teve sua formação histórica dois tipos de sociedade, ou seja, a história do Estado desde seu início foi marcada pela dicotomia: pastoreio e lavoura. Duas sociedades distintas passam a co-existir: a dos estancieiros e a dos pequenos lavradores, respectivamente uma na Campanha e a outra na Serra

Sudeste. Distintas socialmente, onde uma era formada por latifundiários, peões e escravos e a outra era mais igualitária, constituída por pequenos proprietários. A primeira produzia couro e charque; e a outra trigo e produtos de lavoura.

A diferença na formação desta sociedade reflete-se ainda nos dias de hoje, na desigualdade regional que o Estado apresenta. Enfim, existem dentro do estado do Rio Grande do Sul localidades relativamente empobrecidas, enquanto outras apresentam o desenvolvimento.

2.3 DISCUSSÕES SOBRE CRESCIMENTO PRÓ-POBRE¹ E ESTUDOS EMPÍRICOS

A discussão sobre desenvolvimento econômico e o quanto o crescimento da economia pode reduzir a pobreza trouxe para a literatura mais recente a discussão sobre “*Pro-Poor Growth*”. Não há uma definição única para tal conceito. Elas variam com a importância da caracterização da relação entre crescimento e pobreza. Portanto, existe uma grande discrepância sobre o real significado do crescimento econômico pró-pobre.

Levando em consideração, que todas as definições sobre tal assunto, buscase identificar e mensurar a participação dos pobres na atividade econômica, e como tal participação pode beneficiar os indivíduos mais pobres da sociedade.

Para a definição de crescimento pró-pobre, a contribuição através da medida de pobreza, crescimento e desigualdade são extremamente importantes. Neste contexto, o crescimento pró-pobre está preocupado com a interrelação entre esses três elementos.

Kakwani e Pernia (2000) definem o crescimento pró-pobre como sendo a mudança na distribuição dos rendimentos acompanhada pela redução na pobreza. Esta definição parece ser restrita, uma vez que o rápido crescimento pode ser favorável aos não-pobres, pois geralmente nestes casos os pobres recebem um benefício menor do que o restante dos indivíduos.

¹ Entenda-se também por crescimento com qualidade; Pro-Poor Growth.

A primeira ideia sobre a discussão de crescimento pró-pobre é mais restrita. Os mesmos autores criticam as definições de crescimento com qualidade defendida pela ONU e OCDE. Essas instituições afirmam que o crescimento que resulta na redução da pobreza beneficia os pobres e melhora o acesso às oportunidades.

Segundo os mesmos autores, os fatores de crescimento que beneficiam os pobres e que prevêm melhores oportunidades econômicas são vagos, ou seja, essa definição supõe uma reduzida orientação para que se implantem as políticas públicas.

Outro conceito de crescimento pró-pobre baseia-se na hipótese de que os pobres aproveitam os benefícios do crescimento econômico em uma proporção superior a dos não-pobres. Desta forma, a desigualdade é atacada, enquanto se busca o crescimento (SON, 2004).

Um crescimento positivo é importante, mas não suficiente para avaliar se os pobres irão ser beneficiados. Assim, na avaliação do impacto do crescimento sobre os pobres as informações sobre a distribuição dos ganhos do crescimento são necessárias.

Segundo Ravallion e Chen (2003), crescimento pró-pobre é aquele que reduz a pobreza. Na visão de Kakwani e Pernia (2000), o crescimento é pró-pobre quando o aumento da renda dos mais pobres é maior que o crescimento da renda média, ou seja, segundo esta noção, o crescimento pró-pobre está diretamente associado à redução na desigualdade de renda.

Crescimento pró-pobre é o tipo de crescimento que permite que os pobres participem ativamente na atividade econômica e que possam se beneficiar proporcionalmente mais dos rendimentos deste crescimento do que os não pobres. O Crescimento com qualidade é aquele que reduz a pobreza e possibilita o acesso a oportunidades aos mais pobres. Quando os pobres se beneficiam mais do crescimento do que o resto da população não-pobre, neste caso ocorre crescimento pró-pobre. A redução da pobreza, entre outros fatores, melhora o bem-estar do indivíduo (PERNIA, 2003).

Outras definições limitam o crescimento pró-pobre, como um aumento proporcional nos rendimentos dos pobres do que no resto da população. Klasen (2003) utiliza o conceito de crescimento pró-pobre no sentido de que os pobres se beneficiam mais do proporcional dos rendimentos, ou seja, a parte mais pobre ou

aqueles que estão abaixo da linha da pobreza devem receber mais que a taxa de crescimento da renda média.

Autores como Baulch e Mc Cullock (2000) e White e Anderson (2001) consideram que o crescimento pró-pobre ocorre quando a taxa de crescimento da renda dos pobres é maior que a taxa de crescimento que a renda dos não-pobres. Nessa situação, o crescimento pró-pobre está ligado à redução da desigualdade de renda. Claramente, essas definições sugerem que o crescimento é pró-pobre se a renda dos pobres cresce mais do que os rendimentos dos não-pobres.

Segundo a ideia de Kraay (2004), “a broader and more intuitive definition is that growth is pro-poor if the poverty measure of interest falls”. O autor adaptou essa definição aplicando um padrão da decomposição da pobreza. Nesse contexto, são usadas três técnicas para identificar fontes potenciais de crescimento pró-pobre: (1) uma elevada taxa de crescimento dos rendimentos médios; (2) uma elevada sensibilidade da pobreza ao aumento dos rendimentos médios; e (3) uma redução do padrão da pobreza na renda familiar.

Vários estudos tentam definir de uma forma clara crescimento pró-pobre. Entre eles: Kakwani e Pernia (2000), McCulloch et al (2000), Ravallion e Chen (2003). Esses estudos apresentam mérito e limitações a respeito do assunto. Nesta definição, acentua-se a redução da pobreza com conseqüente redução na desigualdade, durante o crescimento econômico.

Segundo Kakwani (2000), a definição de crescimento pró-pobre do Banco Mundial é relativamente fraca. De acordo com essa definição, os pobres podem receber uma pequena parte do total dos benefícios gerados pelo crescimento. Essa situação é caracterizada por *trickle-down*, onde os pobres recebem proporcionalmente menos do que os não-pobres. Portanto, esse conceito de “*trickle-down*” predominou nos anos 60, ou seja, é uma forma de crescimento que supõe um movimento vertical na distribuição de renda, onde os benefícios do crescimento acabam respingando nos indivíduos mais pobres da sociedade.

Segundo o autor, o crescimento pode aumentar a pobreza se o aumento da desigualdade for tão grande que anule o ganho da renda dos mais pobres.

As diferentes abordagens diante da definição de crescimento pró-pobre levam a discussões dos significados que podem ser considerados fortes ou fracos na literatura econômica. Outra questão a ser discutida na literatura é que a redução da

desigualdade pode levar à redução da pobreza durante o processo de crescimento econômico.

Ainda de acordo com o Kakwani (2000), a definição de crescimento pró-pobre pode ser caracterizada em relativa ou absoluta: quando o crescimento beneficiar os pobres mais que os não-pobres, uma vez que este crescimento reduz a pobreza, mas também melhora a desigualdade. Neste caso, a definição seria relativa, já que implica uma redução relativa na desigualdade. Ao contrário, uma medida de crescimento pró-pobre é absoluta quando os pobres recebem os benefícios do crescimento absoluto de uma maneira igual ou superior a recebida pelos não-pobres. De acordo com essa definição, desigualdade absoluta é reduzida durante o crescimento da economia.

Sobre o conceito de crescimento pró-pobre, há uma grande diversidade na definição de tal medida. Assim sendo, tal questão tem atraído um vasto número de pesquisadores.

Para Kakwani e Pernia (2000, p.4), o crescimento com qualidade pode ter suas raízes "(...) model of 'redistribution with growth' could be regarded as the inception of the whole debate on pro-poor growth, as well as a culmination of the critique of the trickle-down hypothesis".

Kakwani e Son (2000) destacam que o crescimento pró-pobre tem suas raízes no modelo de "crescimento com redistribuição", sendo que este pode ser considerado como o princípio de todo o debate sobre crescimento pró-pobre. Assim como na hipótese do "*trickle-down*" ou ainda mais recente, usou-se a expressão "crescimento com base ampla" no Relatório sobre Desenvolvimento Mundial (1990).

A definição do Banco Mundial é geral e menos rigorosa. Nesta definição, os pobres ficariam com uma pequena parte do total dos benefícios do crescimento. Essa situação caracteriza-se por "*trickle down*", porque aqui os pobres recebem menos rendimentos do crescimento do que os não-pobres. Literalmente, crescimento pró-pobre implica que os pobres devem receber mais em comparação aos não-pobres.

Estudos sobre crescimento e pobreza destacam que o crescimento econômico pode ser benéfico aos pobres, se este for acompanhado por redução da desigualdade. Aspecto de mudança na distribuição de renda em favor dos pobres evidencia um crescimento pró-pobre.

A discussão sobre o aumento do PIB ser suficiente para um país ou região se desenvolver está ultrapassada. Existe uma distinção entre crescimento e desenvolvimento, ou seja, para haver algum tipo de crescimento com qualidade, indicadores sociais devem ser levados em consideração, pois estes não devem ficar em segundo plano. A qualidade do crescimento tem se tornado ponto principal em países em desenvolvimento, sendo que nestes existe um grande número de indivíduos vivendo abaixo da linha da pobreza.

Segundo Pernia (2003), a relação entre crescimento e pobreza é altamente específica para cada país. Para o autor, o crescimento e a distribuição conjunta caracterizam um crescimento com qualidade. A distribuição é fundamental para a redução da pobreza. O crescimento pró-pobre exige que o crescimento da renda dos pobres deva exceder o rendimento médio global. Para entender melhor a definição de crescimento com qualidade, é preciso considerar de uma forma conjunta o crescimento e a distribuição. Deve-se salientar que a distribuição é fundamental para a redução da pobreza.

A redução da pobreza tornou-se o objetivo mais importante para o desenvolvimento, uma vez que esta redução pode ser alcançada pelo crescimento econômico ou pela redistribuição.

Além da discussão em torno do conceito de crescimento pró-pobre, também há um debate sobre como medir tal crescimento, como salientar o impacto do crescimento sobre os níveis de pobreza e distribuição.

Pode-se encontrar na literatura algumas formas muito utilizadas de medir "*pro-poor growth*". Cabe medir a importância de cada efeito na variação da pobreza, seja ele da redistribuição de renda ou do crescimento econômico. Na literatura, encontram-se duas formas bastante usadas: primeira, a análise das elasticidades da pobreza em relação à renda e à desigualdade, e a outra análise da decomposição² da variação de pobreza em efeitos renda e distribuição.

O que torna o crescimento pró-pobre? Como muito se tem falado muitas vezes o crescimento econômico não é suficiente para a redução da pobreza. O desenvolvimento dos recursos humanos para os indivíduos pobres é amplamente visto como um componente necessário para a redução da pobreza.

² Ver Kakwani e Penia (2000) e Ravallion e Datt (1997)

Na análise do crescimento pelas elasticidades da pobreza, a referência é Ravallion e Datt (2002). A elasticidade do crescimento econômico em relação à pobreza é uma das maneiras mais usadas para avaliar crescimento pró-pobre, uma vez que mede a sensibilidade da pobreza em relação ao crescimento da economia, isto é, quanto reduz a pobreza em termos percentuais, dado um aumento percentual no crescimento econômico.

Para Kakwani e Pernia (2000), a medida de crescimento pró-pobre leva em conta o efeito do crescimento sobre a distribuição da renda e da pobreza. Tal medida busca a redução da pobreza que depende tanto do crescimento como da alteração da distribuição de renda. Especificamente, o aumento no crescimento reduz a pobreza. Mas se tais aumentos também estão associados a um aumento da desigualdade, conseqüentemente a magnitude da redução da pobreza será mais baixa. Logo, um aumento da desigualdade anula o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza.

Os autores decompõem a variação proporcional da pobreza em dois componentes: primeiro, o impacto do crescimento na distribuição de renda não se altera; segundo, o impacto da distribuição da renda, quando o rendimento total se mantém constante. O primeiro efeito é caracterizado efeito de crescimento puro, e o segundo efeito de desigualdade pura. Se o efeito de crescimento é negativo, este reduz a pobreza, se a desigualdade for mantida constante; enquanto o efeito de desigualdade é negativo se a desigualdade diminui, ou ao contrário.

Ravallion (2000) e Ravallion e Chen (1997) estimaram a elasticidade do crescimento em relação à pobreza definida em termos absolutos. Aplicando o conceito relativo da pobreza em um grande número de países, Dollar e Kraay (2000) verificaram que o crescimento dos rendimentos dos pobres, quando estimada a elasticidade do crescimento para a renda per capita, no primeiro quintil da distribuição, defendem que a elasticidade é próxima de 1. Para eles, uma variação no crescimento da economia faz com que os pobres melhorem suas condições na mesma proporção. Mas, quando a análise parte do conceito de pobreza absoluta, assumem a razão maior que 2, ou seja, essa corrente defende que um crescimento de 5% reduz a pobreza em mais de 10%.

Na análise de crescimento pró-pobre pela elasticidade da pobreza, a grande referência internacional é Ravallion e Datt (2002). No trabalho realizado por estes autores, nos quinze principais estados da Índia nos períodos de 1960/61 e

1993/1994, analisaram o impacto do crescimento sobre a pobreza. Testaram se existe alguma diferença significativa nas elasticidades da pobreza entre os estados indianos. Neste trabalho, as análises empíricas mostraram que a pobreza respondeu melhor em zonas rurais do que urbanas.

Para avaliar questões relacionadas ao ritmo de decréscimo da pobreza nas diferentes regiões frente ao mesmo crescimento econômico, os autores passaram a utilizar condições iniciais. Estas condições iniciais têm como objetivo determinar se existe ou não alguma influência na formação das elasticidades. Os autores constataram que a inflação contribui para o aumento da pobreza e que as elasticidades da pobreza em relação ao produto real agrícola *per capita* e ao gasto do governo em programas sociais são negativas.

Outra conclusão interessante refere-se às condições iniciais, sendo estas de grande influência nas elasticidades, em especial, à taxa de alfabetização inicial. Portanto, os melhores desempenhos na redução da pobreza estavam relacionados a condições iniciais favoráveis de recursos humanos e de infraestrutura.

Kakwani e Pernia (2000) analisaram o crescimento da Tailândia pós-crise asiática. Os autores constataram que a pobreza reduziu, mas a crise afetou mais os pobres que os ricos. Ao falar da experiência da Ásia como sendo o continente pioneiro em propiciar crescimento pró-pobre, salientam que sociedades que apresentam um alto nível de desigualdade usualmente enfrentam dificuldades em manter o rápido crescimento.

Em nível nacional, alguns estudos foram realizados para medir a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento. No trabalho realizado por Tochetto et al (2004), o objetivo foi mensurar para os estados brasileiros as elasticidades do crescimento em relação à pobreza com ênfase nas diferenças interestaduais, nas décadas de oitenta e noventa.

Os autores constataram que a elasticidade da pobreza do crescimento varia entre os estados analisados. Apenas no estado do Ceará e no Distrito Federal ocorreu elasticidade negativa, isto é, o crescimento reduz a incidência de pobreza; neste caso houve crescimento pró-pobre. Nos outros estados brasileiros, o crescimento piora a situação de pobreza. Isso leva à constatação de que existe uma grande heterogeneidade nas elasticidades da pobreza dentro do País.

Para ampliar políticas de bem-estar social, este é um resultado que vem corroborar para as melhores escolhas de políticas econômicas e sociais. De acordo

com o estudo, a década de oitenta caracterizou-se por períodos de rápido crescimento. Em média, aumentou mais a renda da população mais rica, enquanto a população mais pobre não foi beneficiada por tal crescimento. Desta forma, esta década foi “pró-rico”.

Os autores também utilizaram a curva de crescimento-pobreza proposta por Son (2004) uma vez que esta curva mede o grau no qual o crescimento é pró-pobre ou empobrecedor. A partir da curva, os resultados encontrados, em termos gerais, mostra que o crescimento foi pró-pobre durante a década de noventa, contrastando os resultados apresentados nos anos oitenta.

Araújo Junior *et al.* (2007) estimaram três modelos para testar a elasticidade da pobreza do crescimento para o Brasil, grandes regiões e estados brasileiros, no período de 1991 e 2000. Os modelos consistiram da seguinte forma: o primeiro sem considerar o efeito de interação entre renda e desigualdade, o segundo com interação suposta linear e o último usando interação não-linear. Foram mensuradas simultaneamente as elasticidades da redução da pobreza e da indigência em relação ao crescimento econômico e à taxa de variação da desigualdade.

A análise sugere que, entre as grandes regiões, a maior elasticidade crescimento da redução da pobreza foi na região Sudeste, com destaque o estado de São Paulo. Os autores também constataram que quanto maior o Gini inicial, menor a redução da pobreza provocada pelo crescimento econômico.

As curvas de crescimento-pobreza mostraram que o Brasil e nenhuma grande região apresentaram crescimento pró-pobre na década de noventa. Já a análise municipal revela crescimento com qualidade em quase $\frac{1}{4}$ dos municípios brasileiros. O Rio Grande do Sul e Roraima, com mais da metade dos seus municípios, apresentaram crescimento pró-pobre.

A partir dos dados do Censo Demográfico (1991, 2000), o trabalho realizado por Gonçalves e Neto (2007) buscou evidências a respeito da qualidade do crescimento nos municípios nordestinos. Os autores utilizaram a noção de Kakwani e Pernia (2000), a qual sugere que o crescimento é pró-pobre se a renda dos mais pobres crescer proporcionalmente mais que a dos não-pobres, ou seja, utilizando-se da ideia de que o crescimento é pró-pobre se este reduzir a desigualdade.

Os principais resultados encontrados mostram que o crescimento com qualidade ocorreu em apenas 21 municípios nordestinos. Desta forma, 247 foram

identificados como não pró-pobre e 1031 inconclusivos. Além disso, foram identificados 159 municípios com crescimento empobrecedor.

Através de uma análise descritiva, os autores mostraram que os municípios que reduziram a desigualdade de renda através do crescimento econômico localizam-se em maior número no semiárido. Esta região apresentou o menor número de pessoas ocupadas no setor agropecuário; os indivíduos possuem mais anos de estudo e o número de analfabetos é menor; apresenta uma alta renda *per capita* e por fim recebe menos transferências do governo. Portanto, essa região apresenta outros indicadores que possibilitam que o crescimento reduza a desigualdade.

A região nordeste é conhecida por ter o maior percentual de pobres do Brasil, por isso as políticas de promoção do crescimento da renda nesta região tem sido mais pró-pobre que nas outras regiões do País.

De acordo com Silveira Neto (2005), a baixa qualidade do crescimento nordestino, ou seja, seu caráter relativamente menos pró-pobre, está associada aos elevados níveis de desigualdade na posse dos ativos produtivos. A desigualdade a níveis de capital humano e a posse da terra mostraram-se importantes condicionantes do crescimento relativo da renda domiciliar *per capita* da população mais pobre.

No trabalho realizado para a região Sudeste do Brasil, Herskovic e Figueiredo (2008) basearam-se na metodologia de Ravallion e Datt (2002), com o objetivo de encontrar as diferentes elasticidades da pobreza para os estados da região sudeste, uma vez que foram usadas diferentes condições iniciais para explicar a influência no comportamento da pobreza perante o crescimento econômico e as variações na distribuição da renda.

O estudo foi dividido em três partes: primeiro, o cálculo das elasticidades da pobreza em relação à renda *per capita* média e ao índice de Gini; segundo, teste sobre a existência de diferenças nas elasticidades; e, por último, verificação das condições iniciais que afetaram o valor das elasticidades. As evidências comprovam diferentes elasticidades para os estados da região Sudeste do Brasil, uma vez que os estados mais ricos têm as maiores elasticidades (em módulo) – São Paulo e Rio de Janeiro.

Neste trabalho ficou comprovado que a variação da indigência³ é mais elástica tanto ao índice de Gini quanto às condições iniciais, ou seja, afetam as elasticidades da pobreza e da indigência de forma sistematicamente diferentes. Segundo os autores, se as condições iniciais (menor taxa de analfabetismo, frequência escolar, maior IDH, entre outras) fossem melhores, o impacto seria muito maior, isto é, seria mais fácil combater a pobreza e a indigência, uma vez que as elasticidades seriam maiores e a influência do crescimento econômico e da redução da desigualdade seria maior.

No estudo realizado por Resede (2008) para as macrorregiões e municípios do estado de Minas Gerais, no período de 1991 e 2000, pode-se comprovar que o território mineiro apresenta diferentes taxas de crescimento econômico. A diversidade encontrada mostra regiões com boa qualidade de crescimento, ou seja, uma maior capacidade de reduzir a proporção de pobres para um determinado crescimento. Por outro lado, existem regiões com uma qualidade de crescimento econômico inferior.

Segundo o autor, a partir das características sócio-econômicas dos municípios, isto é, de maneira geral, a diferenciação entre os municípios com um crescimento pró-pobre e não pró-pobre não ficou clara. Enquanto isso, as características dos municípios que apresentaram crescimento pró-pobre e aqueles que apresentaram um crescimento empobrecedor foram identificadas através da metodologia usada.

Para o Rio Grande do Sul, o estudo realizado por Bakof (2006) mostra que o território gaúcho, no período de 1991 e 2000, teve seu crescimento heterogeneamente distribuído. A análise mostra que algumas microrregiões demonstraram um crescimento pró-pobre, enquanto outras demonstraram que os ricos foram os mais beneficiados. Na microrregião de Jaguarão, ocorreu crescimento empobrecedor. Neste caso, a população mais pobre não apenas se beneficiou menos do crescimento, mas efetivamente ficou mais pobre.

Segundo o autor, na média de renda per capita dos municípios gaúchos, o crescimento na década de noventa demonstrou ser pró-rico. No total de 35 microrregiões analisadas, apenas 16 apresentaram crescimento pró-pobre. Portanto,

³ ¼ do salário mínimo vigente em 2000.

o crescimento não possuiu efeitos homogêneos entre as regiões e ele é afetado por fatores vinculados às características originais das mesmas.

Tejada *et al.* (2008) realizaram um trabalho cujo objetivo era analisar a relação entre o crescimento econômico e a pobreza para o estado de Alagoas, nos anos de 1991 e 2000. As evidências que o estudo mostra em relação às diferentes taxas de crescimento econômico nas microrregiões alagoanas constata que, mesmo com o aumento da renda média per capita, as microrregiões do Estado apresentaram níveis elevados de pobreza e indigência muito acima do nível da região Nordeste e do Brasil.

Os resultados do trabalho mostram que as políticas de crescimento econômico não estão sendo direcionadas para a redução da pobreza. Em vista disso, na maioria das microrregiões ocorreu crescimento empobrecedor, uma vez que houve crescimento positivo, mas ocorreu uma diminuição da renda per capita dos pobres e um aumento na renda per capita dos ricos.

Em suma, através das análises realizadas pelos autores acima, comprova-se que o crescimento econômico no Brasil ocorreu de maneira heterogênea nas regiões. Isto mostra a grande diversidade no território brasileiro.

Assim, neste capítulo, foram abordados temas relacionados a questões de desigualdade e crescimento, medidas de pobreza e as principais discussões sobre crescimento pró-pobre nas regiões. Portanto, o crescimento econômico pode ser um meio, mas não um fim para fixar o desenvolvimento. Para isso, torna-se necessário investigar variáveis abrangentes em questões econômicas, sociais e demográficas do estado do Rio Grande do Sul.

3 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA, DEMOGRÁFICA E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS E COREDES DO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo, procuram-se analisar as distintas características do território gaúcho. O Estado do Rio Grande do Sul apresenta heterogeneidade entre suas regiões, uma vez que o desenvolvimento socioeconômico encontrado no Estado possui uma dinâmica diferenciada dentro do espaço gaúcho.

O cenário da desigualdade regional no Rio Grande do Sul mostra, ao longo do tempo, uma tendência de agravamento, já que algumas regiões não conseguem prosperar economicamente. No trabalho realizado por Filippi e Waquil (2008), os autores procuraram desconstruir o mito que divide o Estado em duas metades: Metade Norte e Metade Sul, uma vez que tal afirmação denominaria a Metade Sul como a parte “pobre”, sendo que nesta região são encontrados os indicadores de desenvolvimento mais baixos do Estado.

Neste trabalho, os autores sugerem a divisão em três regiões, dando um destaque para o eixo RMPA e a ACS⁴, sendo que as comparações entre as regiões mostram que a Metade Norte não deve ser vista como “metade rica”.

As formações históricas e geográficas contribuíram e muito para essas disparidades existentes dentro do território gaúcho. O processo de ocupação do Rio Grande do Sul foi determinante para a diversificação produtiva, ou seja, a história do Estado desde o início foi marcada pela dicotomia: pastoreio e lavoura. Duas sociedades distintas passam a co-existir: a dos estancieiros e dos pequenos lavradores, respectivamente na região sul, norte e nordeste.

A proposta é analisar o Rio Grande do Sul através dos seus Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). Estes foram implantados no Rio Grande do Sul no ano de 1991 e sancionados pela Lei Estadual nº 10.283 em 1994. Os COREDES servem para promover uma maior e melhor integração entre as regiões do Estado, procurando promover discussões e decisões sobre políticas e ações a serem implantadas, visando promover o desenvolvimento socioeconômico entre os municípios. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo “a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da

⁴ Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Aglomeração de Caxias do Sul (ACS)

integração dos recursos e das ações do governo na região, propondo à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição quantitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente” (Art.2º da Lei 10 283). Atualmente, o Estado apresenta 28 COREDES⁵, com um total de 496 municípios, como mostra a Figura a seguir.

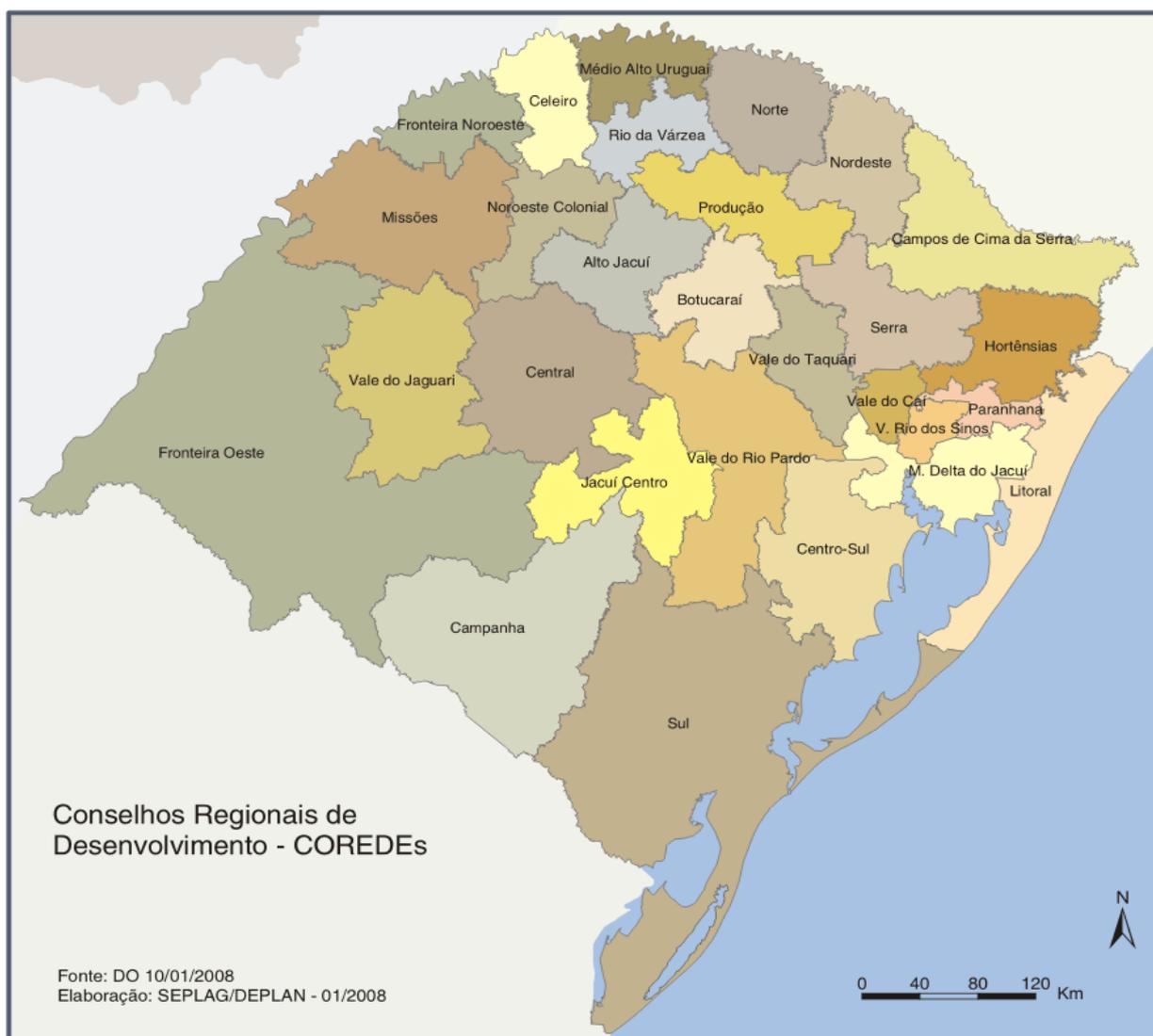


Figura 1: Divisão do Rio Grande do Sul em COREDES
Fonte: Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul

De acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, a renda per capita média do Rio Grande do Sul cresceu 36,91%, passando de R\$ 261,39 (1991) para R\$ 357,74 (2000)⁶. A pobreza para pessoas com renda domiciliar per capita

⁵ Para este trabalho foi usada a divisão do Rio Grande do Sul em 22 COREDES, uma vez que análise compre o período de 2000 a 2006.

⁶ O último ano do Censo Demográfico foi 2000.

inferior a R\$ 75,50 diminuiu 31,58%, passando de 28,8%, em 1991, para 19,7% em 2000. Entretanto, a desigualdade medida através do índice de Gini cresceu, passando de 0,58 (1991) para 0,59 em 2000.

Portanto, neste capítulo será feita uma descrição econômica, demográfica e social recente dos COREDES e municípios gaúchos. Através do Índice de Gini, será possível avaliar a concentração de renda. Também será avaliada a situação social e demográfica do território gaúcho.

3.1 RENDA

A tendência à estagnação econômica em várias partes do estado do Rio Grande do Sul e à redução na participação do PIB por algumas regiões pode ser um indicativo de agravamento na desigualdade no Estado. De acordo com alguns estudos realizados por Alonso e Bandeira (1990), as disparidades regionais no Estado podem ter iniciado nos anos 40, uma vez que o Rio Grande do Sul acompanhou o desenvolvimento econômico do Brasil.

Dessa forma, a força exercida por algumas regiões prospera tanto que conseguiram acompanhar esse desenvolvimento, reforçando a ideia de Myrdal (1968) de que as desigualdades tendem aumentar em economia capitalista, uma vez que os “efeitos propulsores” são um atrativo para os indivíduos de regiões mais pobres.

No espaço gaúcho, a característica de alguns municípios é a grande geração de renda e uma concentração por parte destes, contrastando a grande maioria que tem como estrutura produtiva a agropecuária. Sendo assim, como a força de trabalho exerce um movimento livre de migração entre as regiões do território gaúcho, conseqüentemente acaba procurando regiões mais “ricas”.

De acordo com a evolução e participação dos municípios no PIB do Rio Grande do Sul, verifica-se que do total de 496 (2006), dezoito deles somam uma participação superior a 50%, levando em consideração que a concentração de renda pode ser vista com um dos fatores de pobreza regiões sem atrativos econômicos configuram-se como regiões empobrecidas.

Tabela 1

Participação dos municípios gaúchos no PIB do Estado, 2000 - 2006

Municípios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Porto Alegre	14,079	13,090	19,329	17,560	17,253	19,507	19,197
Canoas	6,279	6,266	5,643	5,896	6,293	6,149	6,124
Caxias do Sul	5,419	5,365	5,182	5,081	5,428	5,751	5,495
Triunfo	3,651	3,074	2,748	2,793	3,364	3,404	2,910
Rio Grande	2,204	2,329	2,419	2,386	2,386	2,091	2,215
Gravataí	2,153	2,741	2,249	2,123	2,359	2,460	2,473
Novo Hamburgo	2,714	2,581	2,802	2,538	2,707	2,662	2,484
Santa Cruz do Sul	1,913	2,001	1,873	1,849	2,034	1,976	1,790
Pelotas	1,969	1,928	1,943	1,796	1,819	1,823	1,821
Passo Fundo	1,437	1,358	1,745	1,786	1,715	1,663	1,666
São Leopoldo	1,574	1,479	1,552	1,527	1,549	1,586	1,524
Bento Gonçalves	1,531	1,457	1,286	1,167	1,231	1,328	1,271
Santa Maria	1,425	1,371	1,592	1,545	1,561	1,628	1,689
Cachoeirinha	1,299	1,251	1,212	1,250	1,348	1,356	1,301
Esteio	1,190	1,149	1,125	1,091	1,026	1,058	1,075
Viamão	1,052	0,964	0,885	0,881	0,884	0,922	0,909
Uruguaiana	0,744	0,796	0,967	0,838	0,881	1,145	1,166
Erechim	0,960	0,918	0,858	0,945	0,890	0,904	0,903
Campo Bom	1,112	1,092	0,839	0,762	0,795	0,784	0,701
Demais municípios	47,295	48,791	43,750	46,187	44,477	41,804	43,287

FONTE: FEE

Neste caso, os municípios com maior participação no PIB do Rio Grande do Sul fazem parte dos COREDES: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Sul, Vale do Rio Pardo, Produção, Central, Fronteira Oeste, Norte. Nota-se que esta participação está concentrada em apenas 8 COREDES, sendo que o número de COREDES, no período de 2000 a 2006, variou entre 22 a 24 Conselhos. Nas macrorregiões do estado, estes COREDES com seus respectivos municípios estão assim situados nas macrorregiões: Nordeste, Sul e Norte.

Ressalta-se que muitos municípios podem ter grande participação no PIB do Estado, mas apresentarem um elevado número de pessoas empobrecidas. Enquanto outros municípios menores onde a participação é pequena no PIB do estado podem apresentar níveis reduzidos de pobreza.

Como o foco do trabalho é a análise através de trabalhadores com registro na RAIS, foram utilizados os diferentes níveis salariais dos trabalhadores formais do território gaúcho no período de 2000 a 2006 para avaliar a desigualdade da

distribuição da renda através do Índice de Gini, já que este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição da renda. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

No caso do Rio Grande do Sul, quando se verifica a concentração da renda, percebe-se que dos 22 COREDES analisados no espaço de tempo de seis anos, o que possui maior concentração de renda é o Paranhana-Ecosta da Serra. Este COREDE possui uma população de 197.006 habitantes (2006) e um PIB per capita de R\$9.756 (2006).

No conjunto dos 10 municípios que compõem esse COREDE, Santa Maria do Herval no período de 2000 a 2005 apresentou o maior índice de desigualdade de renda⁷. Este município possui uma população de 6.142 habitantes (2006) e um PIB per capita de 12.344 (2006), (FEE, 2009).

Entretanto, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí obteve os melhores resultados dos 22 COREDES analisados, com os menores índices em todo o período analisado. Este COREDE possui uma população de 2.427.812 habitantes (2006) e um PIB per capita de R\$18.074(2006), com um total de dez municípios. No período de 2000 a 2006, o município de Triunfo apresentou o menor Índice de Gini, formado por um total de 23.754 habitantes (2006) e um PIB per capita R\$ 180.420 (2006).

Com as informações da tabela abaixo, é possível perceber que o ano de 2005 foi marcado por uma diminuição da desigualdade em quase todos os COREDES. Entretanto, essa redução foi mínima, uma vez que não se manteve e voltou a aumentar em 2006.

Os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Sul foram os únicos que durante o período de análise obtiveram um crescimento no Índice de Gini, ou seja, ocorreu nessa região um aumento na desigualdade de renda.

⁷ Ver anexo

Tabela 2

Índice de Gini para média salarial dos trabalhadores formais							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alto do Jacuí	0,428	0,594	0,607	0,607	0,611	0,603	0,622
Campanha	0,490	0,602	0,597	0,607	0,604	0,620	0,623
Central	0,551	0,614	0,616	0,622	0,622	0,622	0,631
Centro-Sul	0,572	0,608	0,606	0,614	0,624	0,623	0,637
Fronteira Noroeste	0,552	0,612	0,604	0,607	0,607	0,602	0,617
Fronteira Oeste	0,587	0,609	0,604	0,617	0,611	0,613	0,627
Hortênsias	0,602	0,642	0,625	0,633	0,638	0,639	0,649
Litoral	0,559	0,637	0,634	0,638	0,644	0,638	0,658
Médio Alto Uruguai	0,558	0,635	0,629	0,640	0,642	0,644	0,656
Metropolitano Delta do Jacuí	0,514	0,515	0,521	0,518	0,520	0,529	0,535
Missões	0,529	0,616	0,617	0,614	0,619	0,615	0,634
Nordeste	0,517	0,616	0,612	0,614	0,616	0,614	0,625
Nordeste Colonial	0,524	0,606	0,616	0,622	0,621	0,616	0,632
Norte	0,513	0,610	0,617	0,619	0,625	0,614	0,632
Paranhana-Encosta da Serra	0,598	0,664	0,682	0,673	0,685	0,682	0,694
Produção	0,566	0,632	0,645	0,646	0,646	0,641	0,643
Serra	0,554	0,606	0,612	0,615	0,619	0,612	0,619
Sul	0,574	0,625	0,633	0,641	0,646	0,651	0,664
Vale do Caí	0,574	0,625	0,633	0,641	0,646	0,651	0,664
Vale do Rio dos Sinos	0,566	0,574	0,582	0,585	0,587	0,585	0,596
Vale do Rio Pardo	0,558	0,598	0,595	0,601	0,611	0,606	0,624
Vale do Taquari	0,562	0,628	0,640	0,649	0,641	0,639	0,660

Fonte: Elaborada pela autora a partir RAIS⁸

Quando se comparam os anos de 2000 e 2006, nota-se que no intervalo de seis anos houve o predomínio da concentração de renda, ou seja, com o aumento do Índice de Gini é possível perceber que a desigualdade de renda aumentou nos COREDES. Assim, conforme consta no Gráfico 1, o COREDE Campanha teve o maior aumento da desigualdade 0,412 e 0,626, respectivamente em 2000 e 2006. Também é possível analisar que o índice em alguns COREDES oscilou, mas a conclusão que se chega é de que a desigualdade aumentou nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, para a análise de níveis salariais.

⁸ Os dados utilizados para calcular o G foram extraídos da Rais, ou seja, o número total de trabalhadores para todos os níveis de salário.

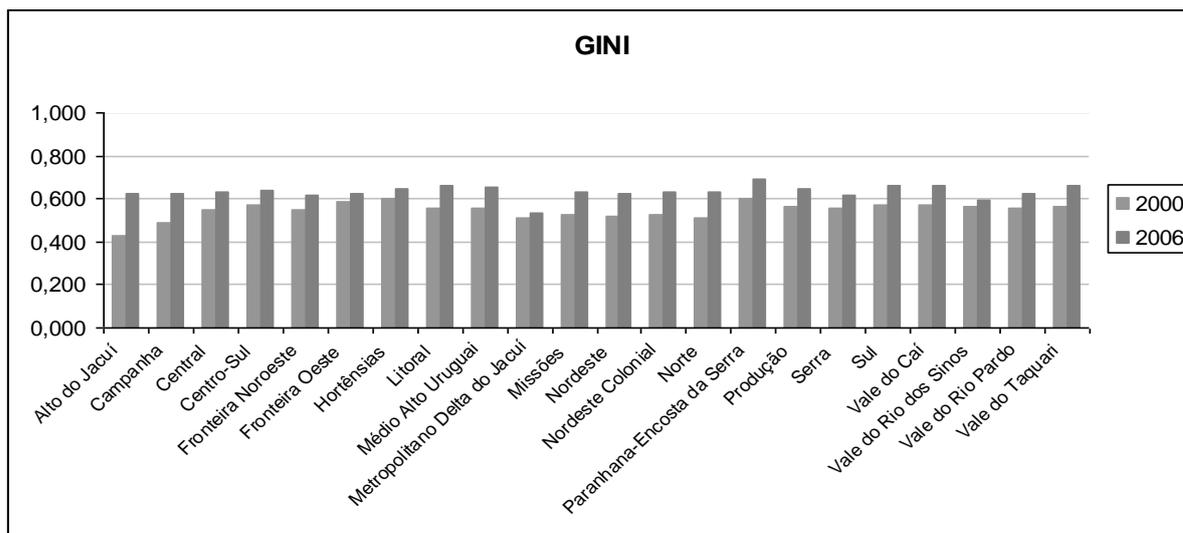


Gráfico 1
Fonte: RAIS

No período de 2000 a 2006, merece destaque a mudança no nível salarial predominante no Rio Grande do Sul. Nesse intervalo, houve alteração no comportamento dos salários dos trabalhadores gaúchos. Portanto, reduziu o número de salários, mas não o poder de compra das famílias. Constata-se que em 2002 e 2003 a maior parte da população gaúcha com registro na Relação Anual de Informações Sociais ganhava entre 2 e 3 salários mínimos. Em 2004 e 2005, a população passou a receber de 1,5 a 2 salários e em 2006 de 1 a 1,5 salários.

Através da tabela 3 é possível verificar que 93% dos COREDES têm média salarial entre 1,01 a 1,5 salários. Dentre os COREDES, o Metropolitano Delta do Jacuí e Serra apresentam a maior participação nos níveis salariais entre 2,01 a 3 salários.

Tabela 3

Distribuição dos diferentes níveis salariais nos COREDES

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	Total
Alto do Jacuí	0,41	4,81	31,84	22,74	20,59	8,37	3,65	3,41	2,04	1,35	0,51	0,28	100,00
Campanha	0,41	2,95	38,68	22,36	16,94	7,22	3,14	3,68	2,13	1,61	0,54	0,35	100,00
Central	0,47	4,10	32,28	20,64	17,36	8,17	4,35	5,18	3,31	2,38	1,24	0,51	100,00
Centro-Sul	0,40	3,81	29,87	26,06	21,79	8,22	3,64	3,20	1,66	0,88	0,29	0,18	100,00
Fronteira Noroeste	0,71	5,30	26,45	23,50	20,46	9,97	4,82	4,09	2,12	1,45	0,58	0,54	100,00
Fronteira Oeste	0,47	4,12	35,67	23,29	18,66	7,11	3,67	3,18	1,96	1,13	0,42	0,31	100,00
Hortênsias	0,47	3,14	34,04	26,12	18,63	8,36	3,53	2,93	1,43	0,85	0,27	0,21	100,00
Litoral	0,23	3,20	38,05	27,03	17,71	5,81	2,80	2,74	1,59	0,57	0,21	0,06	100,00
Médio Alto Uruguai	0,48	5,21	37,98	20,70	19,49	6,77	3,51	3,41	1,34	0,62	0,32	0,17	100,00
Metropolitano Delta do Jacu	0,41	2,68	17,57	18,23	21,73	10,86	6,25	7,25	5,71	4,31	2,17	2,86	100,00
Missões	0,66	5,31	33,54	24,01	19,75	7,24	3,16	3,20	1,47	1,01	0,48	0,17	100,00
Nordeste	0,37	4,69	36,66	21,84	18,58	7,22	3,43	3,19	1,95	1,27	0,53	0,27	100,00
Nordeste Colonial	0,62	5,02	30,34	22,66	21,33	8,26	3,73	3,81	2,12	1,28	0,52	0,32	100,00
Norte	0,40	3,65	27,53	23,84	23,34	9,54	4,16	3,85	1,94	1,10	0,43	0,22	100,00
Paranhana-Encosta da S	0,27	2,55	27,09	27,93	22,13	8,99	4,76	3,49	1,86	0,65	0,16	0,11	100,00
Produção	0,57	4,03	26,98	23,08	24,13	8,66	3,94	3,57	2,22	1,36	0,66	0,79	100,00
Serra	0,39	2,46	16,91	20,90	26,01	12,54	6,92	6,97	3,70	1,85	0,70	0,66	100,00
Sul	0,74	4,89	31,03	20,64	18,10	8,50	4,72	4,33	3,15	2,10	0,97	0,82	100,00
Vale do Caí	0,48	4,25	28,10	22,36	21,90	9,71	4,56	4,22	2,28	1,22	0,43	0,49	100,00
Vale do Rio dos Sinos	0,71	3,20	23,68	21,99	21,71	10,33	5,66	5,48	3,46	2,01	0,86	0,91	100,00
Vale do Rio Pardo	0,49	3,47	30,93	22,88	19,34	8,15	4,66	4,89	2,49	1,33	0,57	0,79	100,00
Vale do Taquari	0,42	3,57	30,00	25,50	21,76	8,62	3,76	3,21	1,77	0,89	0,34	0,17	100,00

Fonte: RAIS.

Quando se compara os níveis salariais de cada COREDE com o total de salários do Rio Grande do Sul, é possível verificar que dos 22 COREDES a maior concentração salarial está nas seguintes faixas: entre 0,5 e 1 salário-mínimo; quatro recebem 0,5 salário-mínimo; dez entre 1 e 1,5 salários; dois entre 1,5 e 2 salários; um entre 4 e 5 salários-mínimos e 1 mais de 20 salários.

3.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A dinâmica da sociedade brasileira e também gaúcha, através da intervenção do Estado, no período da colonização, levou ao processo de ocupação desigual do território, ou seja, a uma concentração demográfica em algumas de suas regiões, durante alguns anos. Na atualidade, essa concentração pode ser explicada pela decisão da população em migrar para regiões onde a oferta de melhores condições é mais atraente.

Num dado momento, as regiões estão em equilíbrio, mas a escassez de possibilidades leva a população a sair das regiões menos atrativas economicamente. Essas migrações são um mecanismo de transferência da população de regiões agrícolas para setores urbanos e industriais, ocasionando desequilíbrios regionais.

Segundo o IBGE, o Brasil está atravessando um processo de transição demográfica, visto que o crescimento médio da população está caindo. O aumento da expectativa de vida juntamente com os avanços da medicina tem como consequência a mudança no perfil da população brasileira. De acordo com as estimativas do IPEA, as consequências dessa mudança são um envelhecimento da população e uma redução relativa da participação dos jovens.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os dados apontam para uma redução de 43,1% (1995) para 29,1% em 2020 da participação da população com menos de 19 anos (população total). No outro extremo, a população de 60 anos praticamente dobraria sua participação no período.

Para a análise seguinte, será utilizada a subdivisão do Rio Grande do Sul em microrregiões, utilizando a metodologia do IBGE. Ressalta-se que este fato não tira o foco do estudo que é COREDES.

Quando se fala do território gaúcho, a realidade não foge do caso brasileiro, uma vez que a população também está distribuída de maneira irregular. Esta situação é evidenciada no eixo Porto Alegre a Caxias do Sul. Segundo o Atlas Sócio-econômico do Rio Grande do Sul, dos 27 municípios com mais de 200 hab/Km², 19 fazem parte dessa região, 17 deles estão na região metropolitana de Porto Alegre e dois na aglomeração nordeste, sendo que a densidade do Estado é de 37,5 hab/Km², quando do Brasil é de 21 hab/Km² (2007).

Entretanto, encontram-se regiões pouco povoadas que correspondem a regiões como: Campos de Cima da Serra, Vale do Jaguari, Fronteira Oeste e Campanha. Nestas regiões, a densidade demográfica é de menos 15 hab/Km², bem menor que a média do Rio Grande do Sul e do Brasil. Os grandes vazios demográficos predominam nessas regiões, onde a característica principal é grandes propriedades de terra. Portanto, os grandes centros urbanos que concentram a população tornam-se isolados.

Nas demais regiões do estado, Fronteira Noroeste, Produção Norte, Médio Alto Uruguai e Noroeste Colonial, a densidade demográfica é bem próxima da média do Rio Grande do Sul. A característica predominante dessas regiões é a pequena propriedade, onde a rede urbana é formada de pequenos núcleos e reduzido contingente populacional.

De acordo com os dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, um aspecto importante na questão da dinâmica demográfica do Estado são as migrações interregional e intrarregional. Essa dinâmica migratória acompanha o conjunto de forças econômicas e sociais dentro do território gaúcho, ou seja, a população sai de regiões menos afortunadas atrás de regiões com possibilidades melhores. Conseqüentemente, ocorre o processo de concentração populacional nas regiões economicamente dinâmicas.

Quando se fala nos COREDES, os que mais têm recebido migrantes são: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Produção. Entretanto, os que apresentaram as maiores taxas de população rural foram os que mais perderam população. Entre eles estão os COREDES: Médio Alto Uruguai, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial e Nordeste.

A evolução da população nos últimos anos mostra que dos 22 COREDES somente em dez houve crescimento populacional. Os COREDES que mais se destacaram na evolução do contingente populacional foram: COREDE Metropolitano

Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos. No restante, a população diminuiu. As quedas mais acentuadas deram-se nos COREDES: Fronteira Oeste, Missões e Fronteira Noroeste, respectivamente, 0,33, 0,15 e 0,11.

Nota-se que o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí obteve o maior percentual de crescimento populacional. Um dos motivos desse aumento pode ter sido ocasionado pelo intenso movimento de pessoas atraídas para esta região, pois áreas localizadas em torno de capitais podem ser pontos de atração populacional.

O COREDE Serra, segundo em aumento populacional, é uma das regiões mais prosperas do Rio Grande do Sul. É a região de destaque no setor metal mecânico, o qual entre outras atividades eleva o ritmo de crescimento econômico da região. Na terceira posição, encontra-se o COREDE Vale do Rio dos Sinos. Nesta região, é predominante a indústria calçadista. A dinâmica econômica deste COREDE pode ser um atrativo para a população de outros COREDES, onde a atividade econômica é mais atrasada.

Já nos COREDES Fronteira Oeste, Missões e Fronteira Noroeste, houve redução significativa na população. A Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul é uma região empobrecida. Nos últimos anos essa região perdeu população para outros COREDES, onde a situação econômica é favorável comparativamente às outras. Os COREDES Missões e Fronteira Noroeste não fogem dessa condição.

Os municípios que mais perderam população com faixa etária entre 20 e 54 anos, no período de 2002 e 2008 foram: Sant'Ana do Livramento e Alegrete respectivamente, 8.116 e 6.448 habitantes (FEE,2009). Ambos os municípios pertencem ao COREDE Fronteira Oeste. Portanto, caso a região não apresente um centro regional economicamente dinâmico, a população tende a migrar para centros fortes onde possam existir melhores condições econômicas.

Logo, o crescimento populacional no eixo Caxias do Sul-Porto Alegre mostra uma concentração populacional cada vez mais intensa nas regiões em torno desse eixo. De acordo com um estudo realizado por Brito (2009), esta ocorrendo uma redução na velocidade do crescimento das grandes aglomerações metropolitanas, uma vez que está havendo um redirecionamento de parte das migrações internas para as cidades médias não metropolitanas.

O Rio Grande do Sul tem grande proporção de municípios com menos de 10 mil habitantes e neles reside um total da população de 1.439.606 (Tabela 4). Nesses municípios, a concentração está na área rural, sendo que apenas 46,7% estão na

área urbana. Somente 18 municípios apresentam população superior a 100.000 habitantes onde residem 47,1% da população gaúcha, na sua quase totalidade urbana.

Tabela 4

Distribuição da população segundo o tamanho dos municípios (2008)

Tamanho Município	POPULAÇÃO			Nº de Município
	Total	Rural	Urbna	
<10.000	1.439.606	766.348	673.258	333
10 a 20.000	921.054	240.367	680.687	65
20 a 50.000	1.665.108	266.094	1.399.014	56
50 a 100.000	1.648.563	179.123	1.469.440	24
100 a 500.000	3.614.776	126.295	3.488.481	17
>500.000	1.438.830	27.233	1.411.597	1
Total	10.727.937	1.605.460	9.122.477	496

Fonte: FEE

A evolução da população gaúcha nos últimos anos acompanhou a tendência do País, ou seja, crescimento no número de habitantes urbanos. O gráfico abaixo mostra que a população urbana ultrapassou a rural na década de 60. Após esse período, o crescimento da população continuou, enquanto a população rural foi decrescendo. Desse modo, a concentração nas cidades é consequência desse crescimento populacional. Em 2008, a concentração urbana chegou a 85%.

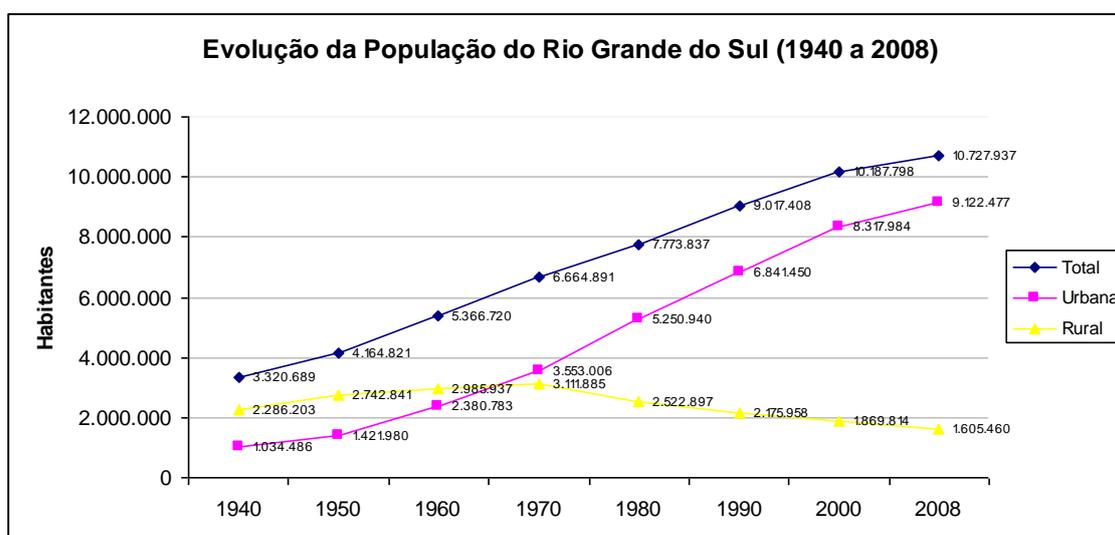


Gráfico 2

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da FEE.

A Tabela 5 mostra o número de trabalhadores de carteira assinada no período de 2002 e 2008 e a evolução da população nesse mesmo período para os COREDES. Dos 28 COREDES (2008) do Estado, em apenas 9 pelo menos um município possui população superior a 100.000 habitantes.

Ao analisar a distribuição territorial do Rio Grande de Sul é possível constatar que 3,62 % dos municípios são considerados de médio e grande porte. Enquanto 96,38% são pequenos municípios. Na evolução da participação da população e da mão-de-obra registrada nesses, dos nove COREDES 30% registraram um aumento na participação na população e no número de trabalhadores registrados na RAIS.

Tabela 5
População Total e População Ocupada

COREDES	2002				2008			
	População Total		População Ocupada		População Total		População Ocupada	
	Nº Habitantes	Participação %	Nº de Habitantes	Participação %	Nº Habitantes	Participação %	Nº de Habitantes	Participação %
Total	10.317.984	100,00%	2.027.362	100,00%	10.727.937	100,00%	2.521.311	100,00%
Alto da Serra Botucarai	105.432	1,02	10.081	0,50	106.744	0,98	11667	0,46
Alto do Jacui	158.922	1,54	21.070	1,04	158.090	1,46	27780	1,10
Campanha	214.500	2,08	21.351	1,05	213.463	1,97	27258	1,08
Campos de Cima da Serra	94.767	0,92	18.781	0,93	97.913	0,90	20476	0,81
Celeiro	148.152	1,44	14.391	0,71	144.819	1,33	18796	0,75
Central	382.685	3,71	28.395	1,40	400.150	3,68	37803	1,50
Centro Sul	239.741	2,32	25.954	1,28	248.248	2,29	31880	1,26
Fronteira Noroeste	208.386	2,02	16.555	0,82	204.634	1,88	21766	0,86
Fronteira Oeste	548.284	5,31	97.722	4,82	534.993	4,93	119627	4,74
Hortesensia	118.158	1,15	21.075	1,04	126.664	1,17	24793	0,98
Jacui-Centro	147.503	1,43	85.396	4,21	146.331	1,35	89586	3,55
Litoral	253.450	2,46	47.273	2,33	282.576	2,60	65354	2,59
Médio Alto Uruguai	159.728	1,55	19.822	0,98	157.874	1,45	24489	0,97
Metropolitano Delta do Jacui	2.342.905	22,71	614.701	30,32	2.477.577	22,82	758870	30,10
Missões	259.508	2,52	44.094	2,17	253.407	2,33	58217	2,31
Nordeste	124.867	1,21	10.339	0,51	127.314	1,17	15792	0,63
Nordeste Colonial	161.933	1,57	26.287	1,30	165.789	1,53	33820	1,34
Norte	224.002	2,17	43.383	2,14	225.143	2,07	56537	2,24
Paranhana Ecosta da Serra	187.950	1,82	48.100	2,37	201.612	1,86	58322	2,31
Produção	330.410	3,20	51.618	2,55	349.200	3,22	72209	2,86
Rio da Várzea	116.222	1,13	11.799	0,58	116.448	1,07	15004	0,60
Serra	755.534	7,32	237.119	11,70	818.982	7,54	319732	12,68
Sul	835.166	8,09	115.986	5,72	862.499	7,94	146545	5,81
Vale do Cai	153.789	1,49	32.220	1,59	162.277	1,49	40516	1,61
Vale do Jaguarí	121.072	1,17	12.281	0,61	120.379	1,11	13350	0,53
Vale do Rio dos Sinos	1.218.504	11,81	207.359	10,23	1.287.805	11,86	236276	9,37
Vale do Rio Pardo	401.922	3,90	64.759	3,19	416.121	3,83	78879	3,13
Vale do Taquari	304.669	2,95	79.451	3,92	320.888	2,96	95999	3,81

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados da FEE e RAIS.

A maior queda na participação no número da população ocupada ocorreu no COREDE Vale do Rio dos Sinos. Entretanto, todos os COREDES registraram um aumento na mão-de-obra formal, sendo que os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Serra foram os que mais cresceram em número de trabalhadores ocupados. Em relação ao número de habitantes por COREDE, a maior queda ocorreu na Fronteira Oeste.

3.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

Avaliar questões sociais, de pobreza e bem-estar vão além de analisar a influência da renda; muitos outros aspectos estão envolvidos nessa discussão. A ideia de compreender a vida da população menos favorecida somente através da renda seria simplificar demais. O processo desenvolvimento social só pode ser possível com maiores oportunidades de escolhas pelos indivíduos. Entretanto, indivíduos com baixo nível de renda sofrem privações como: analfabetismo, más condições de saúde, entre outras.

De acordo com Sen (1999), melhores oportunidades sociais estabelecidas na área da educação, saúde influenciam na liberdade do indivíduo viver melhor. Com melhores condições, os indivíduos têm possibilidades de uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. O autor cita o exemplo do analfabetismo, uma vez que este pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas. Enfim, entende-se o desenvolvimento como um fenômeno que abrange aspectos econômicos, sociais e políticos.

Ainda de acordo com o economista Amartya Sen, um país, estado ou região pode ser muito rico em termos econômicos e mesmo assim ser pobre quanto à qualidade de vida humana. A prosperidade econômica nada mais é do que um dos meios para enriquecer as pessoas.

Segundo as informações do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil em 2007, o País melhorou, sendo o 75º em uma lista de 182 países. Nessa classificação, o Brasil está no grupo daqueles com desenvolvimento elevado, o qual mantém a três anos.

O IDH é a síntese de três indicadores: renda, longevidade e educação. Quando se analisam os subíndices do IDH, o Brasil na dimensão longevidade se saiu pior em comparação ao resto do mundo – no ranking global é 89º(2007). Em relação à educação, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) mostra que o Brasil obteve avanços em um deles e, no outro se manteve estável⁹. E por último o subíndice que mais impulsionou o aumento do IDH foi a renda que está na 79º.

Já no Índice de Pobreza Humana (IPH) calculado somente para países em desenvolvimento, o Brasil aparece na 43ª posição no total de 135 nações. O Brasil pode ter melhorado a classificação, mas ainda é um país que precisa melhorar ainda mais o desenvolvimento humano dentro território brasileiro.

O Rio Grande do Sul é o quarto estado em participação do PIB no Brasil, mas que ainda apresenta um grande número de pobres. De acordo com Bagolin (2000), o Rio Grande do Sul em 2001 possuía 2,5 milhões de indivíduos vivendo na pobreza.

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no Brasil

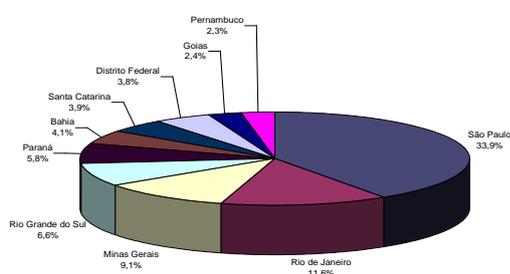


Gráfico 3
Fonte: IBGE

Quando se remete à análise para o Rio Grande do Sul, ao utilizar o IDH (2000) para o estado, dentre os municípios, Bento Gonçalves obteve o melhor resultado (0,870) e o município com pior resultado foi Benjamin Constant, com 0,666. Nesse mesmo ano, o Estado apresentou o valor de 0,814. Em termos de população, 66,5% das pessoas viviam em municípios com IDH entre 0,8000 e 1,

⁹ Maiores informações no Relatório de Desenvolvimento Humano.

000. Entre os anos de 1991 a 2000, a evolução do IDH foi de 8,10%; das dimensões que mais contribuíram para esse crescimento foi a educação.

Ao avaliar o IDESE¹⁰ (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) para o Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2006, verifica-se que o desenvolvimento socioeconômico ocorrido no Estado durante os seis anos da análise foi médio. Durante esse espaço de tempo, o índice de 2006 (0,763) foi o mais alto, recuperando a queda sofrida em 2005 (-0,24%). O bloco com os piores resultados estão no saneamento, uma vez que dos quatro blocos temáticos analisados este obteve sempre os piores resultados.

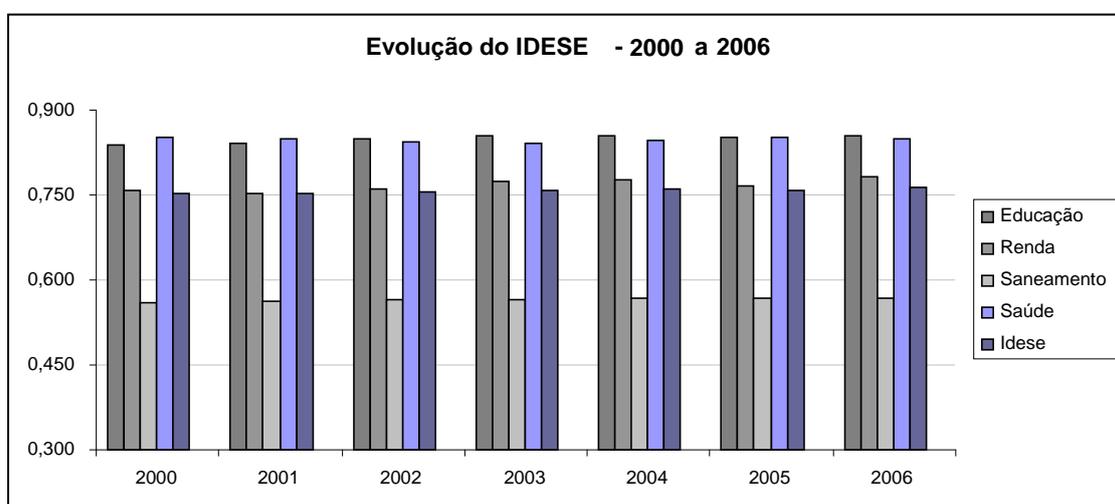


Gráfico 4
Fonte: FEE

Em 2006, o pior índice foi de 0,535 no município de Benjamin Constant do Sul. Neste município, os piores blocos são: renda e saneamento, 0,449 e 0,060 respectivamente. Portanto esses dois blocos estão na classificação de baixo desenvolvimento. Em relação ao melhor resultado, o município de Caxias do Sul nos seis anos analisados apresentou os melhores resultados, todos acima de 0,800 – o que significa um alto desenvolvimento.

¹⁰ Inspirado no IDH. O IDESE é um índice sintético que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde.

Tabela 6
Variação do IDESE

Idese - variação percentual e informações demográficas e econômicas dos 10 primeiros e dos 10 últimos municípiosl — 2005 e 2006

ESTADO E MUNICÍPIOS	IDESE					POPULAÇÃO EM 2006				
	2006		2005		Variação % 2006 /2005	Habitantes	Ordem	Taxa de Urba- nização	Razão de Sexo	Faixa Etária de 20 a 49 anos (%)
	Índice	Ordem	Índice	Ordem						
RS	0,763	-	0,759	-	0,55	10.536.009	-	83,4	95,8	45,5
Caxias do Sul	0,840	1	0,842	1	-0,2	393.021	2	94,1	96,4	49,5
Porto Alegre	0,832	2	0,827	2	0,5	1.412.466	1	97,7	88,1	46,5
Esteio	0,829	3	0,820	4	1,1	79.169	24	99,9	94,4	47,2
Canoas	0,826	4	0,822	3	0,5	323.705	4	100,0	94,8	46,4
Vacaria	0,817	5	0,809	6	1,0	59.615	34	92,9	95,9	44,7
Cachoeirinha	0,811	6	0,809	7	0,2	112.113	17	100,0	94,4	47,8
Campo Bom	0,810	7	0,815	5	-0,6	56.309	39	92,7	97,0	49,7
Bento Gonçalves	0,804	8	0,803	8	0,0	99.443	18	90,1	97,3	50,4
Carlos Barbosa	0,803	9	0,788	16	1,9	23.480	85	77,9	101,7	51,2
Ijuí	0,799	10	0,795	9	0,5	76.765	25	89,8	93,5	45,8
Gramado dos Loureiros	0,566	487	0,553	489	2,4	2.417	434	19,7	98,0	40,1
Esperança do Sul	0,565	488	0,555	484	1,9	3.485	341	13,5	101,9	37,7
Carlos Gomes	0,565	489	0,559	483	1,1	1.733	483	21,5	106,8	43,6
Chuívisca	0,565	490	0,554	487	1,9	4.803	275	5,1	111,4	46,4
Barão do Triunfo	0,553	491	0,548	490	1,0	6.904	208	10,1	114,1	43,7
Mampituba	0,548	492	0,542	491	1,2	2.955	378	14,5	106,5	43,6
Lajeado do Bugre	0,546	493	0,523	495	4,4	2.540	417	23,1	105,3	40,1
Monte Alegre dos Campos	0,546	494	0,526	494	3,9	3.117	357	4,7	114,1	39,2
Caraá	0,544	495	0,539	493	0,9	7.019	203	12,3	113,0	39,7
Benjamin Constant do Sul	0,535	496	0,520	496	3,0	2.346	439	12,9	107,4	37,6

FONTE: FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

Em relação ao aumento do IDESE, no grupo dos dez primeiros do Estado, o município de Carlos Barbosa apresentou um aumento de 1,9% no seu índice; enquanto no grupo dos piores, o município de Lajeado do Bugre obteve um aumento de 4,4% em relação a 2005.

Os melhores resultados nos quatro blocos: Educação, Renda, Saneamento e Educação estão respectivamente nos municípios: Vista Alegre do Prata (0,979); Canoas (0,944); Caxias do Sul (0,817) e Tapera (0,935). O Rio Grande do Sul nesse ano apresentou a seguinte classificação: Educação (0,854); Renda(,0781); Saneamento (0,569) e Saúde (0,850).

Em relação ao restante dos municípios gaúchos, São Pedro das Missões apresentou a maior variação, 6,17 pontos percentuais, em 2006. Esse aumento no IDESE possibilitou que estes municípios saíssem da lista dos dez piores Índices de Desenvolvimento Socioeconômico do território gaúcho. O município de Tupandi apresentou o maior retrocesso em 2005; o IDESE era 0,671 recuando para 0,6343 em 2006. Neste caso, a renda foi o bloco que mais decresceu (-0,152).

De um modo geral, 90% dos municípios gaúchos apresentaram variações positivas, sendo o bloco renda o de maior impacto nessa variação. Já nos municípios que apresentaram queda no IDESE, o bloco renda foi também o que impulsionou esse índice para baixo.

Portanto, questões como níveis de educação, saúde, saneamento básico, segurança entre outros são essências para a sociedade, visto que o bem-estar promovido por tais fatores acarreta, junto com a renda, um desenvolvimento e um melhoramento na vida dos indivíduos.

Como já foi dito, o território gaúcho apresenta uma dinâmica econômica diferenciada entre suas regiões, uma vez que a mobilidade da população na maioria das vezes acompanha o fluxo da economia. O Estado é extenso, onde se encontram distintas características sociais.

De um modo geral, 38,5% da população gaúcha com mais de 10 anos de idade possui o ensino fundamental completo. Já o Brasil possui média de 34,5%, sendo que o Rio Grande do Sul é o quinto estado com maior média de estudo. Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, grande parte dos municípios cuja população tem menor número de anos de estudos tem predomínio da população rural ou relacionada ao setor agropecuário. Em relação à população com nível superior, o Estado ocupa o quarto lugar na participação do País, sendo Porto Alegre o município com a maior proporção de indivíduos com esse grau de instrução (14,22%).

Contrariando essa realidade, o ensino médio no Rio Grande do Sul possui níveis de aprovação baixos, quando comparado com outros estados brasileiros. Um indicativo positivo é a necessidade de aumentar a escolarização, devido às exigências do mercado de trabalho, uma vez que tal exigência tem trazido de volta a este nível de ensino muitos indivíduos que abandonaram os estudos¹¹.

Além do acesso à educação, a saúde é um aspecto importante para o aumento de qualidade de vida da população. Os indicadores de saúde estão relacionados com o desenvolvimento socioeconômico e com as melhorias das condições de infraestrutura das regiões. A redução da mortalidade infantil e da fecundidade e o aumento da esperança de vida ao nascer nos últimos anos mostram essa mudança.

¹¹ Maiores informações disponíveis no site: www.scp.rs.gov.br.

Segundo Sen (1999), elevadas taxas de fecundidade podem ser prejudiciais à qualidade de vida. O ganho da mulher por meio de mais emprego, mais educação colaboram para a redução das taxas de fecundidade, pois mulheres jovens têm uma forte razão para moderar as taxas de natalidade.

Ainda de acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, a mortalidade infantil reduziu significativamente de 48,4 óbitos por mil nascidos vivos na década de 70 para 13,1 em 2006. Quando se compara essa taxa com a brasileira, conclui-se que a redução que vem ocorrendo no Brasil é mais lenta do que a ocorrida no Rio Grande do Sul. Mas ainda é possível encontrar no Estado um número significativo de municípios com taxas acima da média do Rio Grande do Sul.

Nas últimas décadas, a transição do rápido crescimento da população adulta e idosa no Estado começou mais cedo do que no resto do Brasil. Em 2007, a expectativa de vida entre homens e mulheres chegou a respectivamente 71,4 e 78,8 anos de vida – o que mostra que as mulheres são maioria na fase idosa.

Quando se parte para a análise particular do nível de instrução para os trabalhadores gaúchos com registro na RAIS, no período de 2000 a 2008, verifica-se que houve uma melhora na escolaridade destes. Em COREDES como Nordeste Colonial ocorreu uma significativa queda nos trabalhadores analfabetos num total de 86%. Contrapondo esse dado, no COREDE Fronteira Noroeste a queda foi mínima: 9,5%. No restante, a média oscilou entre 50 pontos percentuais.

Outra constatação sobre o nível educacional dos trabalhadores do Rio Grande do Sul foi a grande melhoria daqueles com ensino médio completo. Em todos os COREDES, o aumento dos indivíduos com esse grau de instrução cresceu mais que 60 pontos percentuais. De acordo com o MEC/INEP, o ensino médio é a preparação inicial para os indivíduos ingressarem no mercado de trabalho com algum diferencial, sendo que esses anos de estudos podem representar um ganho salarial maior que aqueles que não completaram os estudos fundamental ou médio.

Em relação ao ensino superior completo, mestrado e doutorado, também ocorreram aumentos em todos os COREDES. Em alguns casos, esse acréscimo foi em torno de 30%; enquanto outros aumentaram mais do que 100%. Em COREDES como Campanha e Central o aumento não passou dos 30%; e nos COREDES Fronteira Noroeste, Hortênsia, Litoral, Nordeste, Paranhana-Encosta da Serra e Rio da Várzea ultrapassaram os 100,00 pontos percentuais.

De um modo geral, houve melhoria no grau de instrução dos trabalhadores, do Rio Grande do Sul no período analisado. Ao examinar a faixa etária desses trabalhadores no mesmo período, verifica-se que no Estado ocorreu uma mudança da participação dos jovens e da população adulta no mercado de trabalho formal. No gráfico pode-se acompanhar que os trabalhadores entre a faixa etária de 18 a 24 anos e os adultos de 30 a 39 anos sofreram uma redução na participação no mercado de trabalho formal do Rio Grande do Sul no espaço de tempo analisado. Entretanto, o mais interessante é o aumento da população entre 40 e 49 anos, 50 a 64 anos e aqueles com mais de 65 anos ocupando vagas no mercado de trabalho. Corroborando com essa análise, pode-se julgar que o perfil do brasileiro está mudando, ou seja, o aumento do envelhecimento da população está ocorrendo com maior velocidade nos últimos 50 anos. Esse processo de envelhecimento vem ocorrendo intensamente em consequência das mudanças, fecundidade e mortalidade, as quais determinam importantes transformações na estrutura etária da população.

Segundo Vasconcelos (2006), com as taxas de natalidade e mortalidade em queda, em 2030 quase a metade da força de trabalho brasileira deverá estar acima dos 45 anos de idade e haverá predomínio das mulheres. Mercado e políticas públicas terão de se adaptar às demandas desse grupo. Portanto, o processo da evolução demográfica seguirá a trajetória avançando mais nas mudanças da composição da força da mão-de-obra, ou seja, amadurecimento da população.

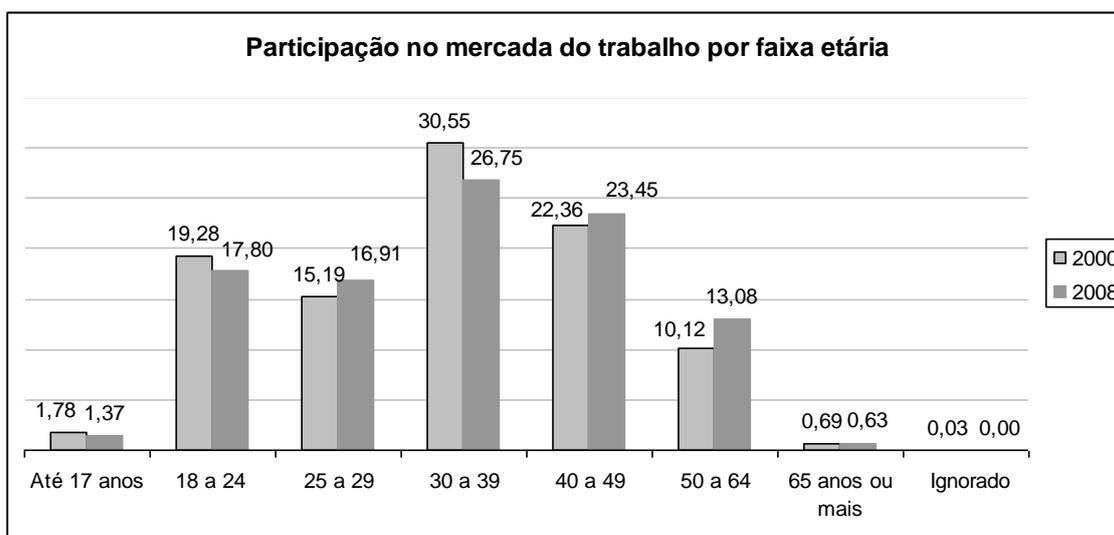


Gráfico 5
Fonte: RAIS

Portanto, a característica do trabalhador em relação à idade mudou no Estado, uma vez que 37,16 pontos percentuais do mercado de trabalho formal estão sendo ocupados por indivíduos com idade acima de 40 anos.

Em relação ao gênero do trabalhador gaúcho, nota-se que no Estado o homem ainda tem a maioria das vagas existentes.

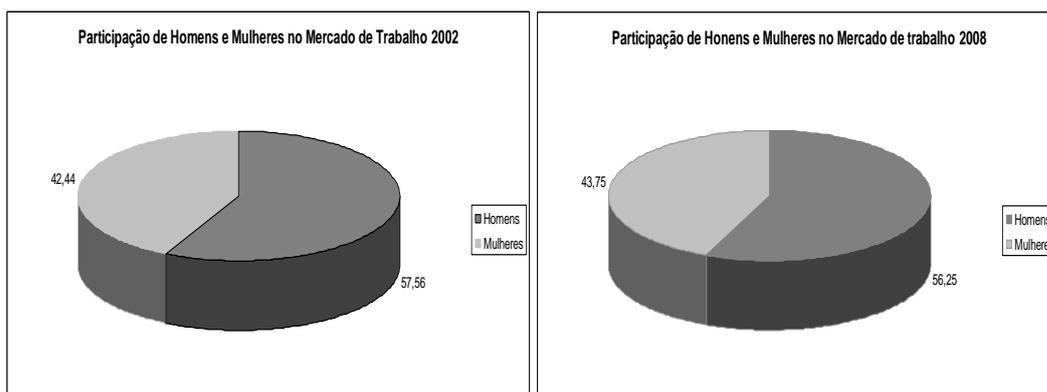


Gráfico 6
Fonte: RAIS

Nos últimos seis anos, a participação da mulher no mercado de trabalho aumentou apenas 1,31 pontos percentuais, mas tal participação continua restrita e o sexo feminino continua sofrendo discriminação ao ter seus rendimentos menores do que os dos homens.

Segundo estudos do IPEA, as mulheres possuem mais tempo de estudo que os homens. Ao avaliar a participação dos homens e das mulheres nos municípios gaúchos através dos dados da RAIS, verifica-se que em municípios como o de Chuvisca a mulher domina praticamente todas as vagas de emprego formal, totalizando uma participação de 78% dos postos de trabalho, em 2008. Contrariando esse dado, no município de Barracão apenas 13% dos postos de trabalhos são ocupados por mulheres.

Este capítulo mostrou um pouco das características sociais e econômicas dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e a influência destas no crescimento econômico das regiões e da possível redução de pobreza. O trabalho realizado por Tochetto et al. (2004), baseado em alguns estudos, mostra que a conversão do crescimento econômico na redução da pobreza depende de alguns fatores: primeiro, o padrão de desenvolvimento da atividade econômica reduz a pobreza de acordo com o padrão espacial de distribuição da mesma: se os pobres estão em

determinada região é de pouca valia que o crescimento ocorra em outra região, pois nem sempre os fluxos migratórios são capazes de resolver esse problema sem reestruturações sociais dramáticas; segundo, o crescimento econômico ‘acontece’ dentro de setores: o impacto do crescimento vai depender dos ‘links’ com os setores abertos aos pobres; portanto, a ênfase é dada na promoção da agricultura e na redução da pobreza rural, mas um tipo de crescimento diferenciado é necessário para combater o fenômeno recente mundial de ‘metropolização da pobreza’; terceiro, um padrão de crescimento que resulte em uma expansão relativamente alta do emprego de baixa qualificação (para uma dada taxa de crescimento na oferta de trabalho de baixa qualificação) mostra resultados melhores na redução da pobreza; quarto, sociedades com distribuição de renda e riqueza muito desiguais são baixa conversoras de crescimento em redução da pobreza, uma vez que uma sociedade mais desigual tem um impacto menor na redução da pobreza do que uma sociedade mais igualitária; quinto, a conversão do crescimento em bem-estar dos indivíduos depende também de outras variáveis não-econômicas, tais como saúde, educação, discriminação; a partir dessas condições depende a capacidade dos indivíduos de participar e usufruir dos resultados do crescimento; sexto, o governo funciona como um mecanismo distributivo e redistributivo de renda na sociedade; o gasto do governo tem um papel importante na qualidade de vida dos indivíduos pobres dentro da uma sociedade; deste modo, a qualidade do padrão do gasto público é um fator relevante de conversão do crescimento econômico em qualidade de vida da população de um país; por fim, o impacto distributivo pode ser dado indiretamente, via externalidades negativas ao causar poluição, ou erosão ou contaminação de um recurso previamente utilizado pelas pessoas mais pobres, dificultando ou inviabilizando suas estratégias de sobrevivência.

Entre outros fatores, estes podem provocar a conversão do crescimento econômico na redução da pobreza. Portanto, através deste capítulo foi possível observar algumas peculiaridades do território gaúcho.

O Rio Grande do Sul caracteriza-se pela concentração de renda pela minoria dos municípios. Através do Índice de Gini, foi possível comprovar a existência de concentração de renda. Quanto às relações demográficas, foi possível comprovar que as migrações interregional e intrarregional aumentaram no período analisado, em que a população economicamente ativa parte de regiões menos afortunadas para regiões com maiores oportunidades. Em relação à questão social, ao avaliar o

IDESE, verificou-se que o desenvolvimento socioeconômico ocorrido no Estado, durante os seis anos de análise, foi médio.

As mudanças econômicas e demográficas influenciaram no crescimento econômico nos COREDES gaúchos que se traduziram na alteração da dinâmica social, questão a ser abordada no próximo capítulo.

4 O CRESCIMENTO ECONÔMICO FOI PRÓ-POBRE NOS COREDES GAÚCHOS? ALGUMAS EVIDÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2000-2006

Quando o crescimento é pró-pobre? Na literatura sobre o tema e nas discussões sobre políticas públicas, encontramos duas definições diferentes de crescimento pró-pobre. A primeira define como sendo crescimento pró-pobre aquele crescimento que reduz as taxas de pobreza (Ravallion e Chen, 2003). Nessa definição não se considera os aspectos relacionados à distribuição de renda diretamente. Já na segunda definição, para que o crescimento seja considerado pró-pobre, a taxa de crescimento da renda dos pobres tem de ser maior que a taxa de crescimento da renda da população como um todo, (Kakwani e Pernia, 2000 e Son 2004). Por essa definição, o crescimento pró-pobre está diretamente associado a uma redução da desigualdade da renda.

A seguir, será apresentada uma análise para verificar se o crescimento pró-pobre nos COREDES do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento pró-pobre. Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. Na próxima seção apresenta-se uma descrição da fonte de dados, na segunda, descrição e metodologia. Por fim, na última, descrição dos resultados.

4.1 FONTE DE DADOS E CARACTERÍSTICAS DAS LINHAS DE POBREZA

Os dados utilizados neste capítulo foram extraídos de diversas fontes. O PIB não agrícola e PIB agrícola foram obtidos junto ao Ipeadata. As informações sobre a taxa de inflação foram retiradas do Banco Central. Com relação aos gastos do governo com programas sociais e para o desenvolvimento, utilizou-se como equivalência, a despesa por função, ou seja, a despesa de cada município com educação, obtida junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Para os anos de 2000 e 2001 foi necessário agregar os gastos da educação com os de cultura, já que para esses anos essas informações não encontravam-se consolidadas. Para os anos subseqüentes não houve a necessidade de agregação

já que havia ocorrido à consolidação de educação e cultura. Esse procedimento permite trabalhar com uma base homogênea.

Com relação ao número de COREDES é importante fazer uma observação de cunho metodológico. No decorrer dos anos de 2000 e 2006 houve aumento no número dos COREDES. Além disso, também ocorreu a criação de novos municípios no território gaúcho. Apesar de em 2006 existiam 24¹² Conselhos Regionais de Desenvolvimento optou-se por trabalhar com 22¹³ COREDES.

A medida de pobreza utilizada neste capítulo corresponde a proporção de indigentes (P0) e a proporção de pobres (P1). É uma medida que fornece uma informação de quantum em termos percentuais encontram-se na situação de pobreza absoluta. Para obter essa medida foi necessário construir/adotar uma medida que é invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos na sociedade, ou seja, uma linha de pobreza. Trata-se de um parâmetro que permite a uma sociedade específica considerar como pobres aqueles indivíduos que se encontram abaixo desse valor.

Considera-se, então, a pobreza na sua dimensão simplificada de insuficiência de renda. São indigentes o número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita inferior a um ½ salário mínimo (P0). São considerados pobres aqueles vivendo abaixo de 1 salário mínimo (P1). Essas medidas foram calculadas a partir das informações da RAIS. Nesse sentido a pobreza a ser analisada corresponde àquela observada no mercado formal. Por isso reflete a pobreza apenas no mercado formal. Salienta-se que os resultados obtidos através da análise econométrica retratam a situação, apenas, dos indivíduos que estão no mercado formal de trabalho. Justifica-se a utilização de tal “proxy” pela disponibilidade de informações mais atualizadas.

Como pode ser observada na tabela 7, nos últimos anos a indigência (P0) aumentou no Rio Grande do Sul. Nessa tabela também é possível visualizar a evolução da indigência para os COREDES no período de 2000-2006. Nota-se que o COREDE Paranhana- Encosta da Serra apresentou elevação mais significativa da

¹² Alto da Serra do Botucaraí; Alto do Jacuí; Campanha; Central; Centro-Sul; Fronteira Noroeste; Fronteira Oeste; Hortênsias; Jacuí-Centro; Litoral; Médio Alto Uruguai; Missões; Nordeste; Nordeste Colonial; Norte; Paranhana- Encosta da Serra; Produção; Serra; Sul; Vale do Caí; Vale do Rio dos Sinos; Vale do Rio Pardo; Vale do Taquari.

¹³ Alto do Jacuí; Campanha; Central; Centro-Sul; Fronteira Noroeste; Fronteira Oeste; Hortênsias; Litoral; Médio Alto Uruguai; Metropolitano Delta do Jacuí; Missões; Nordeste; Nordeste Colonial; Norte; Paranhana- Encosta da Serra; Produção; Serra; Sul; Vale do Caí; Vale do Rio dos Sinos; Vale do Rio Pardo; Vale do Taquari.

indigência. A proporção de indigentes entre os anos de 2000 e 2001 saltou de 0.0007 para 0.0142. Esse resultado foi em parte gerado pelo município Riozinho, que possui uma população de 4.463 habitantes (FEE) e a principal atividade econômica está baseada no setor primário. Neste período houve um salto no número de indivíduos que recebiam $\frac{1}{2}$ salário mínimo. De cinco trabalhadores em 2000 passou para 85 trabalhadores em 2001. Este COREDE foi também responsável pela maior queda no número de trabalhadores, uma vez que declinou de 85 em 2001, para 0 trabalhadores que recebiam $\frac{1}{2}$ salário mínimo em 2002¹⁴.

De um modo geral, todos os COREDES acompanharam o comportamento da pobreza apresentado pelo Estado como um todo, no que se refere a proporção de indigentes P0.

Tabela 7

Evolução da Proporção de indigentes (P0) nos COREDES Gaúchos (2000 a 2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Po						
Alto Jacuí	0,0034	0,0018	0,0027	0,0020	0,0022	0,0032	0,0031
Campanha	0,0020	0,0013	0,0013	0,0026	0,0015	0,0037	0,0026
Central	0,0045	0,0027	0,0033	0,0043	0,0039	0,0038	0,0028
Centro-Sul	0,0013	0,0014	0,0020	0,0012	0,0016	0,0015	0,0024
Fronteira Noroeste	0,0042	0,0029	0,0030	0,0043	0,0031	0,0050	0,0046
Fronteira Oeste	0,0015	0,0019	0,0020	0,0019	0,0028	0,0025	0,0040
Hortênsias	0,0019	0,0025	0,0026	0,0032	0,0034	0,0028	0,0031
Litoral	0,0022	0,0013	0,0011	0,0016	0,0006	0,0005	0,0020
Médio Alto							
Uruguai	0,0025	0,0046	0,0038	0,0041	0,0047	0,0025	0,0034
Metropolitano							
Delta do Jacuí	0,0018	0,0026	0,0031	0,0043	0,0045	0,0041	0,0070
Missões	0,0027	0,0021	0,0030	0,0025	0,0040	0,0038	0,0042
Corede Nordeste	0,0026	0,0019	0,0019	0,0021	0,0014	0,0027	0,0034
Noroeste Colonial	0,0028	0,0019	0,0023	0,0035	0,0032	0,0045	0,0049
Norte	0,0013	0,0018	0,0020	0,0029	0,0023	0,0032	0,0037
Paranhana-Encosta da Serra	0,0007	0,0079	0,0006	0,0010	0,0009	0,0008	0,0009
Produção	0,0022	0,0017	0,0013	0,0021	0,0035	0,0026	0,0042
Serra	0,0009	0,0015	0,0020	0,0018	0,0017	0,0021	0,0020
Sul	0,0024	0,0024	0,0041	0,0047	0,0027	0,0034	0,0033
Vale do Caí	0,0009	0,0013	0,0018	0,0017	0,0022	0,0032	0,0031
Vale do Rio dos Sinos	0,0018	0,0024	0,0021	0,0025	0,0025	0,0026	0,0032
Vale do Rio Pardo	0,0011	0,0011	0,0023	0,0019	0,0019	0,0025	0,0020
Vale do Taquari	0,0017	0,0021	0,0018	0,0012	0,0014	0,0019	0,0018
Rio Grande do Sul	0,0019	0,0022	0,0022	0,0025	0,0025	0,0027	0,0031

Fonte: Elaborada pela autora a partir da RAIS

¹⁴ Análise que necessita de estudos adicionais, porém salta aos objetivos deste trabalho.

A tabela 8 apresenta a evolução da pobreza medida pelo P1. Na construção dessa medida considerou-se pobre os indivíduos que recebiam 1 salário mínimo. Por essa medida, a proporção de pobres aumentou para o estado do Rio Grande do Sul, no período de 2000-2006. Esse resultado é semelhante ao que foi observado para a proporção de indigentes mensurado pelo P0. Vale mencionar que para os anos de 2001 a 2005 se comparados a 2000 apresentou uma queda significativa, mas quando analisado o período como um todo, houve aumento da pobreza no território gaúcho.

Tabela 8
Evolução na proporção de pobres nos COREDES Gaúchos (2000 a 2006)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	P1						
Alto Jacuí	0,0535	0,0217	0,0284	0,0267	0,0326	0,0434	0,0471
Campanha	0,0279	0,0000	0,0140	0,0147	0,0186	0,0223	0,0880
Central	0,0489	0,0219	0,0309	0,0312	0,0321	0,0352	0,0372
Centro-Sul	0,0388	0,0209	0,0308	0,0372	0,0159	0,0190	0,0251
Fronteira Noroeste	0,0700	0,0301	0,0335	0,0386	0,0454	0,0436	0,0525
Fronteira Oeste	0,0233	0,0184	0,0292	0,0272	0,0353	0,0333	0,0394
Hortênsias	0,0502	0,0199	0,0221	0,0267	0,0322	0,0368	0,0407
Litoral	0,0181	0,0200	0,0196	0,0237	0,0241	0,0244	0,0318
Uruguai	0,0705	0,0343	0,0454	0,0474	0,0573	0,0605	0,0852
Delta do Jacuí	0,0159	0,0169	0,0156	0,0177	0,0187	0,0240	0,0250
Missões	0,0580	0,0233	0,0289	0,0328	0,0330	0,0345	0,0427
Corede Nordeste	0,0651	0,0323	0,0319	0,0373	0,0448	0,0426	0,0484
Noroeste Colonial	0,0602	0,0287	0,0426	0,0493	0,0518	0,0584	0,0682
Norte	0,0295	0,0217	0,0227	0,0198	0,0265	0,0267	0,0377
da Serra	0,0142	0,0115	0,0103	0,0109	0,0117	0,0128	0,0175
Produção	0,0443	0,0307	0,0267	0,0292	0,0335	0,0344	0,0430
Serra	0,0326	0,0147	0,0149	0,0197	0,0224	0,0214	0,0254
Sul	0,0364	0,0307	0,0265	0,0314	0,0378	0,0388	0,0460
Vale do Caí	0,0126	0,0124	0,0122	0,0137	0,0126	0,0154	0,0239
dos Sinos	0,0363	0,0212	0,0228	0,0257	0,0290	0,0308	0,0382
Vale do Rio Pardo	0,0260	0,0171	0,0227	0,0298	0,0240	0,0369	0,0440
Vale do Taquari	0,0342	0,0237	0,0237	0,0223	0,0270	0,0293	0,0360
Rio Grande do Sul	0,0370	0,0205	0,0240	0,0266	0,0288	0,0310	0,0407

Fonte: Elaborada pela autora a partir da RAIS.

A variação anual da pobreza a partir das linhas de pobreza de $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo no Rio Grande do Sul (2000 -2006), pode ser vista no gráfico 7. Observa-se que ao longo do período houve uma variação positiva na proporção de pobres.

Entre as razões para esse comportamento estão as sucessivas quebras de safras ocasionadas pelas estiagens que ocorreram nesses últimos anos e a dificuldades na indústria. Com exceção de 2006, cujo bom resultado na área rural, fez com que o crescimento nesse ano fosse superior ao nacional. Em média, a proporção de indigentes aumentou em torno de 8.7% ao ano. Esse valor foi superior ao apresentado para o mesmo período para a proporção de pobres, qual seja 5,11% ao ano. É um dado preocupante tendo em vista que os esforços para reduzir a pobreza passam a ser maiores.

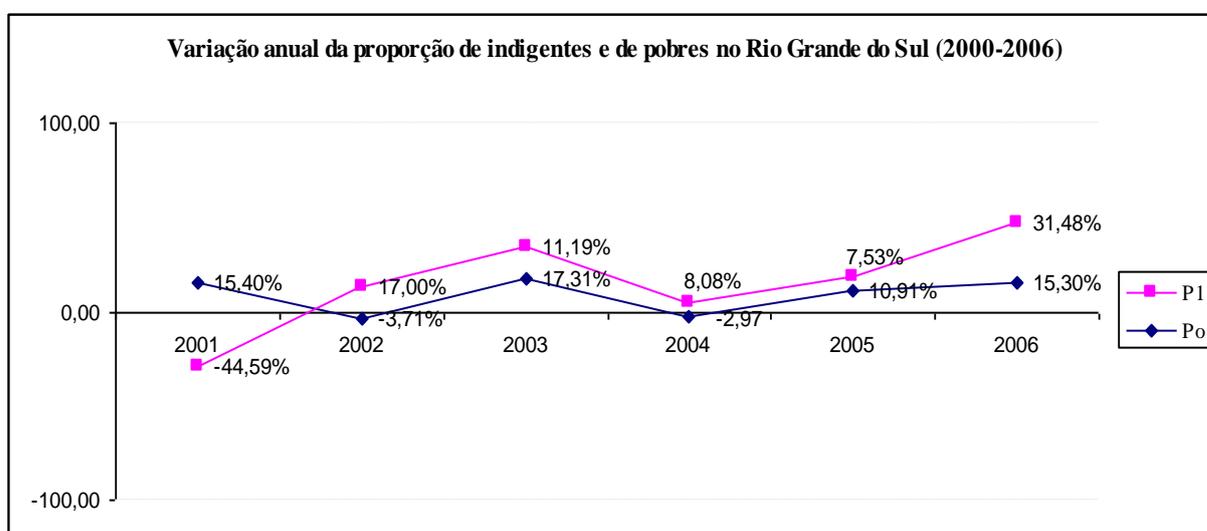


Gráfico 7

Fonte: Elaborada própria a partir de dados da Rais

A variação da proporção de pobres de 2000 a 2001 é apresentada no gráfico 8. Nota-se que com exceção do COREDES Alto do Jacuí, Central e Litoral os demais COREDES apresentaram variação positiva da indigência, medida pelo P0. Esses dois COREDES foram os únicos que exibiram queda tanto na variação de indigentes quanto na pobreza. Percebe-se a existência de picos, segundo aumento na proporção de indigentes. Estes ocorreram nos seguintes COREDES: Metropolitano Delta do Jacuí, Norte e Vale do Caí. Para a proporção de pobres, os picos foram menores, sendo que o mais elevado se deu no COREDE da Campanha.

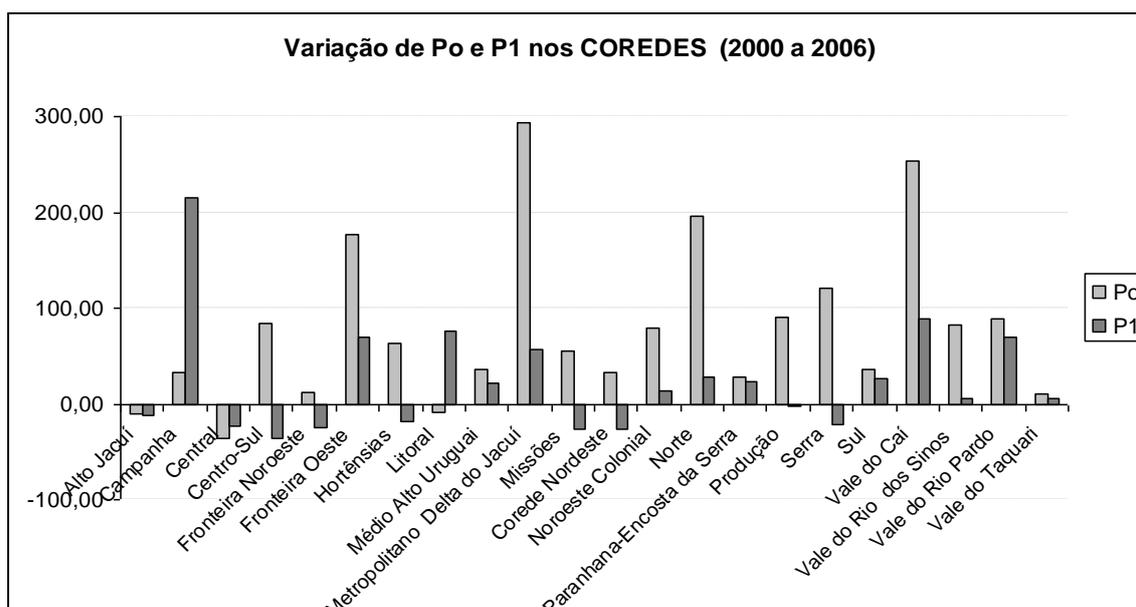


Gráfico 8

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Rais.

No período da análise, 2000 a 2006, é visível o crescimento da proporção de indigentes e de pobres considerando os trabalhadores do mercado formal de trabalho. Porém, nenhuma informação foi apresentada a respeito da renda e sobre a desigualdade de rendimentos. Uma breve análise da sua evolução permite dar uma idéia melhor para as razões desse comportamento relacionado a pobreza. A tabela 9 mostra o comportamento da variação da renda per capita, gini, proporção de indigentes (P0) e proporção de pobres (P1) para os COREDES e o Rio Grande do Sul.

A variação da renda, com relação ao Rio Grande do Sul, do Índice de Gini, no número de indivíduos indigentes e pobres cresceu durante os anos da análise. Esse comportamento foi seguido pela maioria dos 22 COREDES. Apesar que alguns dos COREDES apresentaram uma variação positiva, sugerindo que houve crescimento da renda, o aumento da desigualdade de renda ocorreu em todos os COREDES. Esse resultado sugere, a priori, que o crescimento econômico do Rio Grande do Sul e dos COREDES pode ter sido empobrecedor. Esse argumento ganha força quando se observa a variação da proporção de indigentes e de pobres. O número de COREDES com uma variação negativa, indicando queda na proporção de indigentes e de pobres, concomitantemente com o aumento da renda são poucos. Esse resultado é interessante porque nos remete para a seção seguinte que é verificar, via análise de regressão, se de fato o crescimento foi pró-pobre ou empobrecedor.

Tabela 9
 Variação da Renda, Índice de Gini, P0 e P1 nos COREDES e no Rio Grande do Sul
 (2000/2006)

	Renda	Gini	Po	P1
Alto Jacuí	33,56	45,15	-9,61	-12,00
Campanha	34,58	27,14	32,61	215,06
Central	4,33	14,44	-36,35	-23,99
Centro Sul	0,11	11,45	84,07	-35,25
Fronteira Noroste	-3,64	11,71	11,69	-25,05
Fronteira Oeste	45,96	6,83	177,04	69,27
Hortênsias	-4,81	7,93	63,62	-19,04
Litoral	2,47	17,67	-8,07	75,47
Médio Alto Uruguai	2,47	17,55	35,56	20,92
Metropolitano Delta do Jacui	-8,24	4,15	294,30	57,49
Missões	46,23	19,99	55,57	-26,40
Nordeste	27,04	20,72	32,02	-25,67
Nordeste Colonial	14,14	20,52	78,53	13,38
Norte	15,28	23,18	196,02	27,68
Paranhana- Encosta Serra	-26,08	16,07	28,37	23,18
Produção	9,79	13,65	90,22	-2,95
Serra	-8,59	11,67	121,39	-22,27
Sul	2,23	15,81	35,75	26,25
Vale do Caí	-5,17	15,81	253,04	89,49
Vale Rio dos Sinos	-25,95	5,35	82,77	5,46
Vale do Rio Pardo	18,46	11,67	88,56	69,01
Vale do Taquari	-5,21	17,46	11,09	5,04
Rio Grande do Sul	2,87	15,72	61,73	10,16

Fonte: Elaboração a partir de dados da FEE e da RAIS.

4.2 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: ANÁLISE DE REGRESSÃO

Após a descrição na seção anterior, da evolução da proporção de indigentes e de pobres, da renda e da desigualdade de renda, empreende-se nesta seção a metodologia a ser utilizada para a análise do crescimento pró-pobre. Para verificar se o crescimento no Rio Grande do Sul foi favorável a redução de pobreza será utilizada a metodologia desenvolvida nos estudos de Ravallion (1997), Ravallion e Datt (1999), Ravallion (2001) e Ravallion e Datt (2002), a qual procura avaliar a elasticidade do crescimento econômico para os níveis de pobreza. Essa metodologia foi aplicada nas pesquisas realizadas por esses autores utilizando informações para os estados da Índia, para estimar a elasticidade de pobreza entre as regiões.

Seguindo o modelo de Ravallion (1997), Ravallion e Datt (1999) e Ravallion (2001) considere, de maneira bem simples, a associação entre crescimento e renda

per capita e redução da pobreza. Considere ainda, a renda domiciliar per capita y , uma linha de pobreza y_p e a função de distribuição acumulada da renda domiciliar per capita $F(y)$. Obtém-se a proporção de pobres como sendo $P = F(y_p)$ e a renda domiciliar média $\mu = E(y)$. É possível expressar uma relação entre a proporção de pobres e renda domiciliar per capita média na forma:

$$\ln F(y_p)_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln \mu_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

onde ε_{it} corresponde a um termo de distúrbio aleatório. Observa-se que o coeficiente β_1 na equação acima pode ser interpretado como sendo a elasticidade “pobreza crescimento”, já que apreende a variação percentual da proporção de pobres em função de uma variação percentual da renda domiciliar per capita média. Evidências favoráveis ao crescimento pró-pobre são apresentadas quando o sinal do coeficiente da variável renda média for negativo, $\beta_1 < 0$. Trata-se de um resultado em que sugere que a variação positiva na renda, medida de crescimento econômico, contribui para a redução da pobreza. Outras situações são possíveis. Se $\beta_1 > 0$ o crescimento da renda será acompanhado de um aumento na pobreza, caracterizando uma situação em que o crescimento será empobrecedor. No caso em que $\beta_1 = 0$, será inconclusivo.

É claro que, dada a simplicidade, essa relação está muito longe de explicar os canais pelos quais o crescimento econômico pode afetar as condições de pobreza. Porém, considerando a robustez estatística para a forma funcional assumida para a renda e o caráter inicial exploratório, será possível obter evidências a respeito da relação entre crescimento e redução da pobreza nos COREDES do Rio Grande do Sul no período 2000-2006.

Segundo Ravallion (2001, 2004), os níveis de desigualdade de rendimentos podem afetar a redução da pobreza obtida com o crescimento econômico de duas formas. A primeira e mais tratada na literatura associa níveis mais elevados de desigualdade a menores taxas de crescimento. Mas, níveis mais elevados de desigualdade podem ainda, para um dado nível de crescimento, implicar menor redução da pobreza na medida em que tais níveis forem obstáculos à participação dos mais pobres nos benefícios do crescimento. O que pode ocorrer, por exemplo,

se a desigualdade de rendimentos refletir a desigualdade na posse de ativos que afetam a produtividade dos indivíduos.

Evidências a respeito desse efeito podem ser obtidas ao ampliar a equação (1) em que a variação da pobreza pode ser explicada pela variação da renda e pela variação da distribuição de rendimentos, medida pelo índice de Gini:

$$\ln F(y_p)_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln \mu_{it} + \beta_2 \ln \text{Gini}_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

onde $P = F(y_p)$ é a proporção de pobres, μ é a renda mediana, o Gini é o índice de Gini e o ε o termo de distúrbio. Embora essa especificação seja encontrada frequentemente nos estudos sobre crescimento pró-pobre, na literatura sobre o tema é comum empregar uma segunda especificação para verificar o papel da desigualdade na redução da pobreza. Nessa considera-se a relação entre a redução percentual da proporção de pobres e a taxa de crescimento corrigida pela desigualdade (*distribution-corrected growth rate*) da renda domiciliar per capita média sugerida inicialmente por Ravallion (1997). Especificamente, estima-se a relação:

$$\ln \Delta F(y_p)_{it} = \beta_0 + \beta_3 (1 - \text{Gini}) \ln \Delta \mu_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

onde, $\Delta F(y_p)_{it}$ corresponde a variação percentual da proporção de pobres entre 2000-2006, Gini representa o índice de Gini para a renda domiciliar per capita no período de 2000-2006 e μ corresponde à taxa de crescimento da renda domiciliar no período de 2000-2006.

Mais recentemente, além dessas 3 especificações, a investigação dos determinantes ou condicionantes da natureza do crescimento pró-pobre tem recebido mais atenção na pesquisa econômica. Quando a ênfase é dada para o impacto sobre a redução da pobreza buscam-se determinantes ou condicionantes que estariam relacionados com algum índice de pobreza, tomado como a variável dependente em regressões com dados na forma de *cross-section* ou num painel de dados (dados longitudinais). Esta é a linha de investigação observada nos estudos de Datt e Ravallion (1998), Ravallion e Datt (1999) e Ravallion e Datt (2002) nos quais são empregados informações para os estados indianos. As elasticidades são

obtidas a partir de um modelo mais amplo se comparado ao apresentado nas equações (1), (2) e (3)::

$$\ln F(y_p)_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln NFP_{it} + \beta_2 \ln YLD_{it} + \beta_3 \ln GOV_{it} + \beta_4 \ln INF_{it} + \beta_5 t + \eta_i + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

em que $F(y_p)_{it}$ é uma medida de pobreza absoluta, P_0 ou P_1 , no tempo t e no Corede i , NFP_{it} é o produto real não agrícola per capita da população do Corede i no tempo t , YLD_{it} é o produto real agrícola per capita da população, GOV_{it} é o gasto real do governo em programas sociais e para o desenvolvimento; INF_{it} é a taxa de inflação; t é uma tendência determinística; η_i é o efeito específico do Corede i e ε_{it} é um termo de distúrbio. As elasticidades da equação (4) são dadas pelos β 's. Evidências favoráveis ao crescimento pró-pobre são encontradas se $\beta_1 < 0$ e $\beta_2 < 0$, $\beta_3 > 0$, $\beta_4 < 0$.

Assim, para verificar se o crescimento foi pró-pobre ou empobrecedor para os COREDES do Rio Grande do Sul no período de 2000-2006, na seção a seguir, será descritos os resultados gerados a partir da estimação das quatro equações apresentadas nessa seção para duas medidas de pobreza, qual seja, a proporção de indigentes e a proporção de pobres. Os resultados obtidos foram estimados através do método de efeitos fixos.

4.3 O CRESCIMENTO FOI PRÓ-POBRE OU EMPOBRECEDOR?

A tabela 10 apresenta os resultados obtidos a partir do modelo (1). Nas colunas temos os COREDES ao passo que na linha encontram-se os coeficientes estimados e desvio-padrão.

Os resultados para o modelo estimado considerando todos os municípios do Rio Grande do Sul indicam que houve crescimento pró-pobre apenas para a proporção de pobres medida pelo P1. Isso pode ser visto pelo sinal do coeficiente estimado da renda e a significância estatística. Por esse resultado no período em análise, o aumento da renda, medida para crescimento econômico, contribui para a queda na proporção de pobres no estado do RS.

Quando a análise se entende para os 22 COREDES para ver se os mesmos apresentam comportamento semelhante ao do Estado, vemos que apenas oito COREDES apresentaram significância estatística, a pelo menos 10%. Quando consideramos como variável dependente a proporção de indigentes, P0, os COREDES Litoral, Metropolitano Delta do Jacuí, Vale Rio dos Sinos e Vale Rio Pardo apresentaram o sinal positivo, sugerindo que o crescimento não foi pró-pobre, mas sim empobrecedor.

Por sua vez o COREDE Missões, Nordeste, Paranha-Encosta da Serra e Serra apresentaram o coeficiente estimados com um sinal negativo, indicando que o crescimento foi pró-pobre. Os demais COREDES apresentaram resultados inconclusivos, já que os coeficientes estimados são estatisticamente significativos.

Os resultados para proporção de pobres medidas pelo P1 mostram que o coeficiente estimado para a renda apenas de seis COREDES apresentaram significância estatística a pelo menos 10%. Os COREDES Centro Sul, Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste Colonial, Serra apresentaram coeficientes com o sinal positivo, denotando que o crescimento foi empobrecedor. Desse resultado, um aspecto chama atenção o coeficiente estimado para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí se manteve positivo como em P0. Mas, o coeficiente da renda para o COREDE Serra inverteu o sinal. Uma situação em que o crescimento era concretizado como pró-pobre passou a ser empobrecedor.

Com relação aos COREDES Alto do Jacuí e Médio Alto Uruguai, um coeficiente estimado se mostrou negativo, sugerindo que o crescimento foi pró-pobre. O resultado para os demais COREDES se mostraram inconclusivas.

Em suma, para o modelo (1) vemos que houve crescimento pró-pobre para os COREDES Missões, Nordeste, Paranhana- Encosta da Serra e Serra quando usamos a proporção de indigentes (P0) e passa para os COREDES Alto Jacuí e Médio Alto Uruguai quando utilizam o conceito de pobreza P1.

A persistência da pobreza pode estar vinculada à desigualdade na distribuição dos rendimentos. Nesse sentido estimou-se o modelo (2) que permite verificar se a desigualdade de renda tem papel importante no resultado pró-pobre ou empobrecedor.

Tabela 10
Elasticidade da renda - pobreza nos COREDES gaúchos (2000 – 2006)

Variáveis	Teste	Medidas de											
		Pobreza	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda per capita	Teste F	Po	-0.4381 (0.5418)	-0.9458 (5.1579)	-0.1305 (0.3959)	-0.1305 (0.3959)	-0.2033 (0.3927)	0.5349 (0.7200)	0.3176 (1,159)	3.3814* (1.961)	0.9375 (1.9726)	1.1691** (0.4473)	0.8700* (0.5160)
		R ²	11.43***	2040	18.68***	3.38**	2.30	96.69***	26.58***	1768	5.030***	10.255***	11.63***
	Teste F	P1	-0.9188*** (0.2468)	0.5650 (1.032)	-0.4558 (0.3481)	1.000*** (2.52-17)	0.2064 (0.2697)	0.2807 (0.4953)	-0.4372 (0.5906)	0.1106 (0.4086)	1.667** (0.6512)	0.7240** (0.4093)	0.8312 (0.7190)
		R ²	3.4647***	0.6658	6.1653***	2.56***	4.973***	2.366**	0.9285	7.171***	2.920***	0,82	1082
			36.85%	13.14%	51.00%	1	45.58%	28.59%	0,13	54.72%	32.91%	58.35%	0,15

Variáveis	Teste	Linhas de Pobreza	Paranhana Encosta da											
			Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale do Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	Rio Grande do Sul
Renda per capita	Teste F	Po	-2.036** (1.0119)	-0.5316 (0.8444)	-0.2750 (0.5179)	-3.052* (1.5452)	-0.0414 (0.4952)	-1.4963** (0.6731)	0.1288 (1.3258)	0.2012 (0.4756)	-0.7687 (1.8627)	1.082** (0.5645)	1.035** (0.4911)	0.0057 (0.1734)
		R ²	4.363***	3.129***	2.4722**	2.507*	4.975***	2.827***	13.93***	5.65***	5.656***	4.450***	9.459***	19.63**
	Teste F	P1	-0.0009 (0.3495)	0.6507* (0.2493)	-0.4120 (0.2871)	-0.5496 (0.4222)	-0.3403 (0.2435)	0.6934*** (0.2546)	-0.3868 (0.3802)	-0.0096 (0.1968)	-0.1710 (0.3339)	-0.3343 (0.3075)	0.2155 (0.2986)	-0.3248*** (0.0094)
		R ²	2.168***	6.002***	4.556***	7.899**	4.138***	4.925***	9.156***	9.156***	5.378***	7.811***	9.728***	18.317***
			0,26	0,5	0,43	0,57	0,4	0,45	0,6	0,6	0,47	0,57	0,62	0,75

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: : Elaboração própria a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

A tabela 11 mostra os resultados para o modelo (2). Para P0 observa-se que o coeficiente estimado da renda foi estatisticamente significativo para o COREDE Paranhana- Encosta da Serra, Serra e para o Vale do Rio Pardo. Desses apenas os dois primeiros apresentavam crescimento pró-pobre de acordo com a definição de Ravallion e Datt (1999), em que se considera pró-pobre o crescimento econômico acompanhado pela redução na pobreza.

Por sua vez a elasticidade-desigualdade-pobreza foi significativa apenas para o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, Norte e Vale do Rio dos Sinos. Desses, os dois primeiros indicam que o aumento da desigualdade contribui para aumentar a pobreza ao passo que no terceiro o sinal não foi de acordo com o esperado, portanto inconclusivo. Os demais COREDES apresentaram resultados considerados inconclusivos.

Tabela 11

Elasticidade renda-pobreza e desigualdade-pobreza nos COREDES do Rio Grande do Sul 2000-2006 (P0)

Variáveis	Teste	Medidas de Pobreza										
		Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda per capita	Renda	-0.1830	-0.6310	-0.0840	-0.5848	-0.2111	0.3686	0.6455	4.3188	0.9466	1.065	-0.2645
		(0.6842)	(5.1983)	(0.3986)	(1.6238)	(0.9054)	(0.7929)	(1.3029)	(2.6888)	(2.0678)	(0.4417)	(0.5003)
	Gini	-1.1616	-0.8714	-0.6948	-0.6254	0.7622	2.4655	2.4510	-4.0314	-1.6873	3.315*	1.6532
		(1.5998)	(8.8346)	(1.0483)	(1.6238)	(0.7551)	(2,3210)	(4.2715)	(6.7336)	(3.1760)	(1.9564)	(1.3513)
	Teste F	14.36***	2015	18.38%	2673	0.904	80.70***	22.39***	7.330***	3.712**	9.742***	16.05***
	R ²	0,75	0,31	0,77	0,37	0,15	0,94	0,82	0,57	0,48	0,66	0,76

Variáveis	Tetes	Linhas de Pobreza	Rio Grande do Sul										
			Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale do Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo
Renda per capita	Renda	-1.7124	-0.5232	-0.3838	-3.6702**	-0.1860	-1.9120**	0.1130	0.2031	-0.3668	-0.8322	1.0024*	0.08139
		(1.144)	(0.6455)	(0.5051)	(1.4135)	(0.5475)	(0.8712)	(1.3396)	(0.4799)	(1.9640)	(0.5707)	(0.5246)	(0.1767)
	Gini	-1.0874	1.7132	3.033*	-8.4754	2.5230	-1.4176	0.4333	0.2625	-2.6826	-4.3467*	0.4952	0.1807
		(1.6598)	(1.8464)	(1.0631)	(6.9438)	(1.7460)	(1.8766)	(1.3655)	(1.9033)	(3.7353)	(2.3222)	(1.6062)	(0.4545)
	Teste F	3.490**	2.916***	2.760**	2.346*	4.820***	2.622***	12.157***	5.058***	2119	4.522***	8.381***	18.288***
	R ²	0,44	0,35	0,35	0,34	0,25	0,32	0,7	0,48	0,32	0,45	0,63	0,75

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

A tabela 12 apresenta os resultados para proporção de pobres medida pelo P1. Observa-se na última coluna que os coeficientes estimados para o Rio Grande do Sul considerando todos os municípios são estatisticamente significativos e possuem sinal negativo. Esse resultado mostra que o crescimento para o Rio Grande do Sul, no período em análise, foi pró-pobre em relação a renda. Porém, para o resultado referente ao Índice de Gini o sinal não foi o esperado, portanto torna inconclusiva a análise

Ao estender a análise para os COREDES, nota-se que os COREDES do Centro Sul, Nordeste Colonial, Paranhana- Encosta da Serra e Serra apresentaram um sinal negativo para a elasticidade renda-pobreza, indicando que o crescimento foi pró-pobre, porém, com um sinal positivo para a elasticidade desigualdade-pobreza, isto é foi concentrador de renda. Segundo Kakwani e Pernia (2000), esse crescimento econômico não seria considerado pró-pobre uma vez que mesmo com o crescimento econômico reduzindo a pobreza, a desigualdade aumentou. Esse resultado foi de certa forma observada na tabela 9, em que se apresentou a variação para 2000-2006 da renda, Gini e a proporção de pobres. Em relação aos COREDES Centro Sul e Serra, houve uma redução na pobreza, entre 2000 a 2006, de 35.25% e 22,27%, respectivamente

Tabela 12

Elasticidade da renda-pobreza e desigualdade-pobreza (P1)

Variáveis	Teste	Medidas de Pobreza	Fronteira										
			Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda per capita		Renda	-0.7603*** (0.2789)	0.6976 (1.0482)	-0.4068 (0.3411)	-0.1107** (0.0053)	-0.1451 (0.3864)	0.8716 (0.6368)	-0.5692 (0.6444)	-0.1627 (0.3933)	-1.5839 (0.6326)	0.6446 (0.4084)	-0.6639 (0.7471)
		Gini	-0.7043 (0.8042)	-0.3324 (1.7815)	-1.9171** (0.8969)	-1.6808** (0.7817)	-1.9032** (0.8854)	1.0406 (1.8642)	-4.5170** (2.0486)	1.8271** (0.8253)	-5.6309*** (1.4180)	2.5452 (1.8092)	-7.8419*** (2.4823)
	Teste F		3.038***	0.5730	6316	7930***	5.130***	3.320***	1404	3.138***	3.940***	7.598***	1.618*
	R ²		0,35	0,11	0,53	0,59	0,48	0,39	0,21	0,57	0,41	0,6	0,22

(Continuação)

Variáveis	Teste	Linhas de Pobreza	Rio Grande do Sul											
			Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale do Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	Rio Grande do Sul
Renda per capita		Renda	0.1356 (0.3535)	-0.6813*** (0.2486)	-0.3969 (0.2843)	-0.8630** (0.3360)	-0.3856 (0.2401)	-0.7878*** (0.2479)	-0.4571 (0.3817)	-0.0604 (0.2075)	-0.1583 (0.3329)	-0.3322 (0.3209)	0.2335 (0.3269)	-0.3502*** (0.0869)
		Gini	-3.0836*** (1.0394)	-1.3829* (0.7458)	-1.3930* (0.7451)	-3.4012* (1.8686)	-3.0534*** (0.9655)	-3.3109*** (0.7738)	-1.3123 (0.9150)	-2.6572*** (0.8841)	-1.4783 (1.1426)	0.0315 (1.2810)	0.0786 (0.8567)	-1.8116*** (0.2525)
	Teste F		2.688***	6.044**	2.760**	7.606***	4.771***	5.841***	8.907***	5.750***	6.343***	7.159***	8.568***	11.454***
	R ²		0,32	0,51	0,35	0,59	0,45	0,5	0,61	0,49	0,53	0,48	0,6	0,82

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: Elaboração a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

Para os demais COREDES, o Alto do Jacuí apresentou um comportamento pró-pobre ao passo que os COREDES: Central, Fronteira Noroeste, Norte, Produção Vale do Taquari apresentaram uma elasticidade-desigualdade-pobreza negativa.

A tabela 13 sintetiza os resultados das elasticidades para os COREDES que apresentaram significância estatística. Nota-se que dos 22 COREDES 15 apresentaram crescimento pró-pobre e 12 foram empobrecedor. Isso sugere que a pobreza está diretamente relacionada com questões relacionadas a desigualdade na distribuição dos rendimentos. Cabe ressaltar que no período que compreendeu a análise a desigualdade de renda aumentou em todos os COREDES do território gaúcho.

Tabela 13
Elasticidades estatisticamente significativas

COREDES	Elasticidades							
	P0		P1		Po		P1	
	Modelo (1)				Modelo (2)			
	Pró-pobre	Empobrecedor	Pró-pobre	Empobrecedor	Pró-pobre	Empobrecedor	Pró-pobre	Empobrecedor
Alto do Jacuí	-	-	0.9188	-	-	-	0.7603	-
Centro-Sul	-	-	-	1.000	-	-	0.1107	-
Litoral	-	3,3814	-	-	-	-	-	1,8271
Médio Alto								
Uruguai	-	-	1.667	-	-	-	-	-
Metropolitano								
Delta do Jacuí	-	1,1691	-	0.7240	-	-	-	-
Missoes	0.8700	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	2.036	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste Colonial	-	-	-	0.6507	-	-	0.6813	-
Norte	-	-	-	-	-	3.033	-	-
Paranhana-Encosta da Serra	3.052	-	-	-	3,6702	-	0.8630	-
Serra	1,4963	-	-	0.6934	1,9120	-	0.7878	-
Vale do Rio								
Sinos	-	1.082	-	-	-	-	-	-
Vale do Rio								
Pardo	-	1.035	-	-	-	1,002	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	0.3248	-	-	-	0.3502	-

Fonte: : Elaboração própria a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009)..

Para tentar uma investigação mais detalhada sobre as possíveis causas referente ao crescimento pró-pobre ocorrido nos COREDES e municípios gaúchos procurou-se estimar um modelo (4) mais completo, o qual incorporamos três novas variáveis: PIB agrícola per capita, educação e inflação. Justifica-se o uso deste modelo por duas razões: a primeira por se tratar de um modelo usual na literatura sobre crescimento pró-pobre; a segunda razão, por incorporar duas variáveis importantes, PIB agrícola per capita e educação, as quais estão relacionadas com possíveis mudanças nos níveis de pobreza. Muitas questões são levantadas a partir

do grande número de indivíduos que vivem em condições de pobreza no meio rural brasileiro e daqueles que não tem acesso a uma boa educação. Melhorias nas condições de indicadores sociais poderão servir como ganho para a redução da pobreza e da desigualdade social. De acordo com Sonia Rocha (2003) anos adicionais de estudo resultam em aumento da renda. Enfim, aqui trataremos de medir a elasticidade da pobreza através da variação do PIB não agrícola per capita, PIB agrícola per capita, educação e inflação.

Os resultados obtidos para a proporção de indigentes (P0) através do modelo 4 gerou, na maioria, resultados inconclusivos. Para o COREDE Vale do Caí, tanto o PIB não-agrícola e o PIB agrícola foram significativos. Portanto, neste caso houve uma redução na proporção de indigentes. No COREDE Paranhana-Encosta da Serra o PIB não agrícola foi estatisticamente significativo, neste caso houve redução na indigência. Já nos COREDES Litoral, Serra e Sul os resultados para o PIB não agrícola per capita foi empobrecedor. Os demais casos foram inconclusivos.

Tabela 14

Determinantes da natureza pró-pobre do crescimento para proporção de indigentes (eq. 4)

Variáveis	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
PIB não agrícola per capita	-0.3884 (0.3608)	1.076 (1.1164)	-0.0939 (0.4012)	-0.4352 (2.5057)	0.0559 (0.8532)	0.2863 (0.8845)	0.8203 (0.2623)	14.6980** (6.2811)	2.0125 (3.1211)	0.6365 (0.1758)	-0.9728 (0.7867)
PIB agrícola per capita	-0.007887 (0.0343)	-0.0164 (0.0587)	0.0110 (0.0349)	-0.0140 (0.1057)	0.0019 (0.0725)	-0.1066 (0.0659)	-0.0018 (0.9651)	2.0160 (1.3387)	-0.1946 (0.1229)	0.0282 (0.6767)	-0.0249 (0.0301)
Educação	-0.1694 (0.4046)	0.2113 (1.0422)	-0.0845 (0.0757)	0.6330 (1.177)	0.0025 (0.1347)	-0.0844 (0.1584)	-1.4830 (1.022)	1.6515 (1.0916)	-0.0568 (1.6984)	0.095 (0.0921)	-0.3630 (0.3772)
Inflação	-0.1694 (0.1639)	-0.5653** (0.2661)	-0.1430 (0.1603)	-0.0248 (0.4528)	-0.0018 (0.3694)	-0.3036 (0.2872)	-0.7886 (0.5328)	0.1660 (0.7990)	-0.1440 (0.5230)	0.4074** (0.1938)	-0.0693 (0.1834)
Tendência	0.0884 (0.0605)	-0.0525 (0.0886)	0.0181 (0.0326)	-0.1102 (0.1080)	0.1162 (0.0774)	0.0588 (0.0566)	0.6534 (0.9867)	-0.4554** (0.1884)	-0.1410 (0.1705)	0.1536*** (0.0388)	0.1364** (0.0519)

(Continuação)

Variáveis	Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	Rio Grande do Sul
PIB não agrícola per capita	1.0478 (0.6759)	-0.0726 (0.8072)	-0.1819 (0.4841)	-2.086 (2.1111)	-0.6102 (0.6530)	0.6881* (0.3941)	0.6881* (0.3941)	0.1397 (0.5447)	-6.067*** (1.281)	0.9797 (0.7373)	1.085 (0.8808)	0.0733 (0.1733)
PIB agrícola per capita	0.0033 (0.4287)	-0.0658 (0.0548)	-0.9836 (0.7954)	-1.988* (1.144)	-0.0083 (0.0393)	0.0274 (0.0340)	0.0274 (0.0340)	0.0149 (0.0328)	-0.4101*** (0.063)	-0.0523 (0.1570)	0.0175 (0.0817)	0.0048 (0.01354)
Educação	0.1478 (0.2632)	0.0008 (0.2922)	-0.1000 (0.3676)	0.4636 (0.4427)	0.2456 (0.2185)	0.1960 (0.1380)	0.1960 (0.1380)	-0.4720 (0.3630)	0.5826 (0.7831)	-0.0383 (0.1086)	-0.1331 (0.1124)	0.0282 (0.0414)
Inflação	-0.5879*** (0.1817)	-0.3148 (0.3223)	-0.1473*** (0.0464)	0.1753 (0.4427)	-0.1032 (0.2003)	-0.5270*** (0.1201)	-0.5270*** (0.1201)	-0.1875 (0.2185)	-0.0997 (0.3387)	-0.8123*** (0.2216)	0.2086 (0.2572)	-0.1929*** (0.0574)
Tendência	-0.1220* (0.0623)	0.0679 (0.0709)	0.1473*** (0.04643)	0.1753 (0.6686)	0.094* (0.0566)	-0.0752** (0.0033)	-0.0752** (0.0337)	0.0331 (0.0557)	-0.0518 (0.0930)	-0.8123*** (0.2216)	0.0656 (0.0646)	0.6578 (0.7634)

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

R² 45%

Teste F 13,34*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS, IPEADARA e TCE (2009).

A tabela 15 apresenta os resultados para a proporção de pobres, P1. As elasticidades para o Rio Grande do Sul apresentaram uma redução na pobreza através do PIB não-agrícola, o qual apresentou sinal negativo e foi estatisticamente significativo. Os COREDES: Central, Hortênsias, Médio Alto Uruguai, Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí acompanharam o comportamento do Estado e também apresentaram um crescimento pró-pobre. Já para os COREDES: Fronteira Oeste, Nordeste Colonial e Produção ocorreu o contrário sugerindo que foi empobrecedor.

A variável educação apresentou o resultado esperado apenas para o COREDE Vale do Caí. Dessa forma, o aumento de 1% nos gastos em educação contribui para reduzir a pobreza em 0.2340 pontos percentuais.

Tabela 15
Determinantes da natureza pró-pobre do crescimento para proporção de pobres (Eq. 4)

Variáveis	Fronteira										
	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Noroeste	Fronteira Oeste	Hortensias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missoes
PIB não agrícola per capita	0.8013 (2.7509)	1.0762 (1.1164)	-0,7149** (0,3145)	-0.0788 (0.0524)	0.9706** (0.4726)	1.000*** (1.10E-16)	-0.5876** (0.2631)	-0.0242 (0.4656)	-0,1951** (0,9878)	-0.0754 (0.4332)	-0.7187 (0.9726)
PIB agrícola per capita	0.0001 (0.0267)	-0.0164 (0.0587)	-0.0048 (0.0304)	0.0285 (0.0349)	0.0336 (0.0418)	0.0000 (1.0000)	-0.5876 (0.2631)	0.0877 (0.0659)	-0.0782 (0.0633)	0.0626 (0.0630)	0.0245 (0.0802)
Educação	0.7654 (02156)	0.8734 (0.4573)	- 0.0063 (0.0796)	-0.0355 (0.2751)	-0.0052 (0.0862)	0.6790 (0.8769)	0.7045 (0.8695)	-0.0468 (0.1188)	0.3859 (0.2561)	0.0129 (0.08658)	-0.0653 (0.5914)
Inflação	-0.5663*** (0.13141)	-0.5356*** (0.2661)	-0.4519*** (0,1240)	-0.3716*** (0.2164)	-0.5319*** (0.1633)	0.0000 (1.0000)	-0.0990 (0.2725)	-0.3585** (0.157)	-0.8075*** (0.2269)	0.1252 (0.1820)	-0.697* (0.3707)
Tendência	-0,06923 (0,0314)	-0.0525 (0.0886)	-0.0233 (0.0249)	-0.0425 (0.0415)	-0,0738* (0,0371)	0.8976 (0.2309)	0.028 (0.1168)	0.0812** (0.0328)	-0.0025 (0.0576)	0.1414** (0,036)	-0.0876 (0.0939)

Variáveis	Paranhana Encosta da Serra											Rio Grande do Sul
	Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	
PIB não agrícola per capita	1.047 (0.6759)	1.0496*** (0.2553)	-0.0073 (0.3789)	-0.9549 (0.5931)	0.6881* (0.3941)	-0.8865*** (0.3188)	0.0895 (0.3720)	-0.3712 (1.9011)	-0.8317** (0.3787)	0.2901 (0.4997)	-0.8429* (0.4635)	-0.0858 (0.0441)
PIB agrícola per capita	0.033 (0.0418)		0.8965 (0.7624)	0.0545 (0.0242)	0.0274 (0.0340)	0.0036 (0.032)	0.0438 (0.0322)	0.0210 (0.0226)	-0.0181 (0.0203)	-0.0290 (0.1149)	0.0014 (0.0440)	0.0080 (0.0092)
Educação	0.1478 (0.2632)	-0.4053*** (0.1128)	-0.0889 (0.1005)	-0.1648 (0.1117)	0.1960 (0.1380)	-0.0707 (0.2945)	-0.0542 (0.0896)	0.0158 (0.1349)	-0.1643 (0.1252)	-0.0205 (0.0806)	-0.0423 (0.0786)	-0.0163 (0.0299)
Inflação	-0.5879*** (0.1817)	0.6735 (0.6384)	-0.5148*** (0.1165)	-0.5381*** (0.1970)	-0.5270*** (0.1201)	-0.4406*** (0.1269)	-0.3588** (0.1422)	-0.4052*** (0.1050)	-0.3906*** (0.1075)	-0.3543** (0.1547)	-0.3981*** (0.1315)	-0.4302*** (0.0337)
Tendência	-0.1220 (0.0623)	0.9286 (0.0873)	-0.0339 (0.0293)	-0.0352 (0.0522)	-0.0752** (0.0337)	0.0094 (0.0387)	0.0024 (0.0290)	-0.0207 (0.0257)	0.0711*** (0.0241)	0.0384 (0.0399)	0.0819** (0.0033)	0.0769 (0.9831)

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte:Elaboração própria a partir de dados da RAIS, IPEADATA e TCE (2009).

Nos demais COREDES os resultados não foram estatisticamente significativos, uma vez que os resultados foram inconclusivos.

De um modo geral, para o modelo (4) apenas seis COREDES apresentaram um crescimento pró-pobre. Isso foi possível pelo aumento do PIB não agrícola per capita gerou uma redução na proporção de pobres. Vale mencionar que ao se comparar as duas medidas de pobreza, P0 e P1, verifica-se que a segunda foi mais sensível as variações no PIB não agrícola do que P0.

Para completar a análise empírica será estimado os modelos 1 e 2 em primeira diferença. Este modelo permite ver a relação da taxa de crescimento da renda per capita com as variações na taxa de redução da indigência/pobreza

A tabela 16 apresenta os resultados para a proporção de indigentes e de pobres. Nota-se através dessa tabela que ganhos nas taxas de crescimento da renda fizeram com que a indigência caísse nos COREDES Alto do Jacuí e Nordeste, ocorrendo o contrário nos COREDES Litoral e Vale do Taquari. Para os demais resultados inconclusivos.

Para o nível de pobreza houve crescimento pró-pobre no Rio Grande do Sul e nos COREDES: Alto do Jacui, Médio Alto Uruguai, Missões e Nordeste Colonial. Apenas o COREDE Vale do Caí obteve resultado empobrecedor. Os demais COREDES apresentaram resultados inconclusivos.

Tabela 16
Resultados para a primeira diferença das elasticidades crescimento-pobreza

Variáveis	Testes	Medidas de											
		Pobreza	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda per capita	Teste F	Po	-1.7476*	1.1890	-0.4778	0.5126	0.2189	-1.5256	1.7110	6.9066**	2.2891	-0.3378	0.4309
			(0.9181)	(6.6064)	(0.4378)	(1.8884)	(1.1375)	(1.2413)	(1.7624)	(2.8768)	(1.887)	(0.6388)	(0.3997)
	R ²	0,3	0,12	0,07	0,01	0,03	0,07	0,35	0,2	0,09	0,05	0,09	
	Teste F	P1	-0.7523**	0.4747	0.1360	-0.6887	0.0728	1.514	0.4198	-0.1469	-1.220**	-0.2301	-1.3229*
			(0.2975)	(0.9494)	(0.4006)	(1.2468)	(0.4207)	(0.9887)	(0.3908)	(0.5384)	(0.5835)	(0.4819)	(0.7203)
	R ²		1178	0.208	0.288	0.245	0.050	0.400	0.420	0.164	0.6707	0.8633	0.4363
			0,2	0,04	0,05	0,11	0,2	0,06	0,08	0,03	0,11	0,15	0,08

Variáveis	Medidas de	Medidas de											Rio Grande do Sul	
		Pobreza	Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	
Renda per capita	Teste F	Po	-2.3467***	-0.5129	0.3330	-2.6660	-0.1441	-1.1218	-0.3772	1.1783*	0.8270	2.6000	0.6030	0.09452
			(0.6782)	(0.8147)	(0.4287)	(1.9775)	(0.4809)	(1.1063)	(1.6925)	(0.6525)	(2.5260)	(2.3777)	(0.5085)	(0.2278)
	R ²	0.453	0.086	0.217	0.772	0.183	20.99	0.101	0.112	0.659	0.888	0.454	0.406	
	Teste F	P1	0.2340	-1.3229*	-0.2556	-0.6005	-0.3841	-0.2896	-0.4413	0.3426	0.6323**	0.1826	-0.2629	-0.3001***
			(0.3523)	(0.7203)	(0.2794)	(0.8601)	(0.2640)	(0.3110)	(0.5145)	(0.2354)	(0.2974)	(0.6334)	(0.3627)	(0.0955)
	R ²		0.1325	0.3025	0.190	0.143	0.168	0.2575	0.198	0.272	0.659	0.735	0.233	0.295
			0,02	0,06	0,03	0,28	0,03	0,04	0,03	0,05	0,11	0,13	0,04	0,05

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: Elaboração a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

A tabela 17 mostra os resultados obtidos através da taxa de crescimento da renda e da taxa de crescimento da desigualdade. Nota-se que as taxas de crescimento da renda per capita ocasionaram um empobrecimento nos COREDES Litoral e Vale do Taquari. Já que estes cresceram menos do que a proporção de indigentes. No COREDE Nordeste a variação na taxa de crescimento da renda proporcionou crescimento pró-pobre. Para o nível de indigência a taxa desigualdade da renda foi significativa apenas em dois COREDES: Hortênsias e Serra. Apenas no primeiro o sinal foi como o esperado, sugerindo um aumento na taxa de desigualdade eleva a taxa de indigentes. Nos demais casos os resultados foram inconclusivos.

Para a proporção de pobres, P1, observa-se que somente os COREDES Centro Sul, Vale do Taquari e Vale do Cai apresentaram significância estatística para a variação da taxa de crescimento da renda. Salienta-se que somente no primeiro COREDE houve redução na taxa de pobres, nos outros dois, ocorreu aumento no número de pobres. Em relação à variação das elasticidades renda-pobreza e desigualdade-pobreza, nada foi concluído, apesar de 14 COREDES terem apresentado significância estatística para os coeficientes estimados, porém, o sinal não foi como o esperado. Este fato também ocorreu para o Rio Grande do Sul. Os demais casos foram inconclusivos.

Tabela17

Resultados para a primeira diferença das elasticidades crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza (2000-2006)

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza (Po)											
		Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões	
Renda per capita	Teste F R ²	Renda	-1.1256 (0.8274)	1.0862 (6.774)	-0.2986 (0.4451)	0.1408 (1.9117)	0.6636 (1.1490)	-1.6378 (1.2930)	1.7798 (1.6933)	6.7494** (3.2348)	2.2513 (1.9278)	-0.5052 (0.6428)	0.4099 (0.4195)
		Gini	-4.9222* (2.4261)	-4.2355 (12.8515)	-3.004 (1.8055)	-3.2977 (3.0586)	-6.3758 (4.0543)	2.0687 (5.5507)	14.8439* (8.0141)	1.1051 (9.0541)	-2.7815 (4.2027)	2.7011 (1.9833)	0.4104 (2.0247)
			0.456	0.875	0.679	0.334	0.326	0.330	0.653	1019	0.463	0.496	0.484
			9%	13%	5%	9%	0,07	0,06	0,14	0,21	0,12	0,1	0,09

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza (P0)											Rio Grande do Sul	
		Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale do Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo		
Renda per capita	Teste F R ²	Renda	-2.3305*** (0.6955)	-0.2774 (0.8429)	0.2741 (0.4665)	-3.2618 (2.0485)	-0.1336 (0.4856)	-1.4866 (1.1086)	-0.3278 (1.7370)	1.1826* (0.6469)	1.2724 (2.5922)	2.8798 (2.3606)	0.5706 (0.5159)	0.1536 (0.5032)
		Gini	-0.6771 (1.8117)	-3.2874 (3.0806)	0.4694 (1.3546)	-14.7287 (13.9298)	-0.6137 (1.9017)	-4.2589* (2.5109)	-0.4433 (2.5289)	3.9918 (2.9248)	8.9166 (10.1910)	-7.6555 (6.1191)	-1.2170 (1.8566)	1.4717** (0.7415)
			3618	1718	0.217	0.845	0.174	0.793	0.112	0.101	0.239	0.735	0.443	0.163
			0,5	0,26	0,05	0,19	0,03	0,15	0,02	0,06	0,13	0,09	0,09	0,03

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Variáveis	Teste	Medidas de Pobreza (P1)											
		Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões	
Renda per capita	Teste F R ²	Renda	-0.4843 (0.2966)	0.4437 (0.9634)	0.4084 (0.3912)	-0.0995* (0.0551)	0.2239 (0.4125)	1.5343 (1.0319)	0.3970 (0.3460)	-0.1352 (0.4893)	-0.3322 (0.5308)	-0.2208 (0.4982)	-0.6344 (0.6515)
		Gini	-3.6613*** (1.2449)	-1.277 (1.8278)	-4.5678*** (1.5869)	-1.8780 (1.2156)	-4.220*** (1.4963)	-0.3738 (4.4299)	-4.9130*** (1.6380)	3.223*** (0.8176)	-9.4523*** (1.6500)	-0.1510 (1.5373)	-17.0587*** (3.3625)
			0.755	1.456	0.867	0.543	0.611	0.3411	1745	1222	2406	0.7346	0.876
			45%	15%	18%	19%	11%	7%	3%	21%	34%	15%	21%

Variáveis	Teste	Medidas de Pobreza (P1)											Rio Grande do Sul	
		Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale do Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo		
Renda per capita	Teste F R ²	Renda	0.5064 (0.3181)	-0.04123 (0.2270)	-0.2603 (0.2978)	-0.6882 (0.8712)	-0.3837 (0.2586)	-0.0559 (0.2914)	-0.4615 (0.4971)	0.4934** (0.2244)	0.5870** (0.2726)	0.0692 (0.6380)	-0.2555 (0.3568)	-0.1402 (0.1294)
		Gini	-6.1784*** (1.2776)	-6.1980*** (0.9368)	0.05390 (1.1446)	-4.3212 (5.6032)	-3.6359*** (1.2672)	-5.4784*** (1.0739)	-3.7545*** (1.2943)	-5.6314*** (1.1895)	-4.8112*** (1.1966)	-1.9749 (1.6292)	-2.1714** (1.068)	-4.3048*** (0.3442)
			1457	1718	0.179	0.183	0.417	1130	0.585	0.198	1.691*	0.3231	0.435	0.773
			24%	26%	3%	4%	8%	11%	11%	3%	26	26%	8%	13%

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

Portanto, até aqui verifica-se que o crescimento pró-pobre ocorrido durante os anos de 2000 a 2006 nos COREDES e no Estado do Rio Grande do Sul está de acordo com a definição de Ravallion e Datt (2002), em que dos 22 COREDES, o crescimento econômico que ocorreu foi acompanhado pela redução da indigência em 6 COREDES. Quando essa análise se estende para a proporção de pobres, verifica-se que isso aconteceu para 9 COREDES analisados. Ao se considerar a definição de crescimento pró-pobre Kakwani e Pernia (2000), observou-se que em nenhum dos 22 COREDES o crescimento poderia ser considerado pró-pobre, uma vez que não houve uma redução na desigualdade.

A variação da desigualdade de rendimentos para o período de 2000-2006 foi positiva para todos os COREDES. Como foi observado na tabela 9. Na análise de regressão os resultados apresentados para a elasticidade-pobreza-desigualdade mostraram-se inconclusivas para alguns COREDES. Nesse sentido seria interessante buscar uma especificação em que a taxa de crescimento da pobreza pudesse ser relacionado com a taxa de crescimento da renda, descontada a desigualdade de renda. Por isso, será feito o uso da seguinte especificação nos resultados encontrados até agora em relação ao crescimento ser pró-pobre ou não.

Na tabela 18 é descrito os resultados para a equação (3), a relação entre a redução percentual da proporção de pobres e a taxa de crescimento corrigida pela desigualdade da renda domiciliar per capita. Observa-se que para a proporção de indigentes, P0, a taxa de variação da renda corrigida pela desigualdade sugere que houve um aumento na taxa de crescimento de indigentes no COREDE Alto do Jacuí. Porém, os resultados indicam que nos COREDES Missões e Norte ocorreram ganhos na taxa de crescimento pró-pobre. Nos demais COREDES os resultados foram inconclusivos.

Na análise desenvolvida para a proporção de pobres, P1, os COREDES Alto do Jacuí, Campanha, Produção e Serra acompanharam o comportamento apresentado pelo Rio Grande do Sul, onde o coeficiente estimado foi significativo e com sinal positivo. Mesmo com a desigualdade descontada da taxa de variação da renda não houve redução da pobreza. Com exceção apenas para o COREDE Norte, onde um aumento de um 1% na taxa da variação renda resulta em uma redução na taxa da pobreza em 4.3535%, sugerindo que houve crescimento pró-pobre no período em análise. Portanto, quanto menor a desigualdade de renda maior será o impacto na redução da pobreza. Ver tabela 18.

Tabela 18
Estimação para taxa de crescimento corrigida pela desigualdade (2000-2006)

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza											
		(Po)	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda/Gini			21.2102*	-1.1085	0.1282	4.1289	3.6845	-4.4812	25.7220	-18.6038	-8.0590	6.2937	-23.3309***
	Teste F		(11.0416)	(72.9157)	(4.7538)	(24.7381)	(24.2892)	(32.9175)	(32.6047)	(51.5925)	(29.6148)	(9.3584)	(9.3096)
			0.8444	0.0000	0.0831	0.0699	0.01698	0.1472	0.7238	0.1237	0.0257	0.3210	13863

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza												Rio Grande do Sul
		(P0)	Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	
Renda/Gini			8.8133	11.9605	-5.6277***	22.2969	3.6118	-43.2330	17.6050	5.8852	-23.7178	-134.80	0.9187	-1.2419
	Teste F		(15.6953)	(15.2461)	(2.2262)	(44.6874)	(5.5823)	(25.8592)	(32.6459)	(12.5548)	(47.1285)	(92.78)	(9.3175)	(2.6357)
			11443	0.6980	10891	0.3551	0.2119	0.7940	0.1437	0.1230	0.1465	0.9364	0.2119	0.1383

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza											
		(P1)	Alto do Jacuí	Campanha	Central	Centro Sul	Fronteira Noroeste	Fronteira Oeste	Hortênsias	Litoral	Médio Alto Uruguai	Metropolitano Delta do Jacuí	Missões
Renda/Gini			14.3829***	26.6337***	6.8428	-0.3773	-0.1390	32.0126	-10.7543	-6.9384	5.5369	1.7562	13.67023
	Teste F		(3.2296)	(8.9174)	(4.2282)	(0.8045)	(7.8937)	(25.9576)	(7.8935)	(8.5211)	(7.7674)	(7.094)	(12.5220)
			1,5622	2.442*	0.3930	0.1764	0.1308	0.2813	0.5429	0.2083	0.4607	0.8354	0.3092

Variáveis	Testes	Medidas de Pobreza												Rio Grande do Sul
		(P1)	Nordeste	Nordeste Colonial	Norte	Paranhana Encosta da Serra	Produção	Serra	Sul	Vale do Taquari	Vale Cai	Vale do Rio dos Sinos	Vale do Rio Pardo	
Renda/Gini			6.7289	0.5777	-4.3535***	-17.6612	6.4883***	6.8152***	2.2413	-4.9704	-0.5240	-2.3309	0.2312	2.2350*
	Teste F		(6.1844)	(2.7653)	(2.2459)	(15.4266)	(2.6511)	(3.6541)	(5.0639)	(3.6430)	(7.0059)	(11.2180)	(5.7643)	(1.2207)
			0.1771	0.1396	0.3405	0.2278	0.2319	0.3486	0.1724	0.2649	0.3572	0.2300	0.2045	0.2759

(*)significante a 10%, (**) significante a 5%, (***) significante a 1%.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS e IPEADATA (2009).

Em suma, o crescimento econômico no Rio Grande do Sul, em alguns casos, mostrou-se pró-pobre. Porém, a desigualdade de renda persiste na totalidade dos COREDES.

Como verificado no capítulo três o Rio Grande do Sul é um estado que apresenta diversificação entre suas regiões. Deste modo, a concentração na participação do PIB gaúcho está em apenas 8 dos 22 COREDES do Estado. Dentre eles, foi possível verificar que COREDES como: Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio Pardo, Vale do Rio dos Sinos, Norte e Serra, apresentaram resultados empobrecedores, de acordo com os resultados da regressão. Portanto, os municípios que têm elevada participação no PIB, não necessariamente apresentaram menores níveis de pobreza. Salienta-se que o COREDE Serra além de apresentar resultado empobrecedor também apresentou resultados pró-pobre.

Já em COREDES como: Médio Alto Uruguai, Missões e Nordeste Colonial identificaram-se um crescimento pró-pobre. Estes COREDES, como descrito no capítulo anterior, apresentaram as maiores taxas de população rural do Rio Grande do Sul e também foram alguns dos COREDES que mais perderem contingente populacional, nos últimos anos, somado a isso apresentarem níveis menores de pobreza.

Quanto aos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos é possível identificar o processo de crescimento populacional, durante o período de análise. E os resultados apresentados apontam para o empobrecimento da população.

Cabe ainda ressaltar as diferenças regionais entre esses COREDES, que resultam em inflexão sobre a dinâmica populacional, processo que se inicia a partir da migração da população que parte de regiões rurais para regiões extremamente urbanas, e que se caracterizam por maiores níveis de renda. No entanto é ainda necessário ressaltar a necessidade de investigações adicionais.

4.4 CURVA DE CRESCIMENTO-POBREZA DE SON

Esta seção tem como foco a segunda definição “do crescimento econômico” do ponto de vista qualitativo, ou seja, a “qualidade” do crescimento da renda per

capita. Buscou-se verificar o quanto os indivíduos pobres se beneficiaram em relação ao crescimento da renda per capita.

A partir dessa análise será possível observar em que medida o crescimento econômico dos COREDES tem se tornando um instrumento eficaz de combate a pobreza no Rio Grande do Sul. Uma forma de fazer isso é analisar o crescimento da renda per capita dos mais pobres em relação ao crescimento da renda média de toda a população. Assim, se o crescimento da renda per capita dos pobres for maior do que a renda per capita média tem-se um crescimento econômico pró-pobre, ou seja, um tipo de crescimento que está associada à redução da desigualdade, segundo Kakawani e Pernia (2009).

O crescimento econômico no Rio Grande do Sul tem sido pró-pobre? Para responder a essa indagação e complementar a análise realizada até aqui, traçou-se a “curva de crescimento pobreza de Son” para cada um dos COREDES do Rio Grande do Sul. Essa curva permite verificar de uma forma simples e objetiva como o crescimento da renda per capita tem se comportado em relação ao crescimento da renda média per capita.

Seguindo a definição de Son (2004) a curva de crescimento –pobreza pode ser definida da seguinte maneira:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x f(y) dy$$

$$\text{Em que } p = \int_0^x f(y) dy \text{ e } 0 < x < 1$$

Seja y a renda per capita e $f(y)$ a densidade da renda e μ como a renda média, $E(y)=\mu$. Quando $L(p)=p$ compreende perfeita distribuição da renda. Uma mudança na curva de Lorenz indica se a desigualdade está crescendo ou diminuindo com o crescimento econômico. Portanto, para avaliar a qualidade do crescimento econômico equivale em analisar o comportamento da curva frente ao crescimento. Um deslocamento para cima, pode-se afirmar que o crescimento é pró-pobre, $\Delta L(p) > 0$. Ao se empregar uma versão modificada para a curva de Lorenz, pode-se escrever:

$$L(p) = \mu_p \rho / \mu$$

Onde μ_p é a renda média até o quinto decil. A variação percentual da curva de Lorenz pode ser aproximada por:

$$\Delta \ln(L(P)) = \Delta \ln \mu_p - \Delta \ln \mu = g(p) - g$$

Em que $g(p)$ é a taxa de crescimento da renda média até o quintil p e g é a taxa de crescimento da renda média.

Note que se: (i) $g(p) > g$, para $p > 100$, o crescimento é caracterizado como pró-pobre; (ii) se $g(p) < 0$, o crescimento é empobrecedor e; (iii) se $0 < g(p) < g$, o crescimento reduz a pobreza acompanhada por um aumento na desigualdade.

A curva de crescimento-pobreza pode ser estimada com base nos dados da renda média por decil ou quintil de renda para quaisquer dois períodos. Dessa forma, basta calcular a taxa de variação da renda até cada decil entre dois períodos bases e plotar contra os decis de renda, como feito para a curva de Lorenz. Neste caso a taxa de variação do último decil equivale a taxa de crescimento da renda média no período. Se a linha tem inclinação negativa isso significa que os decis de renda menores cresceram acima da média e, conseqüentemente, a renda dos mais pobres cresceu a taxas maiores do que a dos ricos ou do que os decis de renda mais elevados. Isso sugere que a pobreza tem diminuído no período analisado.

A curva de crescimento-pobreza para os COREDES do Rio Grande do Sul foi estimada, para o período de 2000 a 2006. As evidências em relação a “qualidade” do crescimento econômico para os COREDES podem ser visto nos gráficos a seguir. Inicialmente, serão apresentados os gráficos para os COREDES da região Norte do Rio Grande do Sul e na sequência os COREDES da região Sul

A análise da curva de Son para os COREDES Litoral, Missões Norte, Produção, Serra e Vale do Caí, que estão localizados na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, estimada para o período de 2000 e 2006, sugere que a taxa de variação do primeiro decil é superior a variação apresentada para o último decil. Isso sugere que o crescimento para o período foi pró-pobre.

Curva crescimento-pobreza para os COREDES da Região Norte (2000-2006)

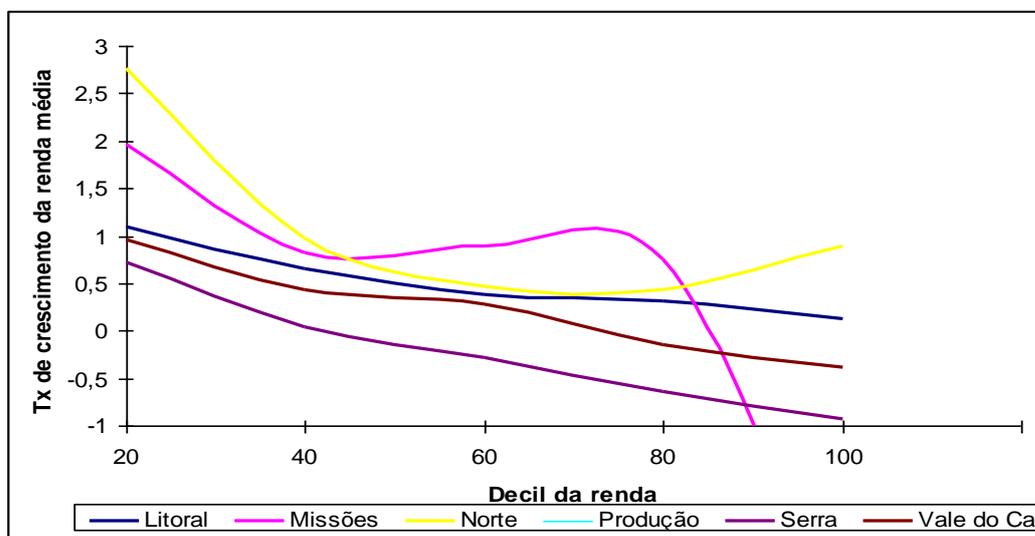


Gráfico 9

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS.

Para a região Sul do Rio Grande do Sul, a curva de crescimento-pobreza para os COREDES Central, Sul, Vale do Rio Pardo, mostra que a taxa de crescimento da renda média dos decis menores cresceu mais do que a média total, indicando que o crescimento foi pró-pobre. Isso pode ser visto no gráfico 10.

Ao considerar a totalidade de COREDES, apenas nove entre os 22 apresentados tiveram crescimento econômico considerado pró-pobre

Curva de crescimento-pobreza COREDES da Região Sul (2000-2006)

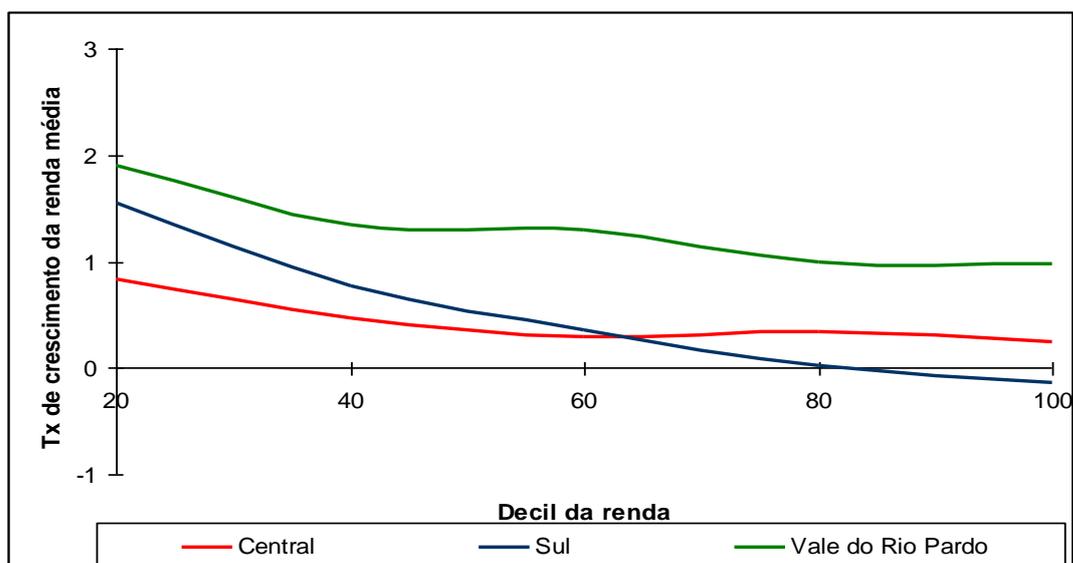


Gráfico 10

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS.

Observa-se, no gráfico 11, que para os COREDES Fronteira Oeste e Nordeste Colonial a curva de crescimento-pobreza sugere que o crescimento foi empobrecedor, na medida em que a renda dos mais ricos cresceu mais do que a dos pobres.

Curva crescimento-pobreza COREDE Fronteira Oeste e Nordeste Colonial (2000-2006)

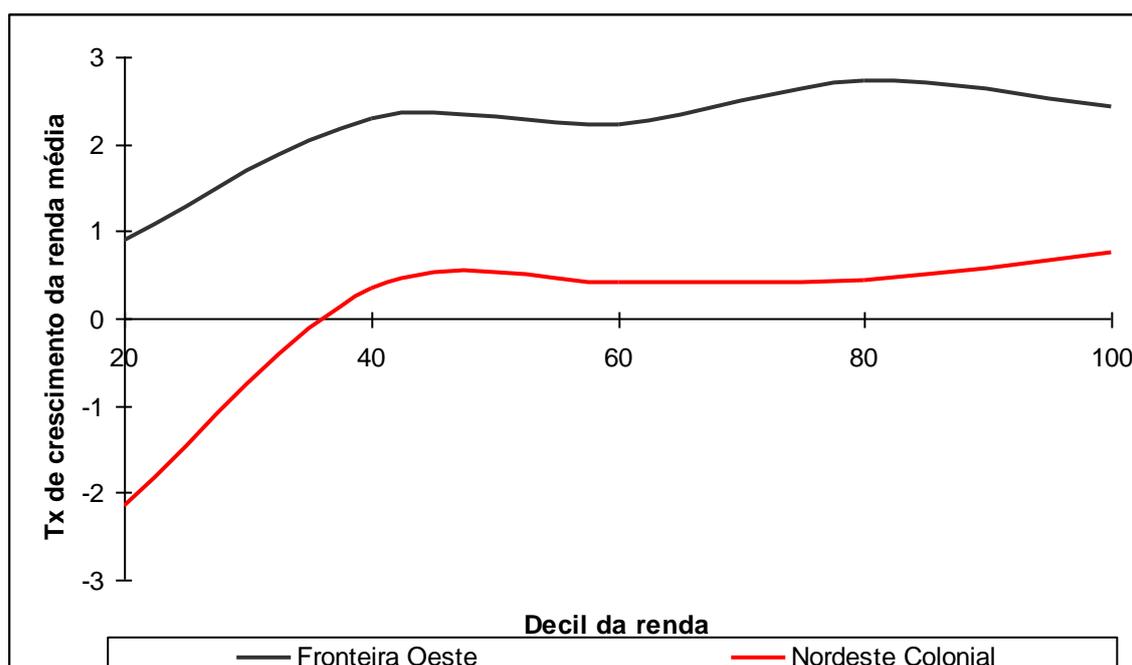


Gráfico 11

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS.

Como pode ser visto no gráfico 12, para os demais COREDES Alto do Jacuí, Campanha, Centro Sul, Fronteira Noroeste, Hortênsias, Médio Alto Uruguai, Metropolitado Delta do Jaci, Nordeste, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari os resultados a partir da curva de crescimento-pobreza foram inconclusivos.

Curva crescimento – pobreza para os COREDES (inconclusivos) (2000-2006)

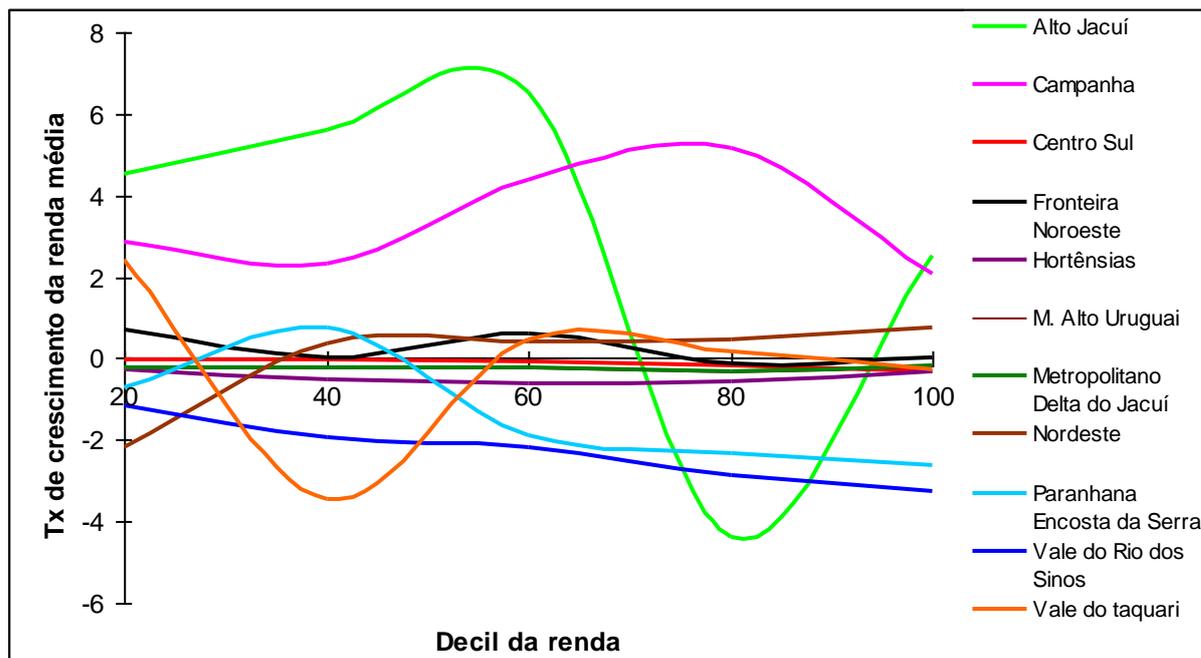


Gráfico 12

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da RAIS.

Nesse capítulo foram empregados dois procedimentos visando verificar se o crescimento econômico dos COREDES apresentaram o comportamento pró-pobre.

Para fins de comparação, a metodologia das elasticidades, em que a variação da pobreza pode ser explicada pela variação da renda e pela variação da distribuição de rendimentos, indicou que em cinco COREDES o crescimento foi pró-pobre. Em quatro COREDES o crescimento foi considerado empobrecedor e o restante, os resultados foram inconclusivos. Com a curva de Son nove COREDES apresentaram crescimento pró-pobre, dois apresentaram crescimento empobrecedor e onze foram resultados inconclusivos. Em termos de localização, a maioria do crescimento pró-pobre foi verificado na região Norte do Rio Grande do Sul. Na região Sul, do Rio Grande do Sul, apenas quatro COREDES apresentaram crescimento pró-pobre. A tabela 19 sumariza esses resultados.

Tabela 19
 Comparação da Curva de Son com análise de regressão

COREDES	Curva de Son			Modelo (2)		
	Pró-Pobre	Empobrecedor	Inconclusivo	Pró-Pobre	Empobrecedor	Inconclusivo
Alto do Jacuí			x	x		
Campanha			x			x
Central	x					x
Centro-Sul			x	x		
Fronteira Noroeste			x			x
Fronteira Oeste		x				x
Hortênsias			x			x
Litoral	x				x	
Médio Alto Uruguai			x			x
Metropolitano Delta do Jacuí			x		x	
Missões	x					x
Nordeste			x			x
Nordeste Colonial		x		x		
Norte	x				x	
Paranhana-Encosta da Serra			x	x		
Produção	x					x
Serra	x			x		
Sul	x					x
Vale do Caí	x					x
Vale do Rio dos Sinos			x			x
Vale do Rio Pardo	x				x	
Vale do Taquari			x			x

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou-se identificar se o crescimento econômico tem sido pró-pobre ou empobrecedor no Rio Grande do Sul a partir de duas medidas de pobreza, a proporção de indigentes (P0) e a de pobres (P1), elaboradas para o mercado formal, utilizando como critério/linha de indigência e pobreza, $\frac{1}{2}$ salário mínimo e um salário mínimo respectivamente.

Mostrou-se através do Índice de Gini que a concentração de renda cresceu, durante o período da análise, nos COREDES gaúchos. Também, foi evidenciado que a população economicamente ativa sai de regiões menos afortunadas atrás de regiões com possibilidades melhores, concomitantemente a isso ocorre o processo de concentração populacional nas regiões economicamente dinâmicas. Salienta-se que dos 22 COREDES somente em dez houve crescimento populacional.

Constatou-se que a variação da renda, no número de indivíduos indigentes e pobres cresceu, durante o período da análise, no Rio Grande do Sul. Esse comportamento foi seguido pela maioria dos COREDES.

Através da análise empírica foi possível verificar que o crescimento pró-pobre apresentou-se de forma heterogênea no Rio Grande do Sul. Num primeiro momento foi estimado, de maneira bem simples, a relação entre renda per capita e redução da pobreza. Neste caso houve crescimento pró-pobre, para quatro COREDES, para proporção de indigentes e dois COREDES para proporção de pobres. Como em muitos casos a persistência da pobreza pode estar vinculada a desigualdade na distribuição dos rendimentos, através da variação da renda e pela variação da distribuição dos rendimentos, foi possível concluir que nos COREDES Metropolitano Delta do Jacuí e Norte o aumento da desigualdade contribui para aumentar a pobreza. Logo, seguindo a definição de Kakwani e Pernia (2000), esse crescimento econômico não seria considerado pró-pobre uma vez que mesmo com o crescimento econômico reduzindo a pobreza, houve um aumento na desigualdade.

Foi possível, ainda, verificar que COREDES com um dinamismo econômico maior que outros apresentaram resultados empobrecedores, como no caso, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí. Contrapondo esse resultado, nos COREDES situados em regiões, que possui as maiores taxas de população rural do território gaúcho exibiram resultados pró-pobre.

Desta forma, alguns COREDES apresentaram crescimento pró-pobre. Porém, a desigualdade persistiu na totalidade do Estado. Dos 22 COREDES, 15 apenas apresentaram resultados pró-pobre. A maior variação ocorreu no COREDE Paranhana Encosta- Serra, onde o número da pobreza reduziu em 3.672 pontos percentuais. O contrário ocorreu em 12 COREDES, os quais o aumento da renda proporcionou empobrecimento. O COREDE Litoral exibiu a maior taxa de empobrecimento da população, em 3.381%.

A curva de crescimento-pobreza identificou nove COREDES na região Norte em que o crescimento foi pró-pobre. Na região Sul apenas três COREDES. Ao comparar os resultados da curva de crescimento-pobreza com os resultados da análise de regressão notou-se que houve algumas divergências nos resultados. Esses resultados foram contraditórios nos COREDES Litoral, Nordeste Colonial, Norte e Vale do Rio Pardo. Os três últimos obtiveram resultados empobrecedores ao se avaliar a Curva de Son e foram pró-pobre através dos resultados do modelo (2).

A partir disso, pode-se inferir que quanto menor a desigualdade de renda maior será o impacto na redução da pobreza. A desigualdade da renda acaba privando a população menos favorecida de aproveitar os frutos gerados pelo desenvolvimento econômico. Cabe ressaltar aqui que os COREDES que apresentaram crescimento pró-pobre, fazem parte de uma região economicamente dinâmica. Porém, salienta-se que houve empobrecimento nas principais regiões econômicas do Rio Grande do Sul.

Portanto, este trabalho forneceu evidências em relação à qualidade do crescimento econômico nos COREDES e no Rio Grande do Sul. Para possíveis avanços são necessárias investigações adicionais, para uma maior compreensão do crescimento econômico no território gaúcho.

REFERÊNCIAS

AGHION, P.; BOLTON, P. Distribution and Growth in Models of Imperfect Capital Markets. **European Economic Review**, n.36, 1992.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em: 17 set 2009.

ARAÚJO, J.T. **Modelos de Crescimento de Inspiração Keynesiana: Uma Apreciação**. 1998. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/view/516/226>.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONÔMICO. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br>

BAKOF, A. **Crescimento Pró-Pobre: Conceitos, Experiências, Políticas Públicas e uma análise empírica do Rio Grande do Sul na década de 1990**. Dissertação de mestrado.

BAGOLIN, I., COMIM, F. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf. Acesso em: 20 de fev.2009.

BAULCH R. MC CULLOCH, N. **Tracking Pro-Poor Growth**. IDR21 Insights No.31. Sussex: Institute of Development Studies, 2000.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. IPEA, Textos para discussão n. 800. jun 2001, 24p.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em 30 out 2009.

CORRÊA, A.J. **Distribuição de Renda e Pobreza na Agricultura Brasileira**. Piracicaba: Unimep, 1998.

DEUTSCH, J., SILBER, J. **The Kuznets curve and the impact of various income sources on the link between inequality and development.** Israel: Working Paper Bar-Ilan niversity, 2000.

FILIPPI, E. E. WAQUIL, D.P. **Desigualdades Regionais e Desempenho Diferenciado dos Municípios do Rio Grande do Sul: Uma análise a partir de elementos rurais.** Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/834.pdf>. Acesso em 12 nov. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.fee.tche.br

GONÇALVES, M.B.C; SILVEIRA NETO, R.M. **Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: Evidências para o período de 1991 e 2000.** Disponível: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/crescimento-pro-pobre-nos-municipios.pdf>.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza.** São Paulo: USP, 1998.

HERSKOVIC, B. FIGUEIREDO, L. **Crescimento Pró-pobre no sudeste Brasileiro.** Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A115.pdf

IPEADATA. Disponível em: www.ipeadata.gov.br

KAKAWANI, N.; PERNIA.(2000) E. M. **What is Pro-Poor Growth? Asian Development Review.** Disponível em: www.adb.org/Documents/Periodicals/ADR/ADR_Vol_18_1.pdf. Acesso em 20 jun 2009.

KLASEN, S. **In Search of the Holy Grail: How to Achieve Pro-Poor Growth?.** 2003. Disponível em: <http://www2.vwl.wiso.unigoettingen.de/ibero/papers/DB96.pdf>

KRAAY, A. **When Is Growth Pro-Poor? Cross-Country Evidence.** 2004. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp0447.pdf>.

KUZNETS, S. **Teoria do Crescimento Econômico Moderno.** Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: www.mec.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MET). Disponível em: www.mte.gov.br

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968

PERNIA, M.E. **Pro-poor Growth: What is it and how is it important?** 2003. Disponível em: http://www.adb.org/Documents/EDRC/Policy_Briefs/PB017.pdf

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: www.pnud.org.br

RAVALLION, M. **Pro-Poor Growth: A Primer**. 2004. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTPGI/Resources/15174_Ravallion_PPG_Primer.pdf

RAVALLION, M. DATT, G. **Is India's economic growth leaving the poor behind?** 2002. Disponível em: <http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/2846.html>

RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring pro-poor growth**. World Bank Policy Research, Working Paper n.2666, 2003, Washington. Disponível em: http://povlibrary.worldbank.org/files/13521_Measuring_Pro_Poor_Growth_MR.pdf

RAVALLION, M.; CHEN, S. What can new survey data tell us about recent changes in distribution and poverty? In: RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring pro-poor growth**. 1997. World Bank Policy Research, Working Paper n.2666, 2003, Washington. Disponível em: http://povlibrary.worldbank.org/files/13521_Measuring_Pro_Poor_Growth_MR.pdf. Acesso em 12 fev 2009.

RAVALLION, M.; DATT, G. **When is growth pro-poor? Evidence from diverse experiences of India's states**, Policy Research Working Papers n.2263, 1999. World Bank.

RESENDE, G. **O crescimento nos municípios mineiros tem sido pró-pobre?** 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v18n1/05.pdf>. Acesso em: 2 jun 2009.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**. Rio De Janeiro: FGV, 2003.

ROCHA, Sônia **Pobreza e Desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real.** Rio de Janeiro: IPEA – Textos para discussão.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?** Rio De Janeiro: FGV, 2003.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza – economia política da distribuição de renda.** Rio De Janeiro: Garamond, 1999.

SALVATO, M. A.; ARAUJO, A. F.; MESQUITA, L.A. **Crescimento Pró-Pobre No Brasil: Uma Avaliação Empírica Da Década De 1990.** Disponível em: <http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp43.pdf>. Acesso em: maio 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, 2000.

SILVEIRA NETO, R.M. **Quão Pró-Pobre tem sido o crescimento econômico no Nordeste? Evidências para o período de 1991 -2000.** Disponível em: http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/Publicacoes/REN-Numeros_Publicados/docs/ren2005_v36_n4_a1.pdf. Acesso em 29 jul 2009.

SON,H.H. **A note on pro-poor growth.***Economics Letters*,Sydney,n.82,p.37-314,2004. 2004. Disponível em: <http://132.203.59.36:83/features/files/son1.pdf>. Acesso 20 fev. 2009

TEJADA, C.A.O. et al. **Pró-pobre ou empobrecedor: Qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas?** 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/213.pdf>

TOCHETTO, D.G. et al. **Crescimento pró-pobre no Brasil uma análise exploratória,** 2001. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32.,2004, João Pessoa. Anaiseletrônicos...João Pessoa: Anpec,2004.Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A047.pdf>>. Acesso 3 mar. 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE).Disponível em: www.tce.rs.gov.br

VASCONCELOS, Lia. **Demografia Retrato do futuro.** Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em 20 de out de 2009.

WHITE,H. ANDERSON,E. **Growth versus Distribution:Does the Patterno Of Growth Matter?** 2001.

APÊNDICES

Tabela 1
Nível de instrução do trabalhador Gaúcho (2000 e 2008)

COREDES/Anos	Analfabeto	Até o 5º ano Inc. do Ens. Fund.	5º ano Comp do Ens Fund	Do 6º ao 9º ano Inc do Ens Fund	Ens Fund Completo	Ens Méd Incompleto	Ens Médio Completo	Superior Incompleta	Superior Completa	Mestrado Completo	Doutorado Completo
Alto da Serra											
Botucaraí											
2000	103	536	727	2015	2093	1331	2385	353	474	0	0
2008	55	512	628	1276	1266	849	4504	548	1205	2	0
Alto do Jacuí											
2000	393	1524	2153	4863	3883	2363	3957	816	1820	0	0
2008	149	1121	1655	4020	3636	2836	9650	1448	3360	23	7
Campanha											
2000	366	1990	2503	5305	3777	2765	5898	1615	2796	0	0
2008	313	2042	2057	5134	4031	2678	10788	1214	4535	132	33
Campos de Cima da Serra											
2000	403	1270	1719	4187	2421	1522	2643	528	906	0	0
2008	105	1460	1452	4804	2676	2069	5334	797	1483	8	2
Celeiro											
2000	80	791	2142	4883	2940	1732	3797	982	804	0	0
2008	40	531	717	2214	3238	1632	6941	1072	1828	7	1
Central											
2000	267	1556	2488	7182	4231	2939	4636	1373	1360	0	0
2008	217	2172	2476	7035	9453	5071	26575	3039	11068	692	223
Centro Sul											
2000	429	2462	3488	7094	5131	3951	6230	1468	1651	0	0
2008	209	1713	2412	5082	4900	3057	11303	1215	3464	19	1
Fronteira Noroeste											
2000	77	1168	1531	3656	2825	1894	3573	511	877	0	0
2008	103	759	1207	4882	5079	4033	15064	2426	4704	124	12
Fronteira Oeste											
2000	2250	7346	6453	14309	13432	7526	16747	2968	10629	0	0
2008	721	4394	4177	10568	9597	7140	25777	2468	8633	176	32
Hortensensia											
2000	188	1421	2381	4727	3454	1651	2780	626	604	0	0
2008	117	1103	3321	6557	6144	3620	9402	1955	1841	13	0
Jacuí-Centro											
2000	840	5326	9589	21064	14324	7546	13340	4183	4123	0	0
2008	176	1266	1007	2564	2724	1905	6661	677	2007	7	0
Litoral											
2000	510	2964	4097	9038	7301	3632	7328	1058	1508	0	0
2008	209	1814	2315	6334	9218	5267	18070	1518	4521	88	16
Médio Alto Uruguai											
2000	164	1073	1514	2276	1755	898	2814	386	967	0	0
2008	60	591	928	2101	2153	1541	5800	1016	2784	53	5
Metropolitano Delta do Jacuí											
2000	6052	18713	33796	73306	104776	53842	151283	41401	125339	0	0
2008	1635	13691	19884	63129	110492	67437	305772	59955	183018	1981	1001
Missões											
2000	363	1918	3349	6498	5036	3520	6592	1316	2387	0	0
2008	108	1184	1427	5084	4180	2823	12225	1751	4647	204	39
Nordeste											
2000	95	628	1288	3655	2548	1648	3156	963	783	0	0
2008	46	555	899	2717	2424	2141	7565	894	2278	19	0
Nordeste Colonial											
2000	161	784	1382	2842	3149	2116	3549	1259	2111	0	0
2008	61	867	1044	4388	4766	3641	12008	2585	3763	590	107
Norte											
2000	275	2418	4398	9558	6746	4032	8260	1664	2821	0	0
2008	105	1448	2255	6590	7740	4290	17842	2480	5461	45	24
Paranhana Ecosta da Serra											
2000	448	2057	5758	15062	6333	4215	6497	1331	1282	0	0
2008	167	2008	5402	17179	10452	6528	13022	2915	2423	6	1
Produção											
2000	320	2272	4455	8531	8159	5933	11337	2266	4393	0	0
2008	176	1793	3785	10137	11254	8036	32387	5014	10123	102	56
Rio da Várzea											
2000	74	661	956	2383	1472	968	1443	255	364	0	0
2008	65	741	999	2584	2082	1578	5907	774	1729	7	2
Serra											
2000	2345	8291	12167	41653	37310	21791	36419	12023	14863	0	0
2008	452	5545	10169	42042	53323	30338	92915	24805	27952	248	55
Sul											
2000	1472	11213	14989	21919	18399	11370	20156	3915	9330	0	0
2008	739	7109	6694	18015	21704	12877	41280	4553	19472	310	183

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 2
Variação da renda nos COREDES gaúchos

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alto Jacuí	37,04	-3,78	37,03	-6,07	-29,17	30,12
Campanha	42,82	-8,16	3,17	45,87	-9,21	-6,93
Central	13,77	-11,09	18,67	-4,47	-17,95	19,95
Centro Sul	4,60	-10,82	9,21	7,46	-12,64	0,56
Fronteira Noroeste	3,99	-5,20	22,17	-2,81	-21,08	10,16
Fronteira Oeste	54,98	-12,96	12,59	0,83	-16,98	14,27
Hortênsias	-0,12	-9,21	-0,21	28,95	2,83	3,33
Litoral	5,96	-11,95	7,70	-0,30	-0,88	3,35
Médio Alto Uruguai	5,96	-11,95	7,70	-0,30	-0,88	3,35
Metropolitano Delta do Jacui	-10,50	-9,66	3,59	96,60	-0,26	-7,12
Missões	48,71	-4,95	14,63	-14,67	-10,95	35,20
Nordeste	27,11	-10,40	28,79	-4,65	-24,74	34,79
Nordeste Colonial	26,58	-12,89	39,45	-4,56	-24,67	25,94
Norte	32,81	-27,77	34,62	-2,22	-17,48	20,44
Paranhana- Encosta Serra	-3,37	-21,61	-2,93	-13,12	-2,14	-2,32
Produção	21,64	-12,94	24,13	-7,20	-21,78	30,47
Serra	9,53	-23,45	6,39	3,59	-3,82	4,07
Sul	16,41	-13,51	3,58	3,57	-6,15	1,99
Vale do Caí	8,54	-20,04	2,43	6,11	-0,87	5,31
Vale Rio dos Sinos	-4,91	-12,83	-3,49	-13,32	-8,28	-3,53
Vale do Rio Pardo	14,00	-6,68	9,93	1,62	-9,31	8,95
Vale do Taquari	19,19	-21,57	3,94	5,25	-7,38	2,43

Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3
Variação no Índice de Gini

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alto do Jacuí	38,63	2,22	-0,07	0,65	-1,30	3,19
Campanha	22,77	-0,77	1,66	-0,59	2,67	0,57
Central	11,35	0,46	0,84	0,00	0,13	1,33
Centro-Sul	6,34	-0,33	1,31	1,69	-0,15	2,21
Fronteira Noroeste	10,74	-1,25	0,47	-0,02	-0,74	2,46
Fronteira Oeste	3,68	-0,84	2,22	-0,95	0,31	2,32
Hortênsias	6,72	-2,69	1,28	0,90	0,07	1,63
Litoral	13,86	-0,43	0,57	0,97	-0,93	3,16
Médio Alto Uruguai	13,67	-0,94	1,80	0,22	0,33	1,98
Metropolitano Delta do Jacuí	0,20	1,25	-0,71	0,41	1,82	1,14
Missões	16,45	0,24	-0,55	0,88	-0,62	3,10
Nordeste	18,99	-0,64	0,28	0,34	-0,19	1,66
Nordeste Colonial	15,59	1,64	0,96	-0,15	-0,72	2,50
Norte	18,82	1,14	0,37	1,02	-1,76	2,91
Paranhana-Encosta da Serra	11,01	2,69	-1,23	1,74	-0,38	1,72
Produção	11,68	2,04	0,16	-0,03	-0,82	0,42
Serra	9,41	1,03	0,37	0,65	-1,01	1,02
Sul	8,96	1,30	1,20	0,89	0,74	2,01
Vale do Caí	8,96	1,30	1,20	0,89	0,74	2,01
Vale do Rio dos Sinos	1,40	1,43	0,56	0,24	-0,25	1,87
Vale do Rio Pardo	7,01	-0,40	1,03	1,60	-0,89	2,98
Vale do Taquari	11,89	1,94	1,30	-1,26	-0,29	3,25

Fonte: elaborado pela autora.